

Princípios

Revista teórica, política e de informação

Dezembro/86 Cz\$ 30,00

Democracia e Ditadura do Proletariado Participação e Direitos da Mulher



A Charge
Política

13

Editora Anita Garibaldi

ÍNDICE

Expediente

Revista teórica, política e de informação
Dezembro de 1986 -
Cz\$ 30.00

Publicação da Editora
Anita Garibaldi Ltda
Avenida Brigadeiro Luís
Antônio, 1.511 - São
Paulo - Capital - CEP
01317 - Tel. 251.2729

Diretor e jornalista responsável

João Amazonas

Conselho Editorial

João Amazonas
Rogério Lustosa
José Reinaldo de
Carvalho
Luiz Aparecido

Número avulso:
Cz\$ 30,00 (inclusive os
atrasados)

Assinatura (4 números):
Cz\$ 100,00 - Para o
Exterior US\$ 35

Enviar cheque nominal
e Vale Postal para Edi-
tora Anita Garibaldi Ltda

Atendemos também
pelo Reembolso Postal
Composição, montagem
e fotolitos: Litarte - Rua
Santo Amaro, 582 - Tel.
35.9738 - São Paulo -
Capital. Impressão:
Pauta Editora Ltda. -
Rua Santo Amaro, 586.

Diagramação e arte -
Rubem Ferrari e Yone
Simidzu

Realidades Distintas Página 1

Viva a Comuna de Paris!
Karl Marx Página 3

A Democracia e a Ditadura do
Proletariado na Albânia Socialista
Aranit Cela Página 13

A Mulher, o Direito e a Política
August Bebel Página 20

O Marxismo e o Impasse entre
igualdade e liberdade no
pensamento liberal
Luís Fernandes Página 28

Imperialismo articula
tomada das estatais
Rogério Lustosa Página 37

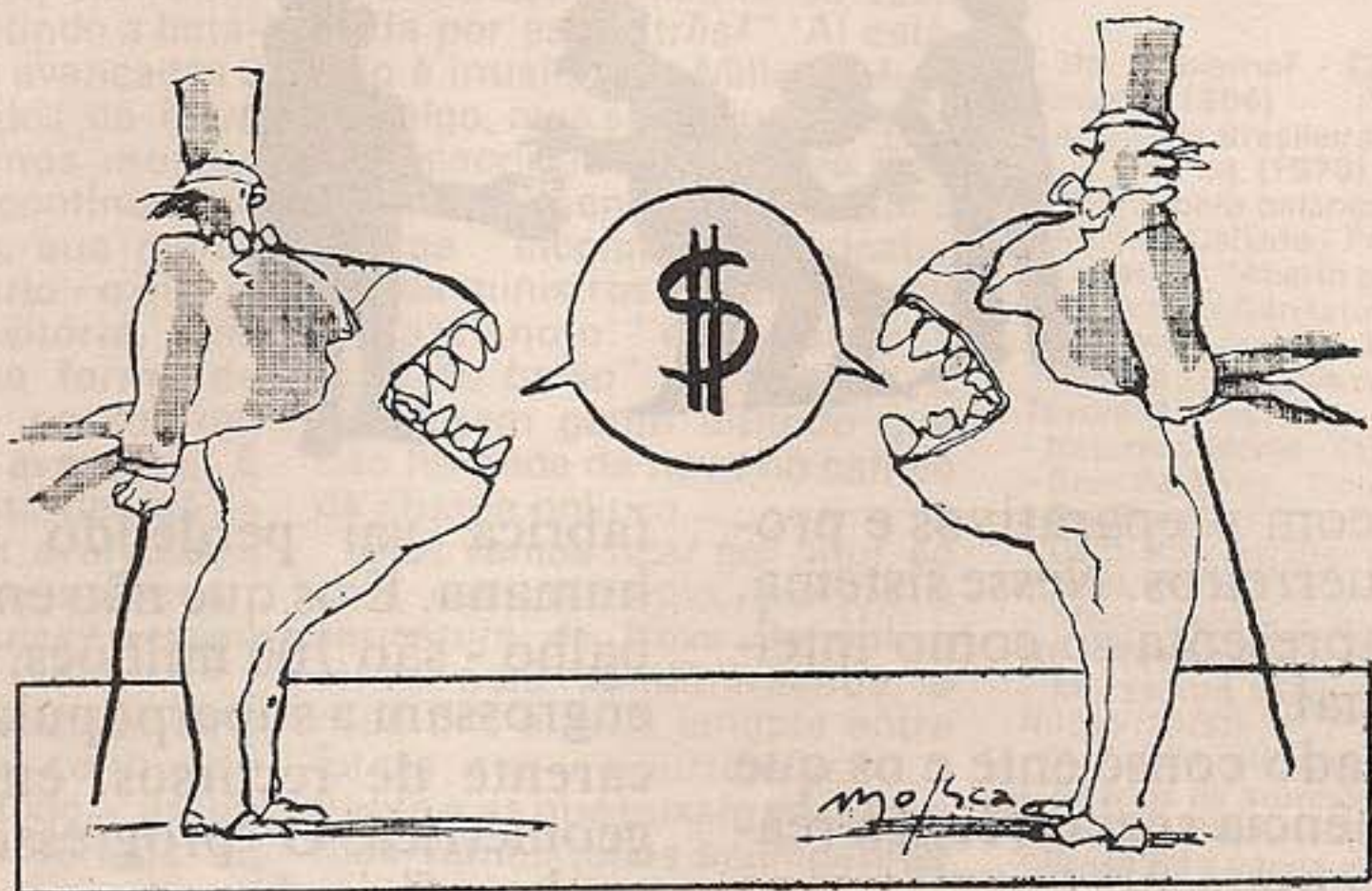
Assistência Sanitária Primária:
uma proposta reformista
Nilton Tornero Página 43

A Literatura Brasileira
e seu conteúdo social (final)
Clóvis Mello Página 51

A Charge Política
Ênio Lins: Página 58

CAPA

Raoul Dufy
Gravura 1910 - APESCA



“REALIDADES DISTINTAS”

Frustrado, diante da tentativa de se tornar o governador de São Paulo, Olavo Setúbal perlustrou países da Europa e os Estados Unidos, recreando o espírito e perquirindo, por força do hábito, os negócios e a vida burguesa nesses lugares. De regresso, recebeu os jornalistas em sua suntuosa sala na sede central do poderoso Banco Itaú. Falou com entusiasmo do que viu e sentiu. O velho Continente e a América do Norte, segundo ele, vivem “num equilíbrio social e econômico que gera países muito prósperos, muito equilibrados”. Ali, afirmou, existe “um processo contínuo de progresso, alicerçado numa sociedade madura, numa base cultural extraordinária, numa base típica de pesquisa que, realmente, é o que há de melhor no mundo”. Em suma, disse que o capitalismo europeu e norte-americano vai bem, muito bem.

Quando se tacham tais opiniões de pontos de vista de classe, aparecem contestadores arguindo que isso não corresponde à natureza das coisas, sobretudo dos fatos políticos. Não obstante, a posição de classe na apre-

ciação de fenômenos econômico-sociais é incontestável. As declarações desse afortunado diretor de banco assim o comprovam. Ele viu um mundo equilibrado social e economicamente onde o desequilíbrio é demasiado patente. Na Inglaterra, existem três milhões de desempregados; na França, mais de dois milhões; na Alemanha Ocidental, dois milhões e meio; na Itália, perto de três milhões. E nos Estados Unidos o número dos sem-trabalho oscila em torno dos dez milhões! A Inglaterra e a França, em parte também a Alemanha, fazem frenética guerra aos emigrantes que ali vivem e trabalham, expulsam-nos do país. Nos Estados Unidos é crescente o **deficit** das contas internas e externas, o capital financeiro escorcha os países menos desenvolvidos com tributos pesados de dívidas usurárias, o governo gasta somas astronômicas com a preparação da guerra das estrelas que ameaça destruir boa parte da civilização. Nada disso refletiu-se na visão do banqueiro itauense. Afinal, o capitalismo co-existe com o desemprego permanente e em massa, com a exploração feroz de países e povos



“atrasados”, com preparativos e procedimentos guerreiros. Nesse sistema, tal situação apresenta-se como inteiramente normal.

O proletariado consciente e os que conhecem a ciência social vêem a realidade europeia e norte-americana de maneira distinta. A Europa e os Estados Unidos vivem há muito tempo a crise crônica do capitalismo monopolista, que acirra em extremo as contradições sociais. A prosperidade nessa área é um retoque de fachada, um engano mal disfarçado. A sociedade burguesa está afetada irremediavelmente por enfermidade incurável: a doença da senilidade. Sobrevive artificialmente. Cada dia é mais reduzida a camada de privilegiados que pode ostentar fabulosa riqueza, a cada hora é maior o contingente dos que são jogados inapelavelmente à miséria.

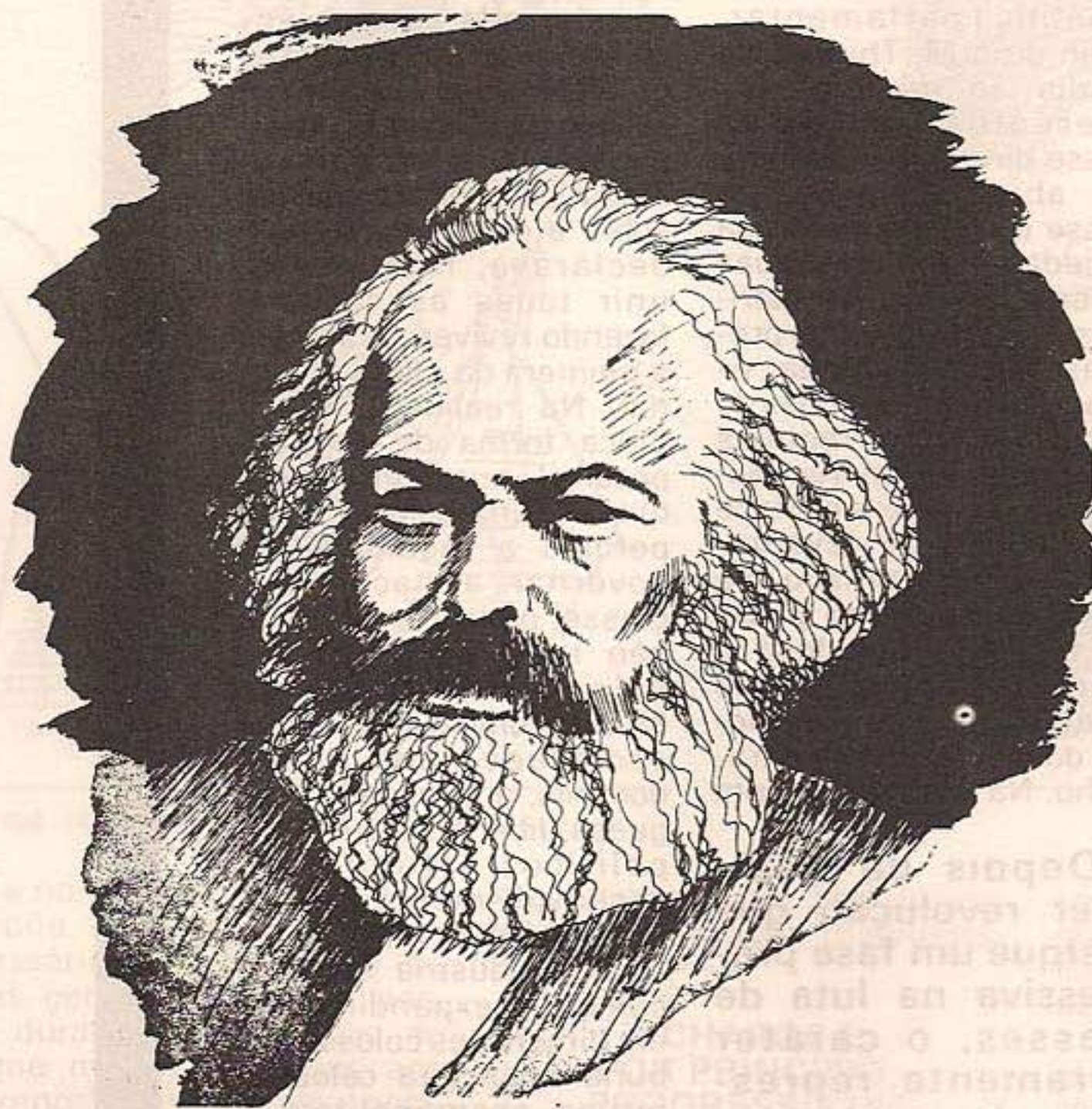
O “processo contínuo de progresso” de que fala Setúbal, arrasta consigo o processo inverso de decadência acelerada. O avanço das forças produtivas entra em conflito sempre mais agudo com as relações de produção anacrônicas, ultrapassadas, que geram crises e o imponderável desajuste social. Em busca do lucro máximo, a burguesia recorre aos instrumentos inovadores da revolução técnico-científica. Entram em cena a informática, os robôs-operários sem almas e sem salários -, desenvolve-se a automação da produção. Onde, antes, trabalhavam 30 proletários, agora há lugar somente para 2 ou 3. A

fábrica vai perdendo a densidade humana. E os que não encontram trabalho - são 100 milhões, atualmente - engrossam a superpopulação relativa, carente de recursos, em progressão geométrica. O “progresso” capitalista em benefício de poucos acarreta o tormento de multidões gigantescas, que já não têm mínimas condições de existência.

De sorte que a visão otimista, cor-de-rosa, do ex-ministro do Exterior é produto das lentes deformantes da concepção burguesa do mundo. Deturpam a realidade, desfocam, as leis objetivas do desenvolvimento social.

O fim do sistema capitalista de exploração, opressão e tremendas injustiças é uma fatalidade histórica. Pelas contradições que encerra, pelos irremediáveis desajustamentos sociais que engendra, pela impossibilidade de harmonizar o progresso técnico que possibilite elevados níveis de produção com o melhoramento da situação de vida do conjunto da sociedade, em especial, dos proletários das cidades e dos campos. Sua hora final está chegando.

O mundo reclama um novo sistema de produção e de organização social, o progresso do todo e não da parte, a vida e a alegria de viver aos que tudo produzem e nada possuem. E esse novo sistema será fruto da revolução social, da derrocada da burguesia superada, será a vitória do socialismo prevista por Marx e Engels há século e meio, próxima de se tornar realidade.



Viva a Comuna de Paris

Karl Marx

Há 115 anos triunfou em Paris a insurreição que resultou na criação do primeiro Estado Proletário na história da humanidade: a Comuna de Paris. Karl Marx, fundador do socialismo científico saudou o fato com grande entusiasmo e fez dele magistral análise em sua obra "A Guerra Civil na França", da qual publicamos trechos.

Na madrugada do 18 de Março, Paris acordou com o rebentamento do trovão de "Vive la Commune!". Que é a Comuna, essa esfinge que tanto atormenta o espírito burguês?

"Os proletários da capital" - dizia o Comitê Central no seu manifesto de 18 de Março - "no meio dos desfalecimentos e das traições das classes governamentais, compreenderam que para eles tinha chegado a hora de salvar a situação tomando nas mãos a direção dos negócios públicos... O proletariado... compreendeu que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar nas mãos os seus destinos e assegurar o triunfo conquistando o poder".

Mas a classe operária não pode apossar-se sim-

plesmente da máquina de Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos.

O poder centralizado do Estado, com os seus órgãos presentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura - órgãos forjados segundo o plano de uma sistemática e hierárquica divisão de trabalho - tem origem nos dias da monarquia absoluta, a serviço da classe média nascente como arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo. Contudo, o seu desenvolvimento permanecia obstruído por toda a espécie de entulho medieval, direitos senhoriais, privilégios locais, monopólios municipais e de guilda e constituições provinciais. A gigantesca vasourada da Revolução Francesa do século XVIII levou todas estas relíquias

de tempos idos, limpando assim, simultaneamente, o terreno social dos seus últimos embaraços para a superestrutura do edifício do Estado moderno erguido sob o primeiro Império, ele próprio fruto das guerras de coalizão da velha Europa semifeudal contra a França moderna. Durante os regimes subsequentes, o governo, colocado sob controle parlamentar - isto é, sob o controle direto das classes possidentes -, não apenas se tornou um alfobre de enormes dívidas nacionais e de impostos esmagadores; com os seus irresistíveis atrativos de lugares, proventos e clientela, não apenas se tornou o pomo da discórdia entre facções rivais e aventureiros das classes dirigentes; mas o seu caráter político mudou simultaneamente com as mudanças econômicas da

sociedade. Do mesmo passo em que o progresso da indústria moderna desenvolvia, alargava, intensificava o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder de Estado assumia cada vez mais o caráter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravidão social, de uma máquina de despotismo de classe. Depois de qualquer revolução que marque uma fase progressiva na luta de classes, o caráter puramente repressivo do poder de Estado abre caminho com um relevo cada vez mais acentuado. A Revolução de 1830, que resultou na transferência de governo dos senhores de terra para os capitalistas, transferiu-se dos mais remotos para os mais diretos antagonistas dos operários. Os republicanos burgueses, que em nome da Revolução de Fevereiro tomaram o poder de Estado, serviram-se dele para os massacres de Junho, a fim de convencerem a classe operária de que a república "social" significava a República que assegurava a sua sujeição social e a fim de convencerem a massa realista (1) da classe burguesa e dos senhores de terra de que podiam deixar com segurança os cuidados e emolumentos do governo aos "republicanos" burgueses. Contudo, após o seu único feito heróico de Junho, os republicanos burgueses tiveram de recuar da frente para a retarguarda do "partido da ordem" - uma combinação formada por todas as frações e facções rivais de entre as classes apropriadoras, no seu antagonismo agora abertamente declarado contra as classes produtoras. A forma adequada do seu governo de sociedade por ações foi a república parlamentar, com Luís Bonaparte por presidente. Foi um regime de confessado terrorismo de classe e de

insulto deliberado para com a "vil multidão". Se a república parlamentar, como dizia M. Thiers, "as dividia ao mínimo" (as diferentes frações da classe dirigente), ela abria um abismo entre esta classe e o corpo inteiro da sociedade fora das suas esparsas fileiras. As restrições com que as suas próprias divisões ainda tinham refreado o poder de Estado sob os regimes anteriores foram removidas com a união; e em face da ameaça de levantamento do proletariado, ela servia-se agora do poder de Estado, impiedosa e ostentadamente, como máquina de guerra nacional do capital contra o trabalho. Na sua ininterrupta

Depois de qualquer revolução que marque uma fase progressiva na luta de classes, o caráter puramente repressivo do poder de Estado abre caminho com um relevo cada vez mais acentuado.

cruzada contra as massas produtoras, ela foi forçada, contudo, não só a investir o executivo de poderes de repressão continuamente acrescidos mas, ao mesmo tempo, a despojar a sua própria fortaleza parlamentar - a Assembléia Nacional - de todos os seus meios de defesa, um após outro, contra o executivo. Na pessoa de Luís Bonaparte, o executivo pô-la fora. O fruto natural da república do "partido-da-ordem" foi o segundo Império.

O Império, com o *coup d'état* (golpe de estado), por certidão de nascimento, o sufrágio universal por sanção e a espada por cetro, declarava apoiar-se no campesinato, essa larga massa de produtores não envolvida diretamente na luta do capital e do trabalho. Declarava salvar a classe

operária quebrando o parlamentarismo e, com ele, a indisfarçada subserviência do governo às classes possidentes. Declarava salvar as classes possidentes mantendo a supremacia econômica destas sobre a classe operária; e declarava, finalmente, unir todas as classes, fazendo reviver para todas a quimera da glória nacional. Na realidade, era a única forma de governo possível num tempo em que a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda a não tinha adquirido. Foi aclamado através do mundo como o salvador da sociedade. Sob o seu domínio, a sociedade burguesa, liberta de cuidados políticos, atingiu um desenvolvimento inesperado, até para ela própria. A sua indústria e o seu comércio expandiram-se em dimensões colossais; a burla financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas era contrabalançada por uma exibição sem pudor de luxúria suntuosa, meretrícia e degradante. O poder de Estado, aparentemente voando alto acima da sociedade, era ele próprio, ao mesmo tempo, o maior escândalo desta sociedade e o alfobre mesmo de todas as suas corrupções. A sua própria podridão e a da sociedade que ele havia salvo foram postas a nu pela baioneta da Prússia, ela própria ávida por transferir de Paris para Berlim a sede suprema deste regime. Ao mesmo tempo, o imperialismo (2) é a forma mais prostituída e derradeira do poder de Estado que a sociedade da classe média nascente tinha começado a elaborar como um meio da sua própria emancipação do feudalismo e que a sociedade burguesa plenamente desenvolvida tinha finalmente transformado num meio para a escravização do trabalho pelo capital.

A antítese direta do Impé-

rio foi a Comuna. O grito de "república social" com o qual a Revolução de fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris não fez mais do que expressar uma vaga aspiração por uma república que não apenas havia de pôr de lado a forma monárquica da dominação de classe. A Comuna foi a forma positiva desta república.

O Império, com o *coup d'état* (golpe de estado) por certidão de nascimento, o sufrágio universal por sansão e a espada por cetro, declarava apoiar-se no campesinato, essa larga massa de produtores não envolvida diretamente na luta do capital e trabalho.

Paris, a sede central do velho poder governamental e, ao mesmo tempo, a fortaleza social da classe operária francesa, levantara-se em armas contra a tentativa de Thiers e dos Rurais para restaurar e perpetuar o velho poder governamental que o Império lhes legara. Paris apenas pôde resistir porque, em consequência do cerco, se tinha desembaraçado do exército e o tinha substituído por uma Guarda Nacional que era, na sua massa, composta por operários. Este fato tinha agora de ser transformado numa instituição. O primeiro decreto da Comuna, por isso, foi a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado.

A Comuna foi formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários bairros da cidade, responsáveis e revogáveis a qualquer momento. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reco-

nhecidos da classe operária. A Comuna havia de ser não um corpo parlamentar mas operante, executivo e legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi logo despojada dos seus atributos políticos e transformada no instrumento da Comuna, responsável e revogável a qualquer momento. O mesmo aconteceu com os funcionários de todos os outros ramos da administração. Desde os membros da Comuna para baixo, o serviço público tinha de ser feito em troca de salários de operários. Os direitos adquiridos e os subsídios de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios dignitários do Estado. As funções públicas deixaram de ser a propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Não só a administração municipal mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foram entregues nas mãos da Comuna.

Uma vez desembaraçada do exército permanente e da polícia, elementos da força física do antigo governo, a Comuna estava desejosa de quebrar a força espiritual de repressão, o "poder dos curas", pelo desmantelamento e expropriação de todas as igrejas enquanto corpos proprietários. Os padres foram devolvidos aos retiros da vida privada, para terem aí o sustento das esmolas dos fiéis, à imitação dos seus predecessores, os apóstolos. Todas as instituições educacionais foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo desembaraçadas de toda a interferência de Igreja e Estado. Assim não apenas a educação se tornou acessível a todos mas a própria ciência se libertou das grilhetas que os preconceitos de classe e a força governamental lhe

tinham imposto.

Os funcionários judiciais, haviam de ser despojados daquela falsa independência que só tinha servido para mascarar a sua abjeta subserviência a todos os governos sucessivos, aos quais, um após outro, eles tinham prestado e quebrado juramento de fidelidade. Tal como os restantes servidores públicos, magistrados e juizes haviam de ser eletivos, responsáveis e revogáveis.

O primeiro decreto da Comuna, foi a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado.

A Comuna de Paris havia obviamente de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido o regime comunal em Paris e nos centros secundários, o velho governo centralizado teria de dar lugar, nas províncias também, ao autogoverno dos produtores. Num esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, estabeleceu-se claramente que a Comuna havia de ser a forma política mesmo dos mais pequenos povoados do campo, e que nos distritos rurais o exército permanente havia de ser substituído por uma milícia nacional com um tempo de serviço extremamente curto. As comunas rurais de todos os distritos administrativos trariam os seus assuntos comuns por uma assembléia de delegados na capital de distrito e estas assembléias distritais, por sua vez, enviariam deputados à Delegação Nacional em Paris, sendo cada delegado revogável a qualquer momento e vinculado pelo mandato imperativo (instruções formais) dos seus eleitores. As poucas mas importantes funções que ainda restariam a um governo

central não seriam suprimidas, como foi intencionalmente dito de maneira deturpada, mas executada por agentes comunais, e por conseguinte estritamente responsáveis. A unidade da nação não havia de ser quebrada, mas, pelo contrário, organizada pela Constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder de Estado, o qual pretendia ser a encarnação dessa unidade, independente e superior à própria nação, de que não era senão uma excrescência parasitária. Enquanto os órgãos meramente repressivos do velho poder governamental haviam de ser amputados, as suas funções legítimas haviam de ser arrancadas a uma autoridade que usurpava a preeminência sobre a própria sociedade e restituídas aos agentes responsáveis da sociedade. Em vez de decidir uma vez cada três ou seis anos que membro da classe governante havia de representar mal o povo no Parlamento, o sufrágio universal havia de servir o povo constituído em Comunas, assim como o sufrágio individual serve qualquer outro patrão em busca de operários e administradores para o seu negócio. E é bem sabido que as companhias, como os indivíduos, em matéria de negócio real sabem geralmente como colocar o homem certo no lugar certo e, se alguma vez cometerem um erro, como repará-lo prontamente. Por outro lado, nada poderia ser mais estranho ao espírito da Comuna do que substituir o sufrágio universal pela investidura hierárquica.

É em geral a sorte de criações históricas completamente novas serem tomadas erradamente como a réplica de formas mais antigas e mesmo mortas da vida social, com as quais podem sustentar uma certa semelhança. Assim, esta Comuna nova,

que quebra o moderno poder de Estado, foi tomada erradamente como uma reprodução das Comunas medievais que precederam, primeiro, esse mesmo poder de Estado e se tornaram depois o seu substrato. A Constituição Comunal foi tomada erradamente como uma tentativa para dispersar numa federação de pequenos Estados - como a sonharam Montesquieu e os Girondinos (3) - essa unidade de grandes nações que, embora realizada originalmente pela força política, agora se tornou um poderoso coeficiente de produção social. O antagonismo da Comuna contra o poder de Estado foi tomado erradamente como uma forma exagerada da antiga luta contra a ultracentralização. Circunstâncias históricas peculiares podem ter impedido o desenvolvimento clássico, como na França, da forma burguesa de governo e podem ter permitido, como na Inglaterra, completar os grandes órgãos centrais de Estado por assembleias paróquiais (*vestries*) corruptas, por conselheiros traficantes, por ferozes administradores da assistência pública (*poor-law guardians*) nas cidades e por magistrados virtualmente hereditários nos condados. A Constituição Comunal teria restituído ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo Estado parasita, que se alimenta da sociedade e lhe estorva o livre movimento. Por este único ato ela teria iniciado a regeneração da França. A classe média francesa provincial viu na Comuna uma tentativa para restaurar a preponderância que a sua ordem manteve sobre o campo com Luís Felipe e que foi suplantada, com Luís Napoleão, pela pretensa dominação do campo sobre as cidades. Na realidade, a Constituição Comunal colocaria os produtores rurais sob a direção intelectual das capi-

THE
CIVIL WAR IN FRANCE.

ADDRESS

OF
THE GENERAL COUNCIL

OF THE
INTERNATIONAL WORKING-MEN'S
ASSOCIATION.

Printed and Published for the Council by
EDWARD TRUELOVE, 256, HIGH HOLBORN,
1871.

LA
GUERRE CIVILE
EN FRANCE.

ADRESSE
DU
CONSEIL GÉNÉRAL
DE
L'ASSOCIATION INTERNATIONALE
des Travailleurs.

TRADUCTION FRANÇAISE.

tais dos seus distritos e estas ter-lhes-iam assegurado, nos operários, os naturais procuradores dos seus interesses. A própria existência da Comuna implicava, como uma coisa evidente, liberdade municipal local, mas já não como um obstáculo ao poder de Estado, agora substituído. Só podia passar pela cabeça de um Bismarck, o qual, quando não comprometido nas suas intrigas de sangue e ferro, gosta sempre de retomar a sua velha ocupação, tão

conveniente ao seu calibre mental, de colaborador do **Kladderadatsch** (4) (o *Punch* de Berlim (5)), só em tal cabeça podia entrar o atribuir à Comuna de Paris aspirações a essa caricatura da velha organização municipal francesa de 1791 - a constituição municipal prussiana - que rebaixa os governos de cidade a meras rodas secundárias na maquinaria policial do Estado prussiano. A Comuna fez uma realidade dessa deixa das revoluções burguesas - governo barato - destruindo as duas maiores fontes de despesa: o exército permanente e o funcionalismo de Estado. A sua própria existência pressupunha a não existência de monarquia, a qual pelo menos na Europa, é o lastro normal e o disfarce indispensável da dominação de classe. Ela fornecia à República a base de instituições realmente democráticas. Mas nem governo barato nem "República verdadeira" era o seu alvo último; eram-lhe meramente concomitantes.

A multiplicidade de interpretações a que a Comuna esteve sujeita e a multiplicidade de interesses que a explicaram em seu favor mostram que ela era uma forma política inteiramente expansiva, ao passo que todas as formas anteriores de governo têm sido marcadamente repressivas. Era este o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho.

Não fosse esta última condição, a Constituição Comunal teria sido uma impossibilidade e um engano. A dominação política do produtor não pode coexistir com a perpetuação da sua escravidão

social. A Comuna havia, pois, de servir como uma alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais assenta a existência de classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Emancipado o trabalho, todo o homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.

Em vez de decidir uma vez cada três ou seis anos que membro da classe governante havia de representar mal o povo no Parlamento, o sufrágio universal havia de servir o povo, constituído em Comunas, assim como o sufrágio individual serve qualquer outro patrão em busca de operários e administradores para seu negócio.

É um estranho fato. Apesar de toda a conversa grandiloquente e toda a imensa literatura dos últimos sessenta anos sobre a Emancipação do Trabalho, assim que em qualquer parte os trabalhadores tomam o assunto nas suas próprias mãos com determinação, surge logo toda a fraseologia apologética dos porta-vozes da presente sociedade com seus dois pólos: **Capital e Escravidão Assalariada** (o senhor da terra não é agora senão sócio comanditário do capitalista), como se a sociedade capitalista ainda estivesse no seu mais puro estado de inocência virginal, com os seus antagonismos ainda não desenvolvidos, os seus enganos, ainda não desmascarados, as suas realidades prostituídas ainda não postas a nu. A Comuna, exclamam eles, tenciona abolir a propriedade, base de toda a civilização! Sim, senhores, a

Comuna tencionava abolir toda essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade transformando os meios de produção, terra e capital, agora principalmente meios de escravizar e explorar o trabalho, em meros instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isto é comunismo, comunismo "impossível"! Ora, pois, aqueles membros das classes dominantes que são bastante inteligentes para perceber a impossibilidade de continuar o sistema presente - e são muitos - tornaram-se os apóstolos, importunos e de voz cheia da produção cooperativa. Se não cabe à produção cooperativa permanecer uma fraude e uma armadilha; se lhe cabe suplantir o sistema capitalista; se cabe às sociedades cooperativas unidas regular a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob o seu próprio controle pondo termo à anarquia constante e às convulsões periódicas que são a fatalidade da produção capitalista - que seria isto, senhores, senão comunismo, comunismo "possível"?

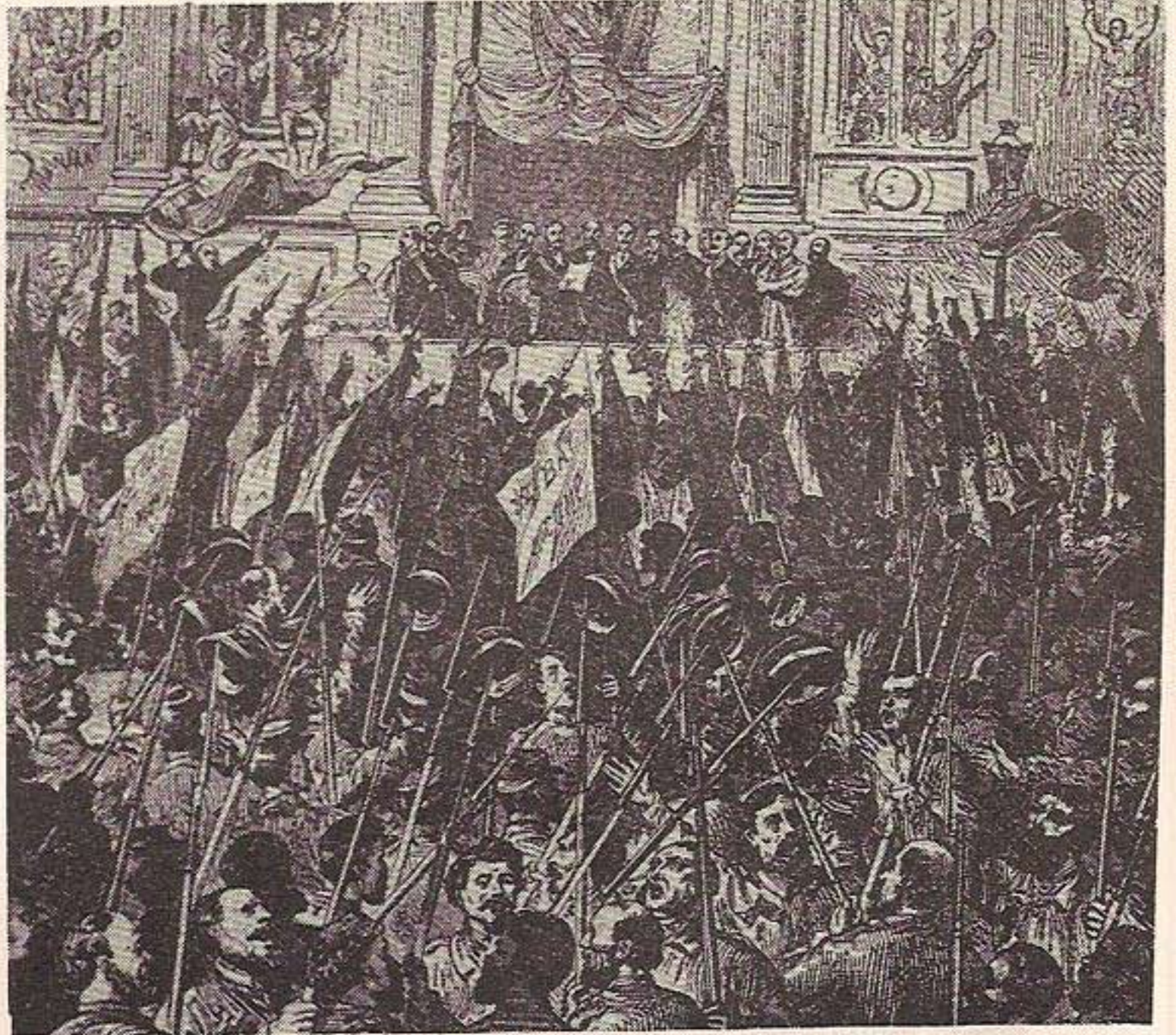
A classe operária não esperou milagres da Comuna. Ela não tem utopias prontas a introduzir *par décret du peuple* (por decreto do povo). Sabe que para realizar a sua própria emancipação - e com ela essa forma superior para a qual tende irresistivelmente a sociedade presente pela sua própria atividade econômica - terá de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformam circunstâncias e homens. Não tem de realizar ideais mas libertar os elementos da sociedade nova de que está grávida a própria velha sociedade

burguesa em colapso. Na plena consciência da sua missão histórica e com a resolução heróica de agir à altura dela, a classe operária poder permitir-se sorrir à inventiva grosseira dos lacaios de pena e tinteiro e ao patrocínio didático dos doutrinadores burgueses de boas intenções, que derramam as suas trivialidades ignorantes e as suas manias sectárias no tom oracular da infabilidade científica.

Quando a Comuna de Paris tomou a direção da revolução nas suas próprias mãos; quando simples operários ousaram pela primeira vez infringir o privilégio governamental dos seus "superiores naturais" e, em circunstâncias de dificuldades sem exemplo, executaram a sua obra modestamente, conscienciosamente e eficazmente - executaram-na com salários, o mais elevado dos quais mal atingia, segundo uma alta autoridade científica (6) um quinto do mínimo requerido para uma secretária de certo conselho escolar de Londres - o velho mundo contorceu-se em convulsões de raiva, à vista da Bandeira Vermelha, símbolo da República do Trabalho, a flutuar sobre o Hotel de Ville.

Na realidade, a Constituição Comunal colocaria os produtores rurais sob a direção intelectual das capitais dos seus distritos e estas ter-lhes-iam assegurado, nos operários, os naturais procuradores dos seus interesses.

E, contudo, era a primeira revolução em que a classe operária era abertamente reconhecida como a única classe capaz de iniciativa social, mesmo pela grande massa da classe média de Paris - lojistas, comerciantes, negociantes - excetuados só os



Proclamação da Comuna de Paris, em 28 de março de 1871

capitalistas ricos. A Comuna tinha salvo aqueles por uma sagaz regulamentação dessa causa permanentemente repetida de disputa entre as próprias classes médias: as contas de deve e haver (7). A mesma parte da classe média, depois de ter ajudado a derrotar a insurreição operária de Junho de 1848, foi logo sacrificada sem cerimônias aos seus credores (8) pela então Assembléia Constituinte. Mas este não era o seu único motivo para se juntar agora em torno da classe operária. Ela sentia que só havia uma alternativa - a Comuna ou o Império - qualquer que fosse o meio com que pudesse reaparecer. O Império tinha-a arruinado economicamente pela devastação que fez da riqueza pública, pela burla financeira em grande escala, que encorajou, pelos adereços que emprestou à centralização artificialmente acelerada de capital e pela expropriação concomitante nas suas próprias fileiras. Ele

tinha-a suprimido politicamente, tinha-a escandalizado moralmente pelas suas orgias, tinha insultado o seu voltairianismo ao entregar a educação dos seus filhos aos *frères Ignorantins* (9), tinha revoltado o seu sentimento nacional francês ao precipitá-lo de cabeça numa guerra que só deixava um equivalente para as ruínas que fizera: o desaparecimento do Império. De fato, após o êxodo de Paris de toda a alta boêmia bonapartista e capitalista, o verdadeiro partido da ordem da classe média apareceu na forma da "Union Républicaine" (10), alistando-se sob as cores da Comuna e defendendo-a contra a deturpação premeditada de Thiers. O tempo terá de mostrar se a gratidão deste grande corpo da classe média resistirá à severa prova atual.

Se a Comuna era, assim, o verdadeiro representante de todos os elementos sãos da sociedade francesa e, portanto,

o verdadeiro governo nacional, ela era ao mesmo tempo, como governo de operários, como campeã intrépida da emancipação do trabalho, expressivamente internacional. À vista do exército prussiano, que tinha anexado à Alemanha duas províncias francesas, a Comuna anexava à França o povo trabalhador do mundo inteiro.

Sim, senhores, a Comuna tencionava abolir toda essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela aspirava à expropriação dos expropriadores.

O segundo Império tinha sido o jubileu da vigarice cosmopolita, com os devassos de todos os países a precipitarem-se ao seu chamamento para participarem nas suas orgias e na pilhagem do povo francês. Mesmo neste momento, o braço direito de Thiers é Ganesco, o valáquio imundo, e o seu braço esquerdo é Markovski, o espião russo. A Comuna concedeu a todos os estrangeiros a honra de morrer por uma causa imortal. Entre a guerra estrangeira, perdida pela traição da burguesia, e a guerra civil, provocada pela sua conspiração com o invasor estrangeiro, a burguesia tinha encontrado tempo para exhibir o seu patriotismo organizando caçadas policiais aos alemães na França. A Comuna fez de um operário alemão (11) o seu ministro do Trabalho. Thiers, a burguesia e o segundo Império tinham continuamente enganado a Polônia com ruidosas profissões de simpatia, entregando-a, na realidade, à Rússia, e fazendo o trabalho sujo desta. A Comuna honrou os filhos heróicos da Polônia (12) colocando-os à

cabeça dos defensores de Paris. E, para marcar amplamente a nova era da história que ela estava consciente de iniciar, a Comuna deitou abaixo esse símbolo colossal da glória marcial, a coluna Vendôme (13), sob os olhos dos vencedores prussianos, por um lado, e do exército bonapartista dirigido por generais bonapartistas, por outro.

A grande medida social da Comuna foi a sua própria existência atuante. As suas medidas especiais não podiam senão denotar a tendência de um governo do povo pelo povo. Tais foram a abolição do trabalho noturno dos oficiais de padaria; a proibição, com penalização, da prática dos patrões que consistia em reduzir salários cobrando multas à gente que trabalha para eles, sob variados pretextos - um processo em que o patrão combina na sua própria pessoa os papéis de legislador, de juiz e de executor, e sarrupia o dinheiro para o bolso. Outra medida desta espécie foi a entrega a associações de operários, sob reserva de compensação, de todas as oficinas e fábricas fechadas, quer os capitalistas respectivos tivessem fugido quer tivessem preferido parar o trabalho.

As medidas financeiras da Comuna, notáveis pela sua sagacidade e moderação, só podiam ser as que eram compatíveis com o estado de uma cidade cercada. Considerando os roubos colossais cometidos sobre a cidade de Paris pelas grandes companhias financeiras e pelos empreiteiros, com a proteção de Haussmann (14), a Comuna teria tido um direito (title) incomparavelmente melhor para lhes confiscar a propriedade do que Luís Napoleão teve contra a família Orléans. Os Hohenzollern e os oligarcas ingleses, que colheram, uns e outros,

uma grande parte das suas propriedades da pilhagem da Igreja, ficaram grandemente chocados, naturalmente, com os apenas 8.000 francos que a Comuna retirou da secularização.

Enquanto o governo de Versalhes, mal recuperou algum ânimo e alguma força, usava os meios mais violentos contra a Comuna; enquanto suprimia a livre expressão da opinião por toda a França, proibindo mesmo reuniões de delegados das grandes cidades; enquanto submetia Versalhes e o resto da França a uma espionagem que ultrapassou de longe a do segundo Império; enquanto fazia queimar pelos seus inquisidores - gendarmes - todos os jornais impressos em Paris e inspecionava toda a correspondência de e para Paris; enquanto na Assembleia Nacional as mais tímidas tentativas para colocar uma palavra a favor de Paris eram submergidas em gritaria, de uma maneira desconhecida mesmo da **Chambre introuvable** de 1816 (15), com a guerra selvagem de Versalhes fora de Paris e, dentro, as suas tentativas de corrupção e conspiração - não teria a Comuna atraído vergonhosamente a sua segurança, pretendendo respeitar todas as boas maneiras e aparências de liberalismo como num tempo de profunda paz? Tivesse o governo da Comuna sido semelhante ao de M. Thiers e não teria havido mais ocasião para suprimir jornais do partido da ordem em Paris do que houve para suprimir jornais da Comuna em Versalhes.

Era na verdade irritante para os Rurais que, no próprio momento em que declaravam ser o regresso à Igreja o único meio de salvação da França, a Comuna infiel desenterasse os mistérios peculiares do convento de freiras

de Picpus e da Igreja de Saint-Laurent (16). Era uma sátira contra M. Thiers o fato de que, enquanto ele fazia chover grã-cruzes sobre os generais bonapartistas, em reconhecimento da sua maestria a perder batalhas, a assinar capitulações e a enrolar cigarros em Wilhelmshe (17), a Comuna demitia e prendia os seus generais sempre que eram suspeitos de negligências para com os seus deveres. A expulsão e prisão, pela Comuna, de um de seus membros (18), que nela se tinha esgueirado sob um falso nome e sofrido seis dias de prisão em Lyon por bancarrota simples, não era um insulto deliberado, atirado a Jules Favre, o falsário, então ainda ministro dos Negócios Estrangeiros da França, ainda a vender a França a Bismark e ainda a ditar as suas ordens a esse governo-modelo da Bélgica? Mas, na verdade, a Comuna não aspirava à infalibilidade, o atributo invariável de todos os governos de velho cunho. Ela publicava os seus ditos e feitos, inteirava o público de todas as suas falhas.

E, contudo, era a primeira revolução em que a classe operária era abertamente reconhecida como a única classe capaz de iniciativa social, mesmo pela grande massa da classe média de Paris - lojistas, comerciantes, negociantes - excetuados só os capitalistas ricos.

Em cada revolução intrometem-se ao lado dos seus representantes verdadeiros, homens de um cunho diferente; alguns deles sobreviventes e devotos de revoluções passadas, sem discerni-



mento do movimento presente, mas conservando influência popular pela sua honestidade e coragem conhecidas ou pela simples força da tradição; outros, meros vociferadores, que à força de repetir ano após ano o mesmo sortido de declamações estereotipadas contra o governo do dia, se insinuaram na reputação de revolucionários da primeira água. Depois de 18 de Março também surgiram tais homens e, em alguns casos, imaginaram desempenhar papéis proeminentes. A tanto quanto chegou o seu poder, estorvaram a ação real da classe operária, exatamente como homens desta espécie tinham estorvado o pleno desenvolvimento de cada revolução anterior. São um mal inevitável: com o tempo são sacudidos; mas tempo não foi concedido à Comuna.

Prodigiosa, na verdade, foi a mudança que a Comuna operou em Paris! Não mais qualquer traço de Paris prostituída do segundo Império. Paris já não era o ponto de encontro dos senhores de terra

britânicos, dos absenteístas irlandeses (19), dos ex-escravistas e ricos feitos à pressa (20) americanos, dos ex-proprietários de servos russos e dos boiardos valáquios. Não mais cadáveres na morgue nem arrombamentos noturnos, quase nenhum roubo; de fato, pela primeira vez desde os dias de Fevereiro de 1848, as ruas de Paris eram seguras, e isto sem qualquer polícia de qualquer espécie.

“Já não ouvimos falar”, dizia um membro da Comuna, “de assassinios, de roubos nem de agressões; dir-se-ia que a polícia levou mesmo com ela para Versalhes toda a sua clientela conservadora.”

As cocottes (21) tinham reencontrado o rastro dos seus protetores - os homens de família, de religião e, acima de tudo, de propriedade, em fuga. Em vez daquelas, as verdadeiras mulheres de Paris apareceram de novo à superfície, heróicas, nobres e dedicadas, como as mulheres da antiguidade. A Paris operária, pensante, combatente, a sangrar - quase esquecida, na sua

incubação de uma sociedade nova, dos canibais às suas portas - radiante no entusiasmo da sua iniciativa histórica!

Oposto a este mundo novo em Paris, observe-se o mundo velho em Versalhes - essa assembleia dos vampiros de todos os regimes defuntos, legitimistas e orleanistas, ávidos de se alimentarem da carcaça da nação - com uma cauda de republicanos antediluvianos, sancionando com a sua presença na Assembleia a rebelião dos escravistas, fiando-se, para a manutenção da sua república parlamentar, na vaidade do charlatão senil à sua cabeça, e caricaturando 1789 ao realizarem as suas reuniões de espectros no *Jeu de Paume* (22). Ali estava ela, essa Assembleia, a representante de tudo o que estava morto na França, mantida numa aparência de vida só pelos sabres dos generais de Luis Bonaparte. Paris toda ela verdade, Versalhes toda ela mentira; e essa mentira, exalada pela boca de Thiers.

Thiers diz a uma deputação de presidentes de município de Seine-et-

Oise:

"Podeis contar com a minha palavra, nunca faltei a ela."

Diz à própria Assembleia que "ela é mais livremente eleita e a mais liberal que a França teve alguma vez"; diz à sua soldadesca heterogênea que ela era "a admiração do mundo e o mais belo exército que a França teve alguma vez"; diz às Províncias que o bombardeamento de Paris por ele, era um mito:

"Se foram atirados alguns tiros de canhão, não foi pelo exército de Versalhes, mas por alguns insurretos, para fazer crer que se batem quando nem sequer ousam mostrar-se."

Diz outra vez às províncias que:

"a artilharia de Versalhes não bombardeia Paris, apenas a canhoneia".

Diz ao arcebispo de Paris que as pretensas execuções e represálias (!) atribuídas às tropas de Versalhes era tudo disparate. Diz a Paris que só estava ansioso "por libertá-la dos horríveis tiranos

que a oprimem" e que, na realidade, a Paris da Comuna não era "mais do que um punhado de celebrados".

A Paris de M. Thiers não era a Paris real da "vil multidão" mas uma Paris fantasma, a Paris dos *franc-filleurs* (23), a Paris macho e fêmea dos *Boulevards* - a Paris rica, capitalista, dourada, preguiçosa, que se apinhava agora em Versalhes, Sainte-Denis, Rueil e Saint Germain com os seus lacaios, os seus fura-greves, a sua boemia literária e as suas *cocottes*; que considerava a guerra civil só uma diversão agradável, que olhava o desenrolar da batalha através de telescópios, que contava os tiros de canhão e jurava pela sua própria honra e pela das suas prostitutas que o espetáculo estava de longe mais bem montado do que o que costumava ser à Porte-Saint-Martin. Os homens que caíam estavam realmente mortos; os gritos dos feridos eram gritos mesmo a sério; e, além disso, a coisa, era toda ela tão intensamente histórica.

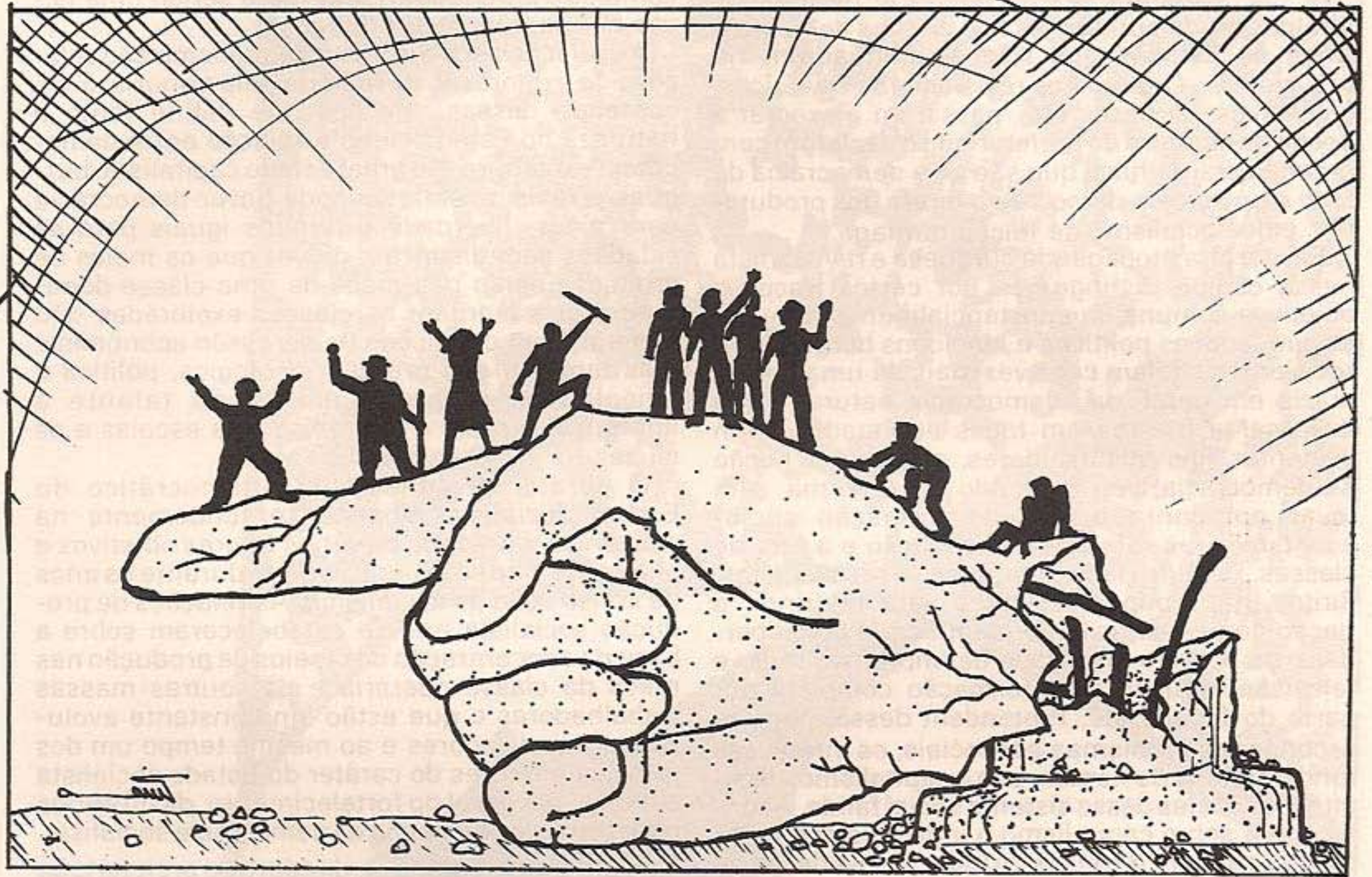
É esta a Paris de M. Thiers, a emigração de Koblenz era a França de M. de Calonne (24).



- (1) - Isto é, partidária da realeza.
 (2) - Aqui no sentido de: dominação imperial. (Nota da edição portuguesa)
 (3) - Girondinos: na grande revolução burguesa francesa de fins do século XVIII, partido da grande burguesia (deve a sua designação ao departamento da Gironda), atuou contra o governo jacobino e as massas revolucionárias que o apoiavam sob a bandeira da defesa dos direitos dos departamentos à autonomia e à federação.
 (4) - Kladderadatsch: semanário satírico ilustrado, editado em Berlim desde 1848.
 (5) - Punch, or the London Charivari (Polichinelo, ou o Charivari de Londres): semanário humorístico inglês de tendência liberal burguesa, publicado em Londres a partir de 1841.
 (6) - Professor Huxley. (Nota da edição alemã de 1871).
 (7) - Trata-se do decreto da Comuna de Paris de 16 de Abril de 1871 prorrogando por três anos o prazo de pagamentos de todas as dívidas e abolindo o pagamento de juros por elas.
 (8) - Marx alude à rejeição pela Assembléia Constituinte em 22 de Agosto de 1848 do projeto de lei sobre as "concordatas amigáveis" (concordatas à l'amiable), que previa o adiamento do pagamento das dívidas. Em consequência disto uma parte significativa da pequena burguesia caiu na ruína e ficou na dependência dos credores, membros da grande burguesia.
 (9) - Frères ignorantis (Irmãos ignorantinhos): designação de uma ordem religiosa que surgiu em Reims em 1680, cujos membros se dedicavam a ensinar crianças pobres; nas escolas da ordem os alunos recebiam sobretudo uma educação religiosa, adquirindo conhecimentos muito exíguos dos outros domínios.
 (10) - Union republicaine des départements (União Republicana dos Departamentos): organização política composta por representantes das camadas pequeno-burguesas, oriundos das diversas regiões de França e que viviam em Paris, apelou para a luta contra o governo de Versalhes e a Assembléia Nacional monárquica e para o apoio à Comuna de Paris em todos os departamen-



- tos.
 (11) - Leo Frankel.
 (12) - J. Dombrowski e W. Wróblewski.
 (13) - A Coluna Vendôme foi construída em 1806-1810 em Paris em honra das vitórias da França Napoleônica; foi fundida com o bronze dos canhões inimigos capturados e era encimada por uma estátua de Napoleão. A 16 de Maio de 1871, por decisão da Comuna de Paris, a Coluna Vendôme foi derrubada.
 (14) - Durante o segundo império, o barão de Haussmann foi prefeito do Departamento do Sena, isto é, da Cidade de Paris. Introduziu uma quantidade de alterações no plano da cidade com o propósito de facilitar o esmagamento de insurreições operárias. (Nota da edição russa de 1905, publicada sob a direção de V.I. Lenine).
 (15) - "Chambre introuvable" ("Câmara impossível de encontrar"); Câmara dos Deputados em França em 1815-1816 (primeiros anos do regime da Restauração), composto por ultra-reacionários.
 (16) - No Convento de Picpus foram descobertos casos de reclusão de freiras em celas durante muitos anos; foram encontrados também instrumentos de tortura; na Igreja de Saint-Laurent foi descoberto um cemitério clandestino, prova de que eram cometidos assassinios. A Comuna divulgou estes fatos no jornal Mot d'Ordre (Palavra de Ordem) de 5 de Maio de 1871, e também na brochura Les crimes des congrégations religieuses (Os Crimes das Congregações Religiosas).
 (17) - A principal ocupação dos prisioneiros de guerra franceses em Wilhelmshohe era fazer cigarros para uso próprio.
 (18) - Blanchet.
 (19) - Absenteístas: grandes proprietários fundiários que habitualmente não viviam nas suas propriedades, que eram administradas por agentes rurais ou arrendadas a intermediários especuladores que por sua vez as entregavam em subarrendamento, em condições leoninas, a pequenos rendeiros.
 (20) - No original: "shoddy aristocrats". Shoddy: restos de algodão que ficam nos pentes depois da cardagem, matéria inutilizável e sem qualquer valor até que se encontrou um meio de tratamento e aproveitamento da mesma. Na América chama-se shoddy aristocrats aos homens que tinham enriquecido rapidamente com a guerra civil.
 (21) - Em francês no texto: cocotes (Nota da edição portuguesa).
 (22) - Em francês no texto: jogo da Pela. (Sala de jogos onde a Assembléia Nacional de 1789 tomou as suas célebres decisões - A 9 de Julho de 1789 a Assembléia Nacional proclamou-se Assembléia Constituinte e realizou as primeiras transformações anti-feudais e antiabsolutistas - Nota de Engels à edição alemã de 1871).
 (23) - Francs-fileurs (literalmente "franco-fugitivos"): alcunha desdenhosa dada aos burgueses parisienses que fugiram da cidade durante o cerco. A alcunha tinha um caráter irônico dada a sua analogia com a palavra francs-tireurs (franco-atiradores), designação dos guerrilheiros franceses que participaram ativamente na luta contra os prussianos.
 (24) - Koblenz: cidade da Alemanha. Durante a revolução burguesa francesa de fins do século XVIII foi o centro da emigração da nobreza monárquica e da preparação da intervenção contra a França revolucionária. Em Koblenz encontrava-se o governo emigrado chefiado por Calonne, ultra-reacionário, ex-ministro de Luís XVI.



A Democracia e a Ditadura do Proletariado na Albânia Socialista *

Aranit Cela **

** Presidente da Corte Suprema de Justiça da Albânia

Hoje, uma nova moda está em voga. Os imperialistas americanos e seus parceiros, sob pretexto de defesa da democracia, qualificam de representantes da ditadura, de Estados totalitários, de opressores dos direitos do homem todos os Estados que não se enquadram no seu modelo. Quanto aos revisionistas soviéticos, iugoslavos, chineses etc., passaram a execrar a noção de ditadura do proletariado e declaram com grande estardalhaço que são pela democracia de todo o povo, pela democracia direta dos produtores, pelo socialismo de feição humana.

Em geral, a propaganda burguesa e revisionista nesse campo distingue-se por certos traços e objetivos comuns ou substancialmente comuns. De um lado, os políticos e ideólogos burgueses e revisionistas falam cada vez mais de uma democracia em geral, da "democracia natural", que deve ser a mesma em todos os Estados. Com evidentes fins mistificadores, encaram a noção de democracia, seu conteúdo e sua forma, sem levar em conta o tipo de formação sócio-econômica, as relações de produção e a luta de classes. De outro lado, burgueses e revisionistas, juntos, não poupam esforços para restringir a noção de democracia, ao identificá-la com liberdade de opinião, liberdade de imprensa, rádio e televisão, difusão de informação completa por parte do Estado etc. Pretendem dessa maneira esconder os problemas essenciais, os interesses fundamentais do homem sob o capitalismo, dissimular os males desse sistema social falido. Acontece que sob o capitalismo o indivíduo sofre não porque não tem direito de criticar o presidente ou algum ministro, mas pelo fato de não gozar do direito ao trabalho de não ter condições de garantir seu sustento, de não encontrar na lei proteção contra atos arbitrários das autoridades, de estar permanentemente sujeito à violência dos bandidos etc. Somente nos países da Europa ocidental, segundo dados da OECD, existem atualmente (1985) 12,4 milhões de desempregados.

Freqüentemente a propaganda burguesa e revisionista se esforça para justificar a natureza opressiva e arbitrária do poder nos países capitalistas, pretendendo que assim é devido aos defeitos das pessoas ou dos grupos que estão na direção dos negócios do Estado, ao caráter, às tendências de sua política etc. Ora, o marxismo-leninismo, a história da evolução da sociedade humana, têm demonstrado que a existência da democracia e da ditadura não depende essencialmente da boa ou má vontade dos homens, de indivíduos ou de grupos que circunstancialmente detêm o poder em algum Estado. Evidentemente, os representantes do sistema capitalista não têm nenhum interesse em admitir que democracia e ditadura são noções de caráter histórico, fruto da propriedade privada dos meios de produção, da divisão da sociedade em classes e, portanto, da criação do Estado como instrumento de opressão nas mãos de uma classe determinada.

FICÇÃO POLÍTICA

As diversas teorias burguesas e revisionistas

sobre "democracia pura", "democracia em geral", "democracia de todo o povo", "democracia direta dos produtores" etc., não repousam sobre nenhuma base científica. A democracia completa, para todos, continuará sendo uma ficção enquanto existir o Estado.

As relações sociais sob o capitalismo são relações de exploração da maioria pela minoria. E é o conteúdo dessas relações que define tanto a natureza do Estado como a relação entre democracia e ditadura. No atual Estado capitalista, burguês e revisionista, não pode haver democracia para todos, liberdade e direitos iguais para os cidadãos sem distinção, de vez que os meios de produção estão nas mãos de uma classe dominante, que mantém as classes exploradas não somente sob condições de opressão econômica, mas também sob pressão ideológica, política e psicológica, manipulando a seu talante a imprensa, o rádio e a televisão, as escolas e os clubes.

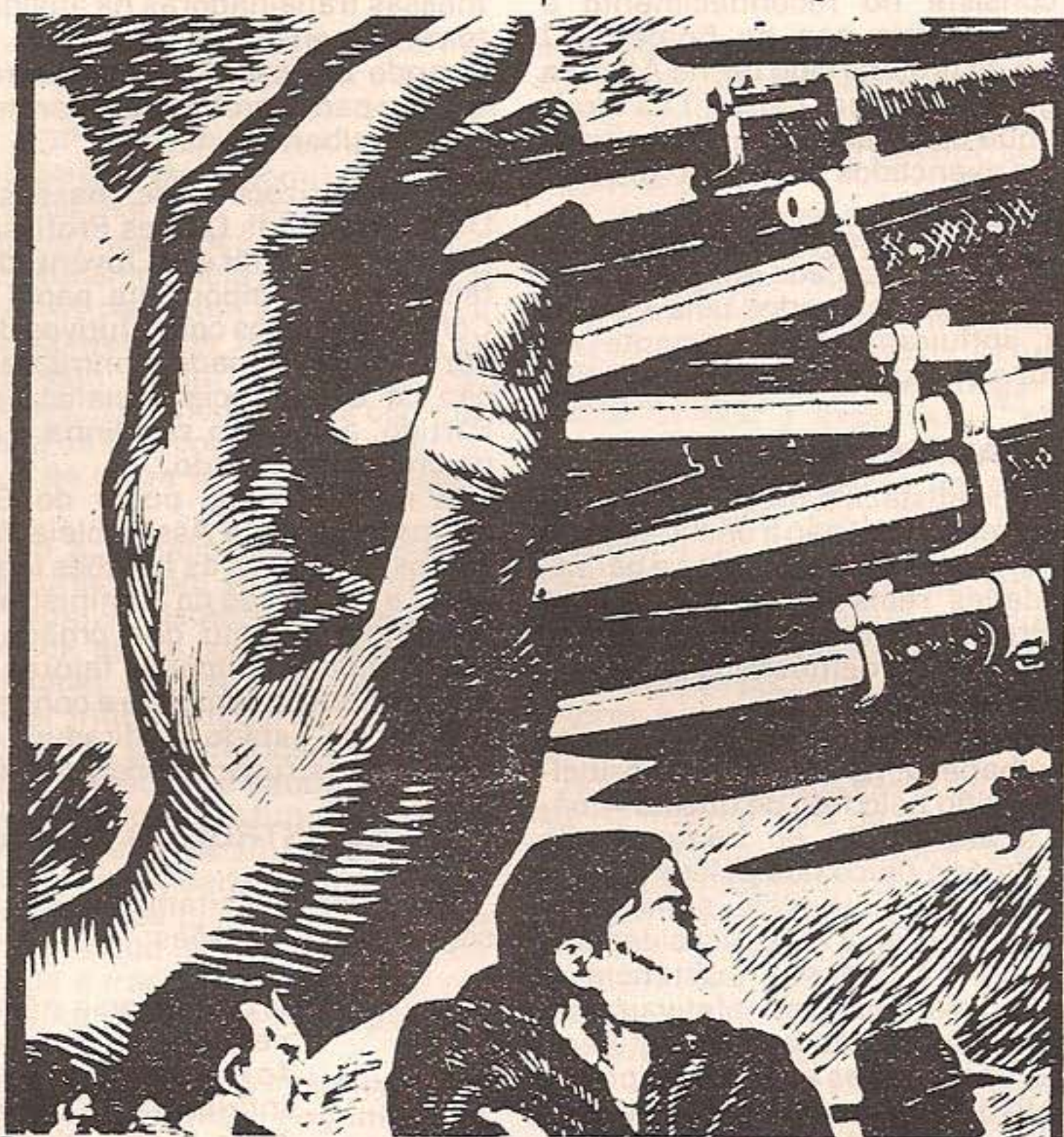
O caráter profundamente democrático do Estado socialista albanês se fundamenta na existência e unidade de vários fatores objetivos e subjetivos que se desenvolveram durante os anos de construção do socialismo. As relações de produção socialista que se estabeleceram sobre a base da concentração dos meios de produção nas mãos da classe operária e das outras massas trabalhadoras e que estão em constante evolução, são indicadores e ao mesmo tempo um dos principais fatores do caráter do Estado socialista albanês, em geral do fortalecimento, da profunda penetração e ampliação da democracia socialista.

A direção do Estado de ditadura do proletariado pela classe operária tendo à sua frente o Partido do Trabalho e guiando-se pela ideologia marxista-leninista, sua posição a serviço das massas trabalhadoras com o fim de construir o socialismo e o comunismo, revela o caráter democrático do Estado albanês e constitui o fator fundamental que está na origem do fortalecimento e ampliação da democracia albanesa.

DEMOCRACIA SOCIALISTA

A experiência albanesa mostra que a noção de democracia socialista tem um vasto campo de ação, que vai dos direitos elementares dos trabalhadores (liberdade de opinião, reunião, domicílio, intangibilidade do indivíduo, direito ao trabalho etc.) até o mais elevado direito que torna as massas trabalhadoras senhoras absolutas do país através da participação direta na gestão do Estado e do exercício de seu controle.

A fim de assegurar sua dominação sobre as massas trabalhadoras, o sistema político capitalista, burguês ou revisionista, tem como princípio manter o povo alheio à direção do Estado. Basta dar uma olhada na composição dos parlamentos dos Estados que se consideram os paladinos da democracia para que se verifique que a exclusão das massas trabalhadoras do poder é um fato incontestável. Tomamos como exemplo as duas câmaras do parlamento americano que têm juntas 535 deputados e senadores. Somente 6 deles são operários, 17 negros e 21 mulheres,



enquanto o resto é constituído de banqueiros e milionários. Nem mesmo nas assembleias da Grécia e Roma antigas se encontraria uma diferenciação de classe tão marcante.

O grau de participação da classe operária e das massas trabalhadoras no governo do país consiste na orientação principal do desenvolvimento da democracia socialista na Albânia. Só o fato de que atualmente 35.728 conselheiros populares e 162.000 ativistas participam dos conselhos populares, sem falar de milhares e milhares de especialistas engajados nos conselhos técnicos das empresas, juízes substitutos, procuradores populares e colaboradores voluntários dos órgãos públicos, é uma clara demonstração da participação concreta das massas trabalhadoras na atividade do Estado albanês de ditadura do proletariado, portanto, da democracia socialista em ação. Ao mesmo tempo, os conselhos populares e centenas de outros organismos desenvolvem, põem em movimento as energias revolucionárias do povo, suas possibilidades e capacidades criadoras na luta pelo socialismo.

AS MASSAS NO PODER

Além disso, a experiência albanesa mostra que a participação das massas no governo do país constitui um fator decisivo que permite manter e aprofundar o caráter democrático do Estado de ditadura do proletariado, evitar o burocratismo de Estado, preparar a etapa superior do desenvolvi-

mento social, quando a existência do Estado não será mais necessária. O grau de participação das massas trabalhadoras na atividade estatal, as formas desta participação, têm evoluído ininterruptamente durante os anos de poder popular, em função da consolidação e evolução das relações sociais socialistas, do fortalecimento e extensão da atividade estatal, da ampliação da base social da ditadura do proletariado e do grau de elevação da consciência social das massas trabalhadoras.

As liberdades e os direitos democráticos de que gozam as amplas massas, assim como sua realização prática, constituem uma importante revelação da democracia socialista praticada na Albânia.

A vitória do socialismo em todos os domínios, principalmente no domínio da economia, permitiu à Albânia liquidar as crises econômicas, o desemprego, a miséria. Na Albânia, o socialismo criou condições a uma vida culta, pura e sã, transformou o universo espiritual do povo albanês. Os direitos econômicos, como o direito ao trabalho e à remuneração segundo a quantidade e a qualidade do trabalho realizado, o direito gratuito à assistência médica e à instrução, com os quais sonham e pelos quais se batem os proletários nos países dominados pelo capital, constituem a parte principal dos direitos de que gozam os trabalhadores da República Popular Socialista da Albânia.

Uma das mais importantes vitórias da revolu-

ção albanesa consiste no reconhecimento à mulher de direitos iguais aos do homem. O Estado de ditadura do proletariado fez na Albânia no espaço de alguns anos para garantir os direitos da mulher, o que os Estados que se consideram entre os mais avançados do mundo fizeram no espaço de séculos.

Esses direitos políticos, como a liberdade de palavra e de imprensa, a liberdade de reunião, os direitos eleitorais etc., sancionados pela Constituição albanesa, influíram profundamente no caráter democrático do Estado e do regime socialista da Albânia.

CIDADÃO LIVRE

A democracia socialista albanesa tem como traço característico essencial não a declaração de liberdade e de direitos dos cidadãos, mas a garantia das possibilidades reais de traduzí-los em fatos. E eis aqui precisamente um dos elementos essenciais que distingue a democracia socialista da burguesa e revisionista.

O princípio da igualdade dos cidadãos, inscrito na Constituição albanesa, não é um mero princípio, pois está garantido pelo fato de que na Albânia foi abolida a exploração do homem pelo homem. Este fenômeno típico dos países capitalistas não existe na Albânia. Não somente o Estado albanês reconheceu a todos os cidadãos, desde os primeiros dias de sua existência, o direito ao trabalho, mas garantiu efetivamente este direito eliminando as causas que estão na origem das crises econômicas e do desemprego.

O exercício efetivo do direito à liberdade individual está assegurado na Albânia pelas normas constitucionais, que fazem com que o Estado ponha à disposição dos cidadãos os meios materiais necessários como o rádio, a imprensa, as salas de reunião etc.

Todo o poder na Albânia pertence às massas trabalhadoras, que o exercem por intermédio dos conselhos populares ou diretamente. São precisamente os conselhos populares, criados no fogo da luta contra os invasores e traidores, que constituem hoje a base do Estado socialista albanês.

Os conselhos populares, considerando a maneira como foram criados, as tarefas que lhes dizem respeito e as competências que lhes são reconhecidas, são os mais democráticos órgãos de massa e gozam de grande autoridade. Em clara oposição ao Estado capitalista, que não cessa de cavar um fosso insuperável entre o aparelho do Estado e as massas trabalhadoras, a organização estatal da ditadura do proletariado, graças à sua base política, o conselho popular, cria todas as possibilidades para uma participação sempre maior das massas.

As mais amplas massas trabalhadoras participam diretamente da gestão dos negócios do Estado. No debate popular organizado para examinar o projeto de Constituição participaram 1,5 milhão de trabalhadores. Para elaborar o projeto do sétimo plano quinquenal foram criados 23.000 grupos de planificação nas fábricas, com uma participação de 123.000 trabalhadores.

O controle operário e camponês é uma das formas mais importantes de participação das

massas trabalhadoras na atividade estatal. Como tem demonstrado a prática, vem desempenhando um papel de grande relevância, contribuindo para aprofundar o caráter democrático do Estado albanês.

As organizações de massas, como a Frente Democrática, as Uniões Profissionais, as organizações da Mulher e da Juventude, desempenham também um importante papel na vida do país. Como elementos constitutivos do sistema de ditadura do proletariado, contribuem para a realização da democracia socialista sob a direção do Partido, aplicando sua linha e colaborando com os órgãos do Estado.

A realização do poder do Estado atribuindo exclusivamente à Assembléia Popular e aos Conselhos Populares as funções legislativas e executivas, a colocação da administração sob direção e controle completo dos órgãos representativos, constituem igualmente fatores muito importantes que contribuem para a conservação do caráter popular do Estado de ditadura do proletariado e para a construção da democracia socialista.

CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA

Dos fatos que citamos acima, podemos tirar as seguintes conclusões:

A democracia não é feita de uma só vez. Ela se aprofunda, se amplia e se fortalece constantemente sob influência de diversos fatores objetivos e subjetivos. A consolidação das relações de produção socialistas, o fortalecimento da consciência socialista, a elevação do nível cultural das massas, o desenvolvimento correto da luta de classes, são fatores que contribuem sensivelmente para aprofundar e ampliar a democracia. Deve-se influir no desenvolvimento dos fatores objetivos e subjetivos tornando-os criteriosamente úteis a fim de garantir a democratização contínua do país.

A manutenção do papel dirigente da classe operária sob direção do PTA, a participação sempre mais ativa das amplas massas na direção e gestão dos negócios do Estado, são fatores essenciais que permitem aos albaneses defender, aprofundar e ampliar a democracia. O conjunto destes fatores constitui uma orientação importante para a sociedade e ao mesmo tempo uma tarefa permanente para os órgãos estatais e organizações sociais.

A consolidação dos conselhos populares, o estabelecimento permanente da colaboração entre os órgãos do poder com as organizações de massas, constituem uma garantia insubstituível e representam importantes fatores que servem para conservar e aprofundar o caráter democrático do Estado de ditadura do proletariado.

A ordem jurídica estabelecida na República Popular Socialista da Albânia, que se baseia na organização econômica da sociedade e

reflete a linha política do Partido e os ensinamentos do camarada Enver Hoxha, tem sido uma garantia da defesa e do progresso da democracia socialista. Assim, trata-se de fortalecer constantemente as relações jurídicas instauradas e, portanto, criar condições mais adequadas à aplicação da legalidade socialista.

O ESTADO ALBANÊS

Desenvolvendo a idéia de Engels segundo a qual o Estado é "uma força particular para oprimir", Lênin disse que "a força particular destinada a oprimir o proletariado pela burguesia, isto é, milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma força particular que sirva para oprimir a burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado)"(1).

Falando sobre a necessidade de usar a coerção estatal para reforçar o sistema socialista na Albânia, o camarada Enver Hoxha disse que "não pode haver autoridade do Estado e da lei sem tribunais, sem ministério público e sem órgãos dos negócios interiores"(2).

A coerção exercida pelo Estado subentende o conjunto de medidas de coerção previstas na lei que o Estado de ditadura do proletariado utiliza para realizar suas funções. Na Albânia, a coerção exercida pelo Estado é aplicada nos diversos domínios das relações jurídicas e o grau, a intensidade e as formas de sua execução, dependem da importância das relações jurídicas que são defendidas, bem como da extensão e intensidade da luta de classes.

A coerção exercida pelo Estado albanês, na forma ou no conteúdo, difere totalmente da repressão utilizada pelos Estados capitalistas, burgueses e revisionistas. E por isso é natural que se pergunte: em que consiste essa diferença e sobre que se baseia?

O Estado explorador tem por função principal usar a repressão sob todas as formas. A fim de cumprir sua função interna, que consiste em oprimir a maioria do povo, o Estado capitalista, americano ou soviético, inglês ou chinês etc., dedica-se por todos os meios a reforçar os órgãos de polícia judiciária, a ampliar e aperfeiçoar as prisões e os campos de concentração. No que concerne à sua função externa, que visa particularmente a ampliar seu território, a implantar sua hegemonia etc., tem recorrido a outros meios: manobras militares, espionagem, terrorismo de Estado, pressão econômica, provocações armadas, blocos econômicos etc.

De fato, nos países capitalistas e revisionistas, devido à oposição crescente das massas populares à dominação e exploração capitalistas, ao recrudescimento do fenômeno da criminalidade, fruto do sistema de exploração, a repressão exercida pelo Estado atingiu proporções espantosas.

Nas condições do socialismo albanês, o recurso à coerção não constitui a função principal do Estado de ditadura do proletariado.

DITADURA DO PROLETARIADO

A experiência albanesa corrobora incessantemente as afirmações de Lênin, segundo as quais

o conteúdo da ditadura do proletariado não consiste somente na violência. Seu conteúdo principal visa a organizar e disciplinar a parte mais progressista das massas trabalhadoras, sua vanguarda, a classe operária. A ditadura do proletariado tem como objetivo construir o socialismo, suprimir a divisão da sociedade em classes, fazer com que todos os membros da sociedade sejam trabalhadores, eliminar todas as fontes de exploração do homem pelo homem. O fato de que a coerção ocupa um lugar limitado no quadro das atividades exercidas pelo Estado, coloca em evidência as diferenças essenciais que existem entre o Estado socialista albanês e os Estados capitalistas, burgueses e revisionistas. Utilizando-se da estatística para efeito de comparação com outros países, considerando a consistência numérica da população albanesa, resulta que o número de processos criminais na Albânia, durante o ano de 1983, foi de 31 e 8 vezes inferior, respectivamente aos da Inglaterra e da Polônia; na Albânia, em 1982, foram condenados por infrações penais 6,2 vezes menos cidadãos do que na Hungria, enquanto durante o primeiro semestre de 1984 foram condenados por infrações de ordem econômica (apropriação, danos etc.) 13 vezes menos cidadãos do que na Iugoslávia, o país do chamado socialismo autogestionário. Estes números comprovam as afirmações do camarada Enver Hoxha, segundo as quais "enquanto em todos os países do mundo as prisões se enchem, na Albânia socialista elas se esvaziam"(3).

O Estado socialista mantém-se e sustenta a direção das massas trabalhadoras graças sobretudo a seu trabalho de esclarecimento e convicção. É como Estado da classe operária e das outras massas trabalhadoras que ele se utiliza da violência somente contra uma minoria, os inimigos e malfeitores. Diferentemente do que acontece nos países capitalistas, burgueses e revisionistas, na Albânia o povo trabalhador e seu sistema jurídico socialista não são confrontados a nível de contradições antagônicas, que não podem ser resolvidas senão pelo uso da violência. As contradições que se criam na sociedade albanesa, entre o aparelho de Estado, o sistema jurídico e os trabalhadores, não são em geral antagônicas e, enquanto tais, são resolvidas pelo método do esclarecimento e convicção, pelas reformas e medidas organizacionais. A unidade de interesses, de objetivos entre o Estado e as massas trabalhadoras, a unidade do povo em torno do Partido, fazem com que o método de esclarecimento e convicção se revele como o melhor dos métodos. Por outro lado, a participação das massas na direção dos negócios do Estado e da vida social, sua mobilização, sua influência, reduzem consideravelmente a necessidade de recorrer à coerção do Estado. A repressão exercida pelo Estado albanês visa fins educativos. Haja vista a variedade de medidas repressivas estabelecidas pela lei e o modo pelo qual são reguladas. A tendência na Albânia é o uso mais amplo possível de medidas não corporais como a advertência amigável, a crítica e denúncia diante do coletivo de trabalhadores, a educação através do trabalho, etc. O Partido sem-



pre recomendou limitar ao máximo o uso da violência enquanto medida repressiva exercida pelo Estado. Não obstante os conluios dos inimigos do Partido e do Estado, desde Koçi Xoxe até Mehmet Shehu; Kadri Hazbiu e outros, visando a desnaturar a política do PTA e os ensinamentos do camarada Enver Hoxha sobre o exercício da ditadura do proletariado, não obstante o palavrório e as calúnias dos inimigos externos e escribas de aluguel, a República Popular Socialista da Albânia é um dos raros países do mundo que não conhece penas bárbaras inflingidas à dignidade humana, que se recusa terminantemente a recorrer à violência nos processos criminais, que não aplica senão em casos excepcionais a pena capital e que, em relação à sua população, se distingue pelo menor número de pessoas que foram privadas da liberdade ou condenadas por delitos penais.

BASE SOCIAL AMPLIADA

Outra característica da Albânia está no fato de que a esfera de aplicação da coerção estatal é bastante limitada. Em razão da natureza da sociedade socialista, do fato de que a base social da ditadura do proletariado não cessa de ampliar, e do fortalecimento constante da unidade do povo

em torno do Partido, o uso da violência estatal na Albânia está limitado tão somente à esfera da luta contra o fenômeno da criminalidade. É importante que se diga isto, pois a situação se apresenta de modo bem diferente nos países capitalistas, onde a repressão exercida pelo Estado assume proporções alarmantes, tanto no campo administrativo das relações de trabalho como no das relações civis.

Nesses países, milhares e milhares de trabalhadores são vigiados ou se encontram como se estivessem detidos pois se recusam a pagar impostos e taxas ao Estado, ou então porque participam de greves ou manifestações, ocupam fábricas, etc.

Isto mostra como a função ditatorial do Estado capitalista está em constante crescimento, enquanto se estreita cada vez mais a chamada democracia que os dirigentes burgueses e revisionistas, em determinadas condições, são obrigados a permitir, naturalmente sob pressão das massas populares.

No Estado albanês de ditadura do proletariado, o exercício da repressão estatal é regulamentado por rigorosas disposições legais. A história do Estado socialista albanês mostra com que tenacidade, continuidade e severidade, foi condenada

toda ação arbitrária cometida no uso da coerção estatal. A cada dia que passa, mais e mais a prática mostra que nos países burgueses e revisionistas a diferença que existe entre a repressão estatal, reconhecida pela lei, e a ação arbitrária da polícia e órgãos judiciários, está deixando de existir. Nestes últimos anos a grande imprensa mundial destacou que o Estado capitalista se serve, nas formas mais variadas, de organizações e bandos de malfeitores do tipo da Máfia para perpetrar atos terroristas dentro e fora do país.

A utilização da ditadura, isto é, da repressão estatal, é e será necessária na Albânia enquanto existirem o Estado, o cerco capitalista, a pressão ideológica exercida sobre o país, as sobrevivências das ideologias forâneas na consciência das pessoas, os remanescentes das classes exploradoras.

CONTRA OS INIMIGOS

A experiência da República Socialista da Albânia mostra que o grau de utilização da ditadura, da coerção estatal, o lugar que ela ocupa na atividade do Estado em determinado período, não é sempre o mesmo em cada etapa do desenvolvimento. Assim, o uso da coerção exercida pelo Estado foi mais acentuado nos primeiros anos que se sucederam à libertação do país. E isto é compreensível considerando-se que durante aqueles anos a base social da ditadura do proletariado era pouco extensa, o poder popular enfrentava ataques de numerosos inimigos, as sobrevivências do passado eram mais marcantes na consciência das pessoas, o nível de instrução e cultura das massas era pouco elevado, enquanto a burguesia e os revisionistas exerciam enorme pressão sobre o país através de suas redes de espionagem, enviando bandos armados, encorajando e organizando os inimigos. Contudo, o princípio fundamental permaneceu imutável nesse período: a coerção estatal não representava senão um instrumento de importância secundária, enquanto o esclarecimento e a convicção das massas populares constituía o principal método de trabalho realizado pelo Partido e o Estado.

A consolidação do sistema socialista albanês, o desenvolvimento das relações socialistas de produção, o fortalecimento da unidade moral e política do povo, a elevação do nível cultural das massas trabalhadoras diminuíram o campo de aplicação da coerção estatal. As modificações ocorridas na balança do método de esclarecimento e convicção e da coerção estatal refletem-se gradualmente na legislação socialista da Albânia. Atualmente, a coerção estatal é dirigida somente contra um pequeno grupo de inimigos e malfeitores.

Todos os assuntos abordados aqui relativos ao problema da coerção estatal, levam-nos às seguintes conclusões:

No Estado socialista albanês, que se baseia no apoio das massas trabalhadoras sob a direção do PTA e da ideologia marxista-leninista, o método de persuasão e esclarecimento das massas permanece sempre como princípio fundamental. "Nós, diz o camarada

Enver Hoxha, não renunciaremos jamais à política de persuasão, ao trabalho político realizado com perseverança e profundidade entre nossa gente" (4).

A coerção estatal, independentemente do grau de seu uso num determinado período, é uma característica constante do Estado de ditadura do proletariado albanês.

Ela não deixará de existir senão com a extinção do Estado. As medidas administrativas são não somente indispensáveis para neutralizar e frustrar as tentativas dos inimigos, mas constituem simultaneamente um importante meio que permite garantir e conservar a democracia socialista na Albânia.

Além disso a experiência mostra que a coerção estatal e o trabalho de esclarecimento e persuasão, considerados como um todo indivisível, completam-se numa vasta atividade desenvolvida pelo Estado socialista albanês. A esfera de aplicação da coerção estatal e do método de persuasão está em função direta do grau de desenvolvimento, da intensidade da luta de classes existente.

Quanto mais a Albânia avança, mais a unidade moral e política das massas trabalhadoras fortalece, mais se restringe a esfera da coerção estatal e mais se amplia o campo de aplicação do método de persuasão e esclarecimento das massas.

O Partido e os órgãos estatais da Albânia sempre tiveram como centro de sua atenção o desenvolvimento de uma justa relação entre democracia e ditadura. Para a solução dos problemas da edificação do socialismo como para aqueles relativos à defesa e ao fortalecimento do caráter democrático da ditadura do proletariado, a Albânia tem aplicado fielmente os ensinamentos de Marx, Engels, Lênin e Stálin, desenvolvidos pelo Partido e o camarada Enver Hoxha, nas novas condições nacionais e internacionais.

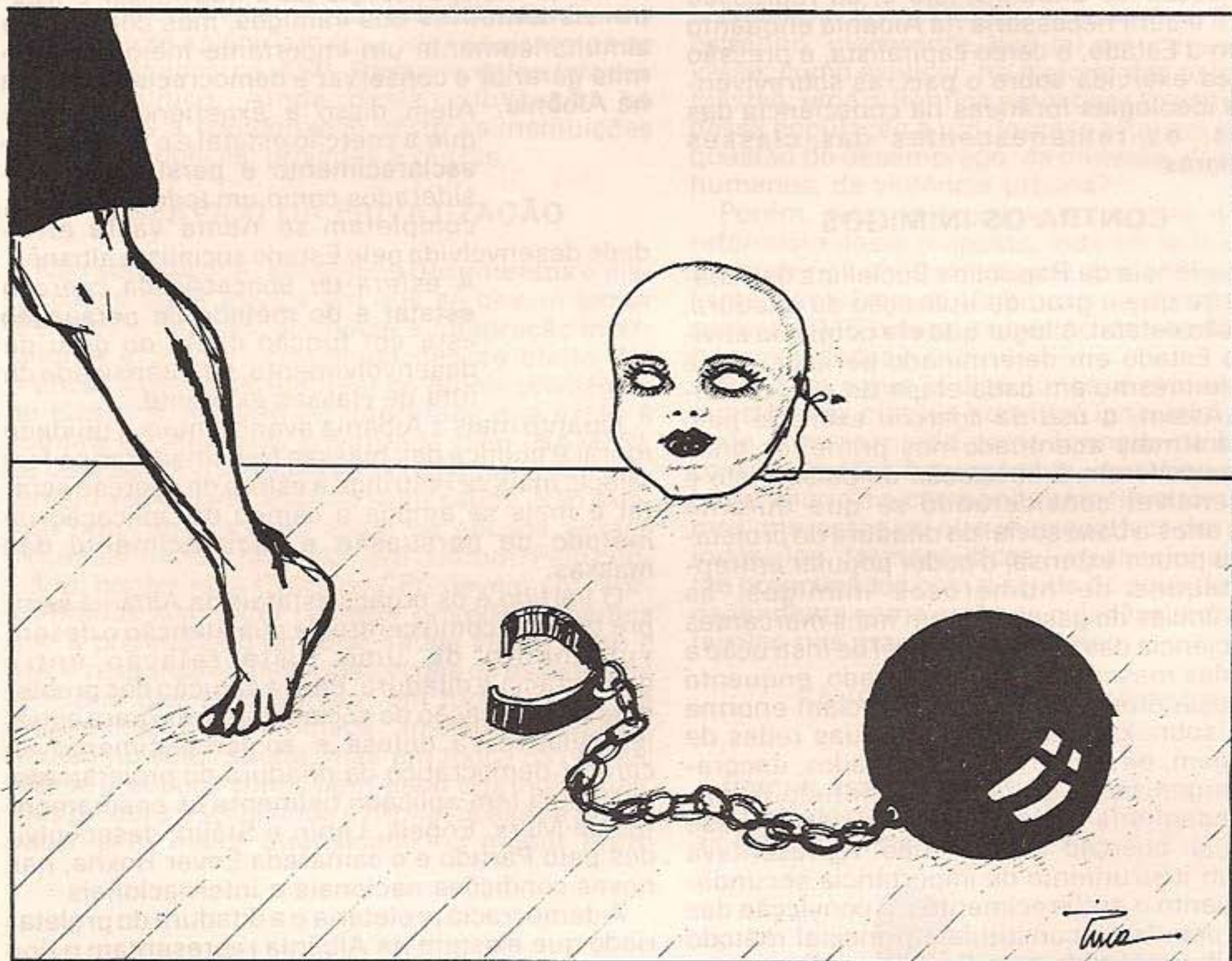
A democracia proletária e a ditadura do proletariado que existem na Albânia representam o tipo mais elevado do gênero. Distinguem-se de qualquer democracia e ditadura anteriores ou existentes atualmente. Sobre a diferença essencial entre a democracia proletária e todas as outras formas de democracia precedentes, Lênin dizia: "Democracia para a maioria esmagadora do povo e repressão pela força, isto é, negação de democracia aos exploradores, eis a modificação que se opera no regime com a transição do capitalismo ao comunismo" (5).

NOTAS:

1. V.I. Lênin. O Estado e a Revolução, ed. em albanês, pág. 24
2. Enver Hoxha. Obras, t. 6, pág. 348.
3. Enver Hoxha. Sobre o Poder Popular, pág. 348.
4. Enver Hoxha. Informes e Discursos 1972-1973, pág. 293
5. V.I. Lênin. Obras, ed. em albanês, t. 25, pág. 548

OBS: Intertítulos da equipe de redação da **Princípios**.

A Mulher, o direito e a política *



August Bebel **

Eu sou o poeta da mulher
tanto quanto o do homem
e digo que tanta grandeza existe
no ser mulher
quanta no ser homem,
e digo que não há nada maior
de que ser uma mãe de homens.

Walt Whitman (poeta norte-americano)

** August Bebel (1840-1930), foi um destacado dirigente comunista alemão. Em 1867 elegeu-se representante do Partido no Parlamento da Alemanha do Norte. Durante toda a sua vida de revolucionário, Bebel sofreu inomináveis perseguições por parte dos governos reacionários. A par da atividade revolucionária prática e de agitador comunista, Bebel distinguiu-se como teórico, tendo escrito as seguintes obras: *Nossos Propósitos*, *A guerra dos camponeses na Alemanha*, *A ação parlamentar do Reichstag alemão e das Câmaras dos Estados*, *Cristianismo e Socialismo*, *A Mulher e o Socialismo*, *A civilização muçulmano-árabe no Oriente e na Espanha*. Dos autores marxistas tornou-se um clássico no que tange à problemática da mulher e da luta por sua emancipação. A esse respeito Lênin afirmou: "sobre a condição da mulher tudo já foi dito por Bebel".

O texto foi extraído do livro
"A Mulher e o Socialismo", publicado
pela primeira vez em 1879

No momento em que está em discussão a inclusão dos direitos da mulher na Constituição, é oportuno publicar este texto de Bebel sobre a luta da mulher pela igualdade de direitos civis e políticos. Embora tenham-se registrado muitas conquistas nesse campo, o texto continua válido por reforçar a convicção de que os avanços alcançados pelas massas femininas são fruto de anos e anos de batalha renhida. Por outro lado o texto deixa claro que as mulheres sozinhas jamais alcançarão a total emancipação, pois esta vincula-se estreitamente às transformações sociais a serem empreendidas tendo à frente a classe operária.



Quando uma categoria, uma classe de indivíduos, vive submetida a dependência sempre encontra sua fórmula nas leis do país. As leis constituem o estado social de um povo, reduzido por certas fórmulas e expresso através destas. As leis são, por assim dizer, a própria imagem do povo. A mulher como sexo dependente e oprimido, não foge à regra geral. As leis são de ordem negativa ou positiva: negativa, quando na atribuição dos direitos não levam em conta os seres oprimidos, como se estes não existissem, e positiva, quando estatuem sua situação de inferioridade e indicam, se for o caso, algumas exceções.

Nosso direito comum se baseia no direito romano, que não reconhecia personalidade ao homem, a não ser o título de possuidor de alguma coisa. Entretanto, manteve sua influência, o antigo direito germânico que considerava o homem mais livre e tinha uma idéias mais digna da mulher, pois no tempo de Tácito existiam tribos que acatavam

mulheres como chefes, o que era uma monstruosidade aos olhos dos romanos. As idéias do direito romano estão presentes ainda hoje nas nações latinas, particularmente no que se refere ao sexo feminino. Não é, pois, efeito da castidade ou do capricho filológico o fato de que os idiomas neolatinos, ao falar do ser humano em geral ou do ser humano masculino, os designem com uma mesma palavra: 'homem'. O direito francês não conhece outro ser humano senão o varão, o que ocorria também em Roma, onde havia cidadãos romanos e somente mulheres de cidadãos romanos, não existindo a cidadã.

É supérfluo mencionar a variada lista dos muitos direitos comuns, particularmente da Alemanha. Bastam alguns exemplos.

Segundo o direito comum alemão, a mulher é em todas as partes menor em relação ao homem, e este, o senhor a quem deve obediência no matrimônio. Se a mulher falta a esta obediência, o Código prussiano

autoriza o homem de "baixa condição" a infligir-lhe uma correção moral moderada. Como não há estatutos que limitem a violência, o homem goza nesse particular faculdades ilimitadas.

SEM DIREITOS

Segundo o Código prussiano, o homem pode limitar a sua mulher o período de lactância do filho e resolver todas as questões referentes aos filhos por si e diante de si. Se morre o pai, a viúva é obrigada a aceitar um tutor, pois a mulher é considerada como menor e incapaz de criar sozinha, ainda quando só dispunha de sua fortuna ou do fruto de seu trabalho pessoal. Sua fortuna é administrada pelo esposo, e se este vai à falência, na maior parte dos Estados os bens da mulher são considerados propriedade do marido, dos quais este dispõe sem um contrato anterior ao matrimônio. Onde existe o direito de primogenitura para a propriedade territorial, ainda quando a mulher seja maior, não pode desfrutar de seus bens



caso tenha irmãos ou outros parentes por linha varonil e não recebe a herança até a morte destes.

Os direitos políticos, que têm o mesmo fundamento, estão vedados à mulher, e ela só pode exercê-los em casos particulares, como na Saxônia, onde a lei municipal lhe concede, como proprietária, o direito eleitoral ativo, mas lhe nega o passivo: a elegibilidade. Se é casada, recaem sobre o marido todos os direitos. Em quase nenhum Estado a mulher tem o direito de firmar contratos sem o consentimento de seu marido, exceto quando possui uma casa de comércio, que ela pode fundar segundo a nova lei. A mulher está excluída de toda ação da lei

prussiana sobre o direito de reunião proíbe os escolares, aprendizes menores de dezoito anos e às mulheres de participar de reuniões e assembléias políticas. Não faz muitos anos, vários códigos alemães de julgamento criminal proibiam às mulheres assistirem aos debates públicos dos Tribunais. Se uma mulher tem um filho natural perde o direito à pensão alimentícia caso tenha aceito qualquer presente de seu amante. Se pede a separação do marido, continua levando o sobrenome conjugal como recordação eterna.

Estes exemplos já são bastante lastimosos; contudo, na França a situação da mulher é ainda pior. Ali, no adultério con-

siderado simples, por parte do marido a mulher não pode queixar-se tendo em vista a separação; é necessário que o adultério tenha sido cometido em circunstâncias graves. O homem, ao contrário, tem em todo caso de adultério cometido pela mulher o direito de pedir a separação de imediato. O mesmo sucede na Espanha, em Portugal e na Itália.

A situação jurídica da mulher na Inglaterra melhorou sensivelmente desde agosto de 1882, em decorrência da enérgica propaganda realizada pelas mulheres entre o povo e junto ao Parlamento. Antes dessa data, a mulher inglesa era, na realidade, escrava de seu marido, que com inteira liber-

dade podia dispor a seu talante de sua pessoa e de seus bens e a tal ponto a mulher era considerada menor que o marido era responsável pelo crime da mulher, caso esta o cometesse na sua presença. Se a mulher causava algum prejuízo a um estranho, o marido era condenado, da mesma maneira que o dano fosse cometido por um animal doméstico. A lei de agosto de 1882 veio a colocar a mulher em igualdade de condições quanto ao direito civil.

BUSCANDO A IGUALDADE

A evidente e tangível desigualdade da mulher diante do direito com relação ao homem fez surgir entre as mais avançadas a pretensão aos direitos políticos, ao objetivo de influir legislativamente para obter sua igualdade. A própria idéia impulsiona as classes trabalhadoras a dirigir por todas as partes seus esforços para a conquista do poder político. O que parece justo para as classes trabalhadoras não pode deixar de sê-lo para a mulher, que, oprimida, acorrentada, escarnekida, tratada injustamente em todas as partes, tem não só o direito mas o dever de defender-se e servir-se de todas as armas para conquistar a sagrada liberdade. Sua alma se engrandece nessa luta. Naturalmente, contra esses esforços protestam ainda os sinistros clamores da reação. Examinemos as objeções dos retrógados.

A grande Revolução francesa de 1789, que deslocou o antigo organismo social e emancipou os espíritos de um modo nunca visto, fez as mulheres entrarem em cena. Vinte anos antes da explosão revolucionária várias mulheres tinham participado das lutas intelectuais que então apaixonavam a sociedade francesa, acudindo em grande número às discussões, mesclando-se nos círculos políticos e científicos e ajudando a preparar a revolução, que encarnou as teorias na prática. A maioria dos historiadores só registra e narra os excessos cometidos, e como sempre que se trata de atirar pedras no povo e excitar os espíritos sensíveis contra ele, desfiguram monstruosamente os fatos para poder con-

denar aquele sublime cataclisma ao mesmo tempo, atenuam ou deixam no silêncio o heroísmo e a grandeza de alma que muitas mulheres revelaram naqueles dias. Isto ocorrerá sempre que os vencedores se reservarem a tarefa de escrever a história dos vencidos; mas os tempos vão mudando.

Desde outubro de 1789 as mulheres pediram à Assembléia Nacional que se restabelesse a igualdade entre o homem e a mulher que se lhe concedesse a liberdade de trabalho e que ela fosse convocada às funções a que, por suas qualidades, era apta. A reivindicação do "restabelecimento" da igualdade entre o homem e a mulher induz a pensar que esta já tenha existido; mas é um erro próprio daquela época, que sonhava com a idade de ouro. Os revolucionários, enganados por um estudo superficial da História, sem noções das leis da evolução humana, acreditavam que os homens tinham vivido mais livres e felizes, idéia que ainda hoje professam alguns pensadores; então estava representada pelos escritores mais influentes, especialmente por Rousseau. Por isso as "reivindicações" jogaram grande papel em todos os discursos políticos e sociais; ainda hoje encontram-se com frequência nos escritores radicais franceses.

Quando a Convenção proclamou os Direitos do homem em 1793 as mulheres perspicazes compreenderam que só se tratava do direito do varão. Olímpia de Gouges, Luisa Lacombe e outras expuseram os "direitos da mulher" contidos em dezessete artigos fundamentando-os em 28 de Brumário - 20 de novembro de 1793 - diante do Ajuntamento de Paris, na seguinte declaração: "Se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, deve ter também o de subir à tribuna". E quando, diante da Europa reacionária, marchando sobre a França, a Convenção declarou que "a pátria estava em perigo" e convocou todos os homens aptos a empunharem armas e defenderem a pátria e a República, muitas parisienses entusiastas se ofereceram a fazer aquilo que

vinte anos depois fizeram as mulheres prussianas contra o despotismo de Napoleão: defender o solo pátrio de fuzil nas mãos. Quando isto aconteceu, o radical Chaumette as recebeu dizendo:

REAÇÃO PATRIARCAL

"Desde quando é permitido às mulheres renegar seu sexo e transformar-se em homens? Desde quando se tornou hábito que se descuidem dos piedosos afazeres domésticos e dos berços de seus filhos para virem a estes locais pronunciar discursos na tribuna, incluir-se nas tropas e cumprir deveres que a Natureza só exige do varão? A Natureza disse ao varão: sê varão sempre. A competição, a caça, a agricultura, a política, os esforços de todo tipo, são teu privilégio; que fiquem para a mulher o cuidado com os filhos, o trabalho doméstico, as doces inquietações da maternidade. Mulheres imprudentes, por que quereis transformar-vos em homens? O gênero já não está bastante dividido? De que mais necessitais? Permanecei como sois em nome da Natureza e, ao invés de invejar os perigos de vida tão tempestuosa, contentai-vos com fazer-nos olvidá-los no seio das nossas famílias, permitindo que nossa vista se deleite com o delicioso quadro de nossos filhos, ditosos graças a vossos ternos cuidados".

As mulheres se deixaram enganar por essa enfática arenga e se retiraram. Sem dúvida que o radical Chaumette expressou claramente o pensamento de muitos homens, atuais, que afora isto, o maldição. Não é exato o que Chaumette afirma das fadigas agrícolas do homem, porque desde os tempos mais remotos até nossos dias a mulher trabalhou no campo com o suor de seu rosto e, quanto às fadigas da caça, das competições e da política, as duas primeiras são exclusivamente um prazer e a política não oferece perigos senão para os que querem lutar contra a corrente, e é um caminho para a ambição e um meio de afirmar a inteligência. No discurso do demagogo pulsava o egoísmo masculino; mas foi

pronunciado em 1793, e isto desculpa o orador.

MULHERES ATUAM MAIS

Hoje as coisas são diferentes. Desde aquela época variaram muito as circunstâncias, modificando a situação da mulher. Casada ou solteira, ela está mais interessada do que antes nas condições sociais e políticas existentes, e não lhe pode ser indiferente que o Estado retenha todos os anos, com os exércitos permanentes, centenas e milhares de homens são e vigorosos, que a política seja belicosa ou pacífica e que os impostos cresçam e os meios de exação se sofisticuem. A mulher tampouco pode ver com atonia o encarecimento dos viveres e dos artigos de primeira necessidade em decorrência dos impostos indiretos que agravam as famílias, principalmente as mais numerosas, numa época em que os meios de sobrevivência já estão reduzidos ao mínimo. Por último, a mulher está sumamente interessada no sistema de educação, pois não lhe pode ser indiferente a maneira como suas filhas serão educadas.

Além do mais, existem hoje, como já demonstramos, milhões de mulheres a quem interessam muito as leis relativas às profissões que exercem. As mulheres levam em conta, assim como os homens os pontos essenciais da lei como as questões referentes à duração da jornada, ao trabalho noturno ou dominical, aos filhos, aos salários, aos termos do despedimento, aos certificados, às medidas de segurança nas fábricas, à disposição das oficinas etc. Os operários conhecem muito pouco e ainda ignoram completamente as condições de trabalho em grande número de ramos da indústria nos quais a maioria ou a totalidade dos trabalhadores são mulheres. Os patrões têm o maior interesse em manter em segredo os vícios da organização pelos quais são culpados. A inspeção das fábricas, por outro lado, não se estende a grande número de ofícios exclusivamente exercidos por mulheres; é ainda de eficácia nula; e, no entanto, muitos desses ramos da indús-

tria necessitam que se lhes apliquem medidas de segurança de todo o tipo. Basta recordar aqui as oficinas de nossas grandes cidades, onde trabalham em comum as costureiras, as cortadoras, as modistas etc. Dali não sai nenhuma queixa, a menos se são inspecionadas. O triste resultado da informação oficial feita em 1874 sobre as ocupações a que se entregam as mulheres mostra claramente quão deficiente é a organização e quanto há para fazer ainda nesse sentido. Enfim, a mulher, como produtora, está interessada na legislação comercial e aduaneira. Não existe, pois, nenhuma dúvida de que tem o direito de reclamar influência, por meio da lei, sobre a forma das condições sociais. Sua participação na vida pública não deixaria de dar a essa influência um impulso considerável e de iniciar grande quantidade de novos pontos de vista.

Como muralha de ferro, esta resposta se opõe às suas reclamações: as mulheres não entendem nada de política, e na sua maioria nem querem ouvir falar dela e tampouco saberiam

usar o voto. Vamos por partes. Não nego que até o presente apenas um pequeno número de mulheres, pelo menos na Alemanha, se atreve a reclamar para seu sexo igualdade de direitos políticos. Só conheço uma, Edwigis Dhom, que com seus escritos interveio muito energicamente nesse sentido.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Alegar a indiferença que até hoje as mulheres mostram com relação ao movimento político não prova nada. Do fato de que as mulheres não se tenham preocupado até agora com a política, não se pode deduzir que não vão preocupar-se. No que se refere ao homem, como ocorreu outrora? As mesmas razões que se apresentam hoje contra o direito eleitoral das mulheres fora invocadas na Alemanha contra o sufrágio universal dos homens, durante a primeira metade da década de 1860-1870 e sua adoção em 1867 desvaneceu completamente todos os protestos. Eu mesmo, em 1863, era contra o sufrágio universal e quatro anos mais tarde devia a ele minha eleição



para o Reichstag. O mesmo aconteceu com outros milhares que encontraram o caminho correto. Entretanto, são ainda muitos os homens que não se servem de seu direito político essencial, que não sabem **utilizá-lo; mas, apesar disso, a ninguém ocorre a idéia de suprimir-lhes tal direito.** Na Alemanha, nas eleições para o Reichstag, há ordinariamente uns 40% de cidadãos que não votam e esses "abstencionistas" existem em todas as classes, entre eles se encontram tanto sábios como operários manuais. E entre os 60% que participam do escrutínio, a maioria ainda vota, em minha opinião, como não deveriam fazê-lo, sem compreender seu verdadeiro interesse.

De modo que a educação política das massas não pode ser feita mantendo-as afastadas dos negócios públicos, e sim unicamente, concedendo-lhes o exercício de seus direitos. Sem exercício não há professor. Até agora as classes dominantes procuraram, em seu próprio interesse, manter a maioria do povo sob sua tutela política, o que conseguiram sempre completa e perfeitamente. Por isso, até agora só se reservou a uma minoria de homens privilegiados pelas circunstâncias a tarefa de pôr-se à frente do ataque e combater com energia e entusiasmo por todos, a fim de despertar paulatinamente a grande massa adormecida e arrastá-la atrás de si. Assim ocorreu até agora em todos os grandes movimentos de opinião; não há, portanto, por que admirar-se ou acovardar-se se não é de outra maneira nem no movimento do proletariado moderno nem na questão das mulheres. Os resultados já obtidos provam que penas, fadigas e sacrifícios encontram sua recompensa e que o porvir nos dará a vitória.

HOMEM E MULHER

Desde o momento em que as mulheres obtenham igualdade de direitos políticos, brotará nelas a consciência de seus deveres; solicitadas a dar seus votos terão que perguntar-se por que e a quem, e nesse mesmo instante o homem e a

mulher trocarão impressões que, longe de prejudicar suas relações recíprocas, as melhorarão bastante. Sendo menos instruída, a mulher recorrerá ao homem, mais instruído, nascendo daí uma troca de idéias, de conselhos, um estado de coisas, enfim, como jamais existiu entre ambos os sexos, senão em casos muito raros, dando novo encanto à vida. As malfadadas diferenças de educação e de idéias que originam tantas dissensões desaparecerão progressivamente.

Em lugar de um obstáculo, o homem encontrará apoio na pessoa de uma mulher que pense como ele e ela não se envergonhará, mesmo quando seus próprios deveres a impeçam de participar, quando o homem cumprir com suas obrigações. Considerará também razoável que uma pequena parte do salário seja gasta na compra de um jornal, em propaganda, porque o jornal servirá também para sua instrução e **sua educação, porque compreenderá a necessidade de fazer sacrifícios para conquistar o que falta tanto a ela como a seu marido e seus filhos.** Isto será uma nova existência, verdadeiramente humana, uma completa igualdade de direitos.

De modo que o ingresso de cada um dos membros da família na vida política terá uma ação infinitamente mais nobre, mais moralizadora sobre o bem comum, que está estreitamente **ligado com o bom estar individual.** Produzirá, pois, efeito contrário ao que pretendem as pessoas de curta visão ou os adversários de uma república que tenha por base a igualdade de direitos entre todos os seus membros. E essas relações entre ambos os sexos melhorarão ainda mais na medida que as instituições sociais emancipem o homem e a mulher das aflições materiais e do peso de um trabalho exagerado.

Nesse caso, como em muitos outros, o hábito e a educação farão milagres. Se não me atiro n'água, nunca aprenderei a nadar. Todo mundo acha isso natural e lógico; mas não consegue aplicá-lo nas condições do Estado e da sociedade.

Hoje em dia ainda se objeta

que o direito de sufrágio para as mulheres é perigoso porque a mulher é facilmente acessível às sugestões religiosas e porque é conservadora. Mas ninguém se dá conta de que ela é uma outra coisa por ser ignorante. Empreenda-se, pois, sua educação e indique-se onde está seu verdadeiro interesse. Por outro lado, sou da opinião de que se exagera a influência religiosa nas eleições. Se a propaganda ultramontana na Alemanha foi tão fecunda em resultados, é única e exclusivamente porque mesclou o interesse social com o interesse religioso. Os sacristãos do ultramontanismo lutaram contra os democratas socialistas, postos a descoberto pela podridão social, segundo aqueles. Daí a sua influência sobre as massas. Desde que reine a paz no **kulturkampf**, esses senhores se **verão obrigados a se acalmar,** mudar-se-á de opinião e então se verá quão débil é a verdadeira influência religiosa. Isto pode aplicar-se também à mulher. Desde que compreenda através dos homens, nas reuniões, através dos jornais; desde que conheça por experiência própria onde está seu verdadeiro interesse, ela se emancipará do clero tão rapidamente como o homem. Mas, ainda admitindo que não ocorra assim, poderá isto constituir uma razão para recusar-lhe o direito de votar?

OS QUE SABOTAM

Os adversários mais encarnicados do direito de sufrágio das mulheres são os padres. E já sabemos por que. A causa disto é seu poder até os últimos domínios. Que diriam os trabalhadores se os liberais quisessem abolir o sufrágio universal, que tanto lhes desagrada porque serve cada vez mais aos socialistas? Um direito bom em si não se torna mau pelo simples fato de que quem o exerce não tenha aprendido ainda a utilizá-lo bem.

É lógico que o direito de voto ativo vai unido com o direito passivo; do contrário seria uma lâmina sem fio. Já estou ouvindo esta objeção: "Ah! Uma mulher na tribuna do Reichstag! Seria curioso!" Mas, meus

senhores, não estamos fartos de ver as mulheres na tribuna em seus Congressos e reuniões, e, na América, na cátedra e no banco dos jurados? O firmamento se fundiria se elas subissem na tribuna das Câmaras? Pode-se assegurar que a primeira mulher que entrasse no Reichstag saberia impor-se aos homens. Quando ingressaram neles os primeiros representantes da classe operária acreditava-se que era lícito fazer troça deles e houve quem dissesse que os operários não tardariam a dar-se conta da loucura cometida. Mas de pronto a blusa soube fazer-se respeitar e agora só se teme que haja mais blusas em cada legislatura. Os delicados fazem outra objeção: "Imaginar uma mulher grávida na tribuna. Que coisa mais antiestética!" Em contrapartida, esses mesmos cavalheiros consideram perfeitamente correto que centenas de mulheres, com gravidez adiantada, se empreguem em ocupações menos "estéticas", de onde saem pisoteadas a dignidade feminina, a saúde e os costumes. É homem muito pouco sério e digno aquele que só sabe rir ao ver uma mulher grávida. Somente pelo fato de recordar-se que sua mãe tinha o mesmo aspecto antes de lhe dar a luz, deveria envergonhar-se, e a idéia de que, por lei natural, foi um homem o parceiro dessa situação e que ele mesmo, o

petulante falador, espera de igual estado de sua mulher a realização dos seus mais caros desejos, deveria fazê-lo emudecer de vergonha se tivesse alma.

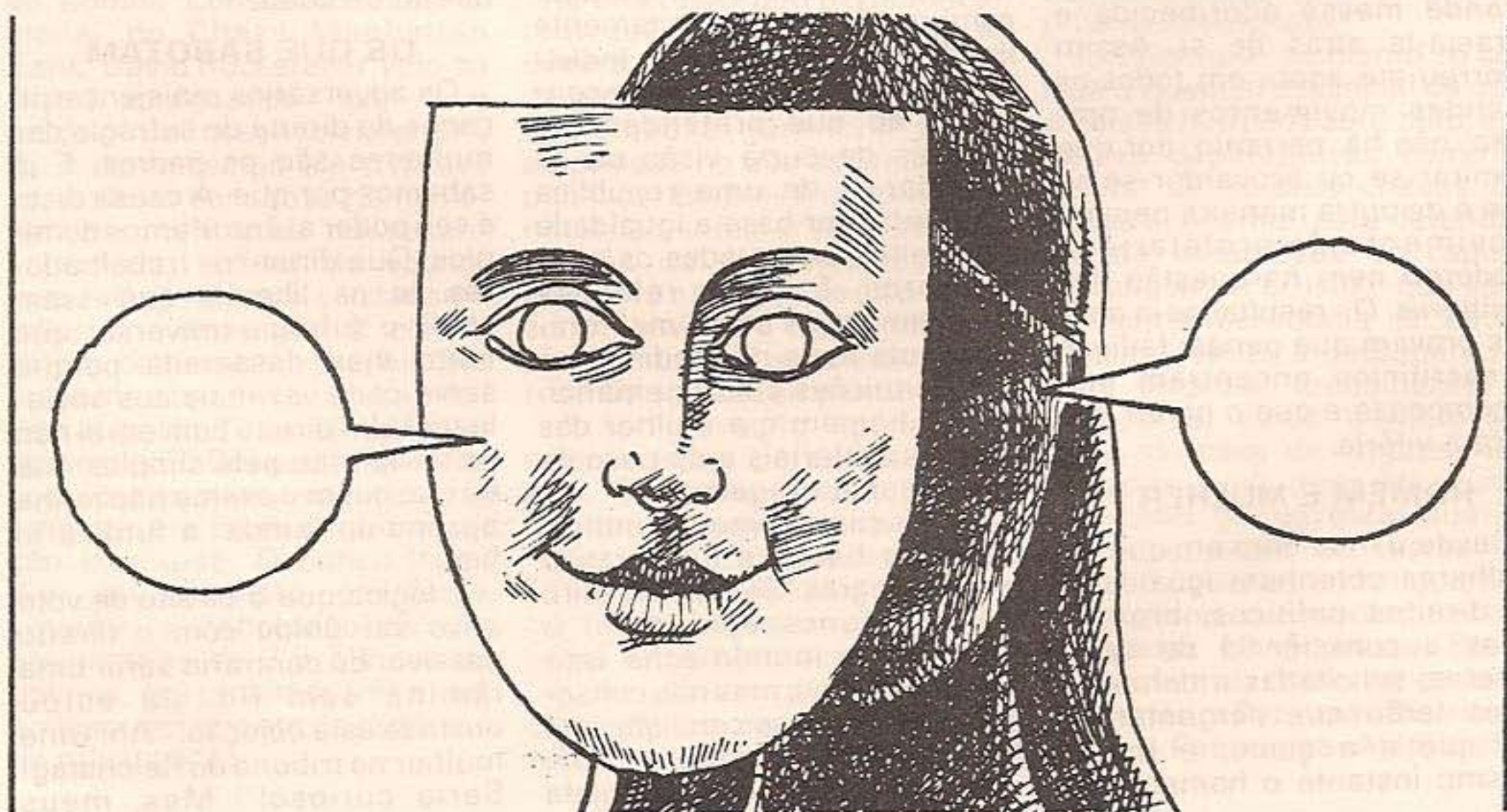
Na mulher a gravidez é sinal de saúde física, testemunho do cumprimento consciencioso de uma função natural. A mulher que gera filhos presta à coletividade um serviço no mínimo igual ao do homem que defende, com risco de própria vida, seu país e seu lar contra os exércitos invasores. Ademais, a vida da mulher corre perigo a cada nova maternidade: todas as nossas mães viram a morte de perto em nosso nascimento e muitas o pagaram com a vida. O número de mulheres que morrem de parto ou em consequência dele é, se se examina bem, maior que o dos homens mortos ou feridos no campo de batalha, e também por esta razão a mulher tem direito à igualdade, especialmente se o homem fizesse valer seu ofício de defensor da pátria como argumento decisivo contra os direitos da mulher.

As objeções superficiais contra a intervenção da mulher nos negócios públicos não poderiam ser formuladas se fosse natural a posição respectiva de ambos os sexos, se não constituísse um antagonismo devido à educação, com relações de senhor e

escravo, e se desde a infância os dois sexos não caminhassem isolados. Este antagonismo, este isolamento é o que mantém constantemente separados o homem e a mulher, em hierarquia distinta e na obscuridade, paralisando sua marcha e movimentos, extinguindo sua confiança mútua e o completo desenvolvimento recíproco de suas qualidades características.

ASSIMILAR A NATUREZA

Um dos primeiros e mais importantes deveres de uma sociedade racional será suprimir essa divergência entre ambos os sexos e dar à Natureza plena posse de seus direitos. Desde a escola começa-se a conspirar contra a Natureza. Rigorosamente se afasta os meninos das meninas; depois dá-se a estas uma instrução falsa, quase nula, sobre tudo o que concerne ao ser humano no conceito sexual. Sem embargo, já hoje se ensina a História Natural em qualquer escola medianamente organizada; os meninos aprendem que as aves põem ovos e os incubam; são informados também sobre a época do cio, e que machos e fêmeas concorrem para a reprodução, que se associam para construir o ninho, cobrir os ovos e cuidar dos pequenos. Aprendem também que os mamíferos parem seus pequenos completamente vivos; ficam sabendo



dos combates a que se entregam os machos na época do cio e aprendem sobre o número de crias que trazem as fêmeas e também sobre a duração da gravidez. Em contrapartida, ficam na completa ignorância no que se refere à formação e ao desenvolvimento de seu próprio sexo, ocultando-o sob um véu cheio de mistério. Quando o menino procura inteirar-se e pergunta a seus pais, com natural desejo de saber, contam a ele absurdos que não podem satisfazer-lhe e produzem efeito muito prejudicial no dia em que aprende por si mesmo o segredo de seu próprio nascimento.

Junto a isto, em toda a população secundária, assim como no campo, os meninos têm à sua vista, o acoplamento das aves, o cio dos animais domésticos, e isto, ao seu lado, no pátio da sua casa, na rua, quando os animais são levados ao pastoreio etc. Ouvem como a excitação sexual, e sua satisfação nos diferentes animais domésticos, assim como seus partos são o objeto das mais profundas e menos veladas discussões por parte de seus pais, dos criados, seus irmãos e irmãs maiores, durante as horas de refeição. Tudo isso faz nascer no espírito do menino uma dúvida acerca da descrição que sua mãe lhe fez sobre seu próprio nascimento. No dia em que fica sabendo de tudo, chega ao mesmo resultado; mas em condições muito diferentes das que teria chegado se houvesse um sistema educacional natural e racional. O segredo traz como consequência o afastamento da criança de seus pais, e sobretudo de sua mãe. Alcança-se, assim o resultado oposto ao que se pretendia por imprevidência ou falta de bom senso. Quem recorda a sua própria infância e a de seus companheiros sabe quais são freqüentemente as consequências disso.

EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Qualquer que seja o ponto de partida para a crítica de nossa situação, chegamos à conclusão de que urge uma modificação essencial nas condições sociais e, por conseguinte, nas relações entre os sexos, dado que a mulher, contando apenas

com as próprias forças não pode alcançar este objetivo, ela necessita de aliados e os encontra, naturalmente, na agitação e propaganda do proletariado, que é o fervor de uma classe oprimida. Há muito tempo os trabalhadores empreenderam um cerco a uma terrível fortaleza: o estado de classes, que representa a dominação de uma classe sobre outra, comparável à de um sexo sobre outro. Há que cercar esta fortaleza por todas as partes com trincheiras e caminhos cobertos e empregar todas as armas para obrigá-la a render-se. Nosso exército encontra por toda parte os comandantes e as munições necessárias. A economia social e as ciências naturais, unidas às investigações históricas, à pedagogia, à higiene, à estatística, vêm em nosso auxílio; a ciência da razão não quer manter-se atrasada e nos anuncia, com a **Filosofia da Emancipação**, de Mainland, a realização do "Estado ideal", cujo advento está próximo.

O que facilita a expugnação do estado de classes e seu dismantelamento é a divisão que reina entre seus defensores. Apesar da associação de interesses contra o inimigo comum, brigam entre si ao lutar pelo "botim". Quando combatem os interesses de duas frações, em seguida aumenta o pânico nas fileiras de nossos inimigos, cujas tropas, em sua maior parte saídas de nossas entranhas, não combateram até agora contra nós e contra si mesmas, senão quando enganadas pelo funesto erro, que vão percebendo mais claro a cada dia. Não esqueçamos as deserções de homens honrados, pertencentes às classes elevadas, cujos olhos se abrem, e a quem sua elevada ciência, seu conhecimento profundo das coisas, incitam a vencer os miseráveis interesses de classe e o egoísmo e que, obedecendo aos impulsos do ideal, aportam a humanidade, sedenta de liberdade o concurso de seus ensinamentos.



“O Marxismo e o Impasse entre igualdade e liberdade no pensamento liberal”



Luís Fernandes

Colaborador de Princípios

O surgimento do marxismo no século XIX veio suplantar o pensamento de outra grande corrente política que vinha inspirando a luta contra a autocracia desde o século XVII - o Liberalismo. Neste artigo, veremos como os teóricos clássicos destas duas vertentes abordam duas aspirações que há milênios inspiram a luta dos homens e mulheres que querem construir um mundo mais justo - a Igualdade e a Liberdade. Na trajetória do pensamento liberal, estes dois conceitos sempre estiveram em permanente tensão um com o outro.

Analisaremos aqui como o pensamento liberal evoluiu em meio a este impasse. Em seguida veremos como a teoria marxista supera a contradição entre Igualdade e Liberdade presente no liberalismo. Entre os clássicos do liberalismo, vamos acompanhar o pensamento de três autores que representam marcos distintivos na evolução dessa corrente - Hobbes, Locke e Rousseau. Depois veremos como essa mesma problemática é encarada por Marx, Engels e Lênin.

O ESTADO DE NATUREZA NO PENSAMENTO LIBERAL

Todos os autores clássicos do liberalismo fundamentam as suas formulações teóricas numa discussão sobre qual seria a situação "natural" do homem, antes deste ter sido "corrompido" pela sociedade. Este "Estado de Natureza", no entanto, não é uma investigação histórica das sociedades humanas antes do surgimento da propriedade privada e do Estado. Trata-se de uma abstração teórica, onde cada autor procura extrair da sua cabeça qual seria a natureza dos diferentes indivíduos se estes fossem concebidos fora da sociedade.

O primeiro autor a formular teoria política nestes termos foi o inglês Thomas Hobbes, que pode ser considerado o "pai" do liberalismo. Alguns poderão objetar à inclusão deste autor na matriz do pensamento liberal em função das conclusões inegavelmente autoritárias e absolutistas do seu raciocínio político. Mas o fato é que Hobbes lança os fundamentos de toda a estrutura do pensamento liberal ao, pela primeira vez, abordar a questão política tendo como unidade básica de raciocínio o papel do indivíduo na sociedade.

O PENSAMENTO DE THOMAS HOBBS

A grande obra do autor que sintetiza toda a sua teoria política é o livro "Leviatã", escrito em 1651. Ao lançar suas premissas para fundamentar o papel do Estado na sociedade,

Hobbes analisa a natureza do homem a partir de uma concepção que Marx e Engels posteriormente classificaram de "materialista-mecânica". Segundo Hobbes, ao estudar a natureza humana, não se pode separar o pensamento da matéria que pensa. Mas este materialismo hobbesiano se volta para a investigação dos indivíduos, e não da sociedade. Ele parte primeiro do estudo do homem individual visto isoladamente, para depois refletir sobre quais seriam as consequências da sua junção em sociedade. Ou seja, em nenhum momento desenvolve uma análise materialista histórica, procurando situar a natureza humana em função das diferentes etapas de desenvolvimento da sociedade como um todo.

Ao situar a natureza humana desta forma, Hobbes concebe os homens como sistemas de matéria em permanente movimento motivados por suas paixões. A própria essência da vida humana seria essa incessante e voraz busca da satisfação dos mais variados desejos dos homens. Neste movimento permanente, o autor inglês considera haver uma igualdade fundamental entre todos os homens em termos das suas capacidades e aptidões, tanto no que se refere às aptidões físicas como às aptidões mentais. Ao referir-se às aptidões físicas, Hobbes fala sobre a própria força corporal dos homens em si. Aqui entra uma formulação que é básica para toda a sua teoria - a existência de uma igualdade essencial na capacidade dos homens matarem-se uns aos outros. Embora haja uma certa variação na força física dos homens, esta variação não é grande o suficiente para que o mais fraco não possa matar o mais forte. "Porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se com outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo".

Em termos da teoria de Hobbes, usando as palavras do pensamento do personagem do Jô Soares, "aí é que mora o perigo...". Isto porque os homens, quando se juntam em sociedade, enfrentam uma situação de conflito entre si.

Aqui, a igualdade natural dos homens se transforma numa igual sujeição às leis de mercado que dominam todos os aspectos da vida humana. O valor de cada homem em sociedade é estabelecido por seus semelhantes, que constantemente se comparam uns aos outros, e valorizam suas respectivas aptidões e qualidades numa espécie de operação permanente da lei da oferta e da procura. Enquanto os homens viviam isoladamente fora da sociedade, a questão de "quem é melhor" obviamente não se aplicava. Mas a junção destes homens naturalmente iguais em sociedade acaba gerando diferenças de riqueza, honra, mando etc. Como todos os homens são igualmente regidos pela ânsia de satisfazer paixões semelhantes, e se consideram iguais no direito de gozá-las, a situação da sociedade passa a ser de tensão e conflito permanente, um estado que Hobbes chamava de "guerra de todos contra todos". Neste estado, era impossível a moderação. Como os homens permanecem essencialmente iguais, principalmente na capacidade de se matar uns aos outros, esta "guerra" não pode ter vencedor. O resultante caos acaba por não garantir o mais forte de todos os desejos que é a própria sobrevivência.

Com base neste raciocínio, todo ele baseado na igualdade fundamental dos homens, a conclusão política de Hobbes é de que para se auto-preservar, e para preservar a sociedade, os homens não têm outra alternativa senão abrir mão da sua liberdade de movimentos. Todos devem subordinar-se por igual ao poder absoluto de um soberano - o "Leviatã" - que concentrará todos os poderes nas suas mãos. Na sua opinião, o governo que melhor poderia cumprir este papel seria o da monarquia absoluta. Cabe ressaltar que estas formulações de Hobbes rompem com toda a tradição política da sua própria época. Até então, o poder da monarquia absoluta era justificado por concepções que afirmavam justamente o contrário: desigualdade inerente aos homens e o exercício do poder como missão "divina". Assim, Hobbes introduz os postulados

da teoria liberal na teoria política, mas termina com conclusões abertamente absolutistas. Por isso, suas obras foram duramente rechaçadas tanto pelos defensores como pelo adversários do absolutismo na Inglaterra do século XVII.

Na verdade, a concepção igualitária do autor inglês se apoiava na perspectiva da burguesia ascendente neste período de afirmação do mercado capitalista. Da mesma forma que o pequeno produtor era tragado para a sociedade de mercado, Hobbes construiu sua teoria política no "trauma" do indivíduo isolado, forçado agora a conviver com seus semelhantes em sociedade. Da mesma forma que os capitalistas eram tragados inexoravelmente para um conflito de vida ou morte no mercado, o autor retrata como os indivíduos são impulsivamente levados a desejar além do seu "valor", gerando uma luta onde "vale tudo" na sociedade. Mas suas conclusões políticas não interessavam à burguesia ascendente que disputava seu espaço com a monarquia, e por isso foi descartado.

Em toda a sua teoria, Hobbes não leva em conta o fato histórico incontestável de que os indivíduos concretos da sua própria sociedade estavam divididos em classes sociais distintas e antagônicas. Isto torna uma ilusão a sua visão de indivíduos competindo em igualdade de condições num mercado protegido pelo monarca, já que o acesso dos homens à riqueza, ao conhecimento e ao poder é necessariamente desigual numa sociedade dividida em classes. Assim, a tal "igual capacidade de matar" dos indivíduos inexiste. Um grupo de indivíduos em posição dominante na sociedade acaba desenvolvendo mecanismos para concentrar nas suas mãos o monopólio da morte e da violência (isto é, cria o Estado!), usando-os para preservar os seus privilégios. O poder absoluto do soberano, argumentado pela visão igualitária não-classista de Hobbes, acaba tendo como consequência política concreta a perpetuação da desigualdade na sociedade.

Esta é a curiosa evolução do pensamento do autor inglês,

"pai" do liberalismo. Ele baseia sua teoria numa visão radical da igualdade natural dos homens vistos em isolamento, daí concluindo a sua igualdade social. Mas ao conceber a junção destes homens em sociedade, justamente por causa desta igualdade, ele conclui a necessidade de poderosas restrições à liberdade individual, a submissão completa ao poder do monarca-soberano. Assim, Hobbes traz à tona no berço da teoria liberal a contradição fundamental entre igualdade e liberdade. Suas conclusões políticas têm como consequência prática a negação de ambas!

O PENSAMENTO DE JOHN LOCKE

A tarefa de retomar os postulados de Hobbes, vinculando-os com conclusões mais afinadas com os interesses da burguesia inglesa ascendente, foi assumida por John Locke. Seu principal trabalho teórico, o "Segundo Tratado de Governo", foi escrito apenas 40 anos depois do "Leviatã" de Hobbes (em 1690). Os defensores atuais do liberalismo assumem com muito mais tranquilidade a sua herança do que a de Hobbes. Para isto contribuem em grande escala as conclusões mais "liberais" da sua teoria em relação às formas de governo, em contraposição ao autor anterior. Outro aspecto importante que torna o seu pensamento mais adequado ao liberalismo nos dias de hoje é que Locke lançou as bases para conciliar a premissa igualitária-individualista do liberalismo com a gritante desigualdade de classes existente nas sociedades capitalistas.

Assim como Hobbes, Locke fundamenta seu raciocínio na discussão sobre a natureza do homem no "Estado de Natureza". Só que este introduz uma discussão que o autor anterior só havia abordado secundariamente - a questão da propriedade. Para Locke, a questão da propriedade tem uma importância central para a discussão política. Ele chega mesmo a afirmar que "o grande e principal objetivo, portanto, da união dos homens em comunidade, colocando-se eles sob o governo, é a preservação da proprie-

dade". Esta noção de propriedade é definida de duas formas diferentes ao longo do "Segundo Tratado de Governo". Uma definição é mais abrangente e inclui "a liberdade, a vida e os bens". Outra, mais usada no decorrer do texto, se refere à propriedade sobre os produtos materiais da terra e à própria terra em si. Veremos a seguir o porquê disto.

Locke separa dois estágios no "Estado de Natureza", antes e depois da introdução do dinheiro na sociedade humana. No primeiro estágio, as "leis da Natureza" colocavam limites bastante estreitos à possibilidade de apropriação e acumulação na sociedade. Em primeiro lugar, Deus tendo dado a terra em comum a todos os homens, o único critério que poderia transformar esta propriedade comum em propriedade privada é o trabalho. Só quem retirar alguma coisa do Estado de Natureza e produzir algo com o trabalho do seu corpo pode se considerar o "proprietário" desse produto do seu esforço. Assim como Hobbes, Locke usa como ponto básico de seu raciocínio a "condição natural" do pequeno produtor dentro de sua sociedade marcada pela afirmação crescente do mercado capitalista. A questão da apropriação é vista em função do trabalho individual de "arte-são". Em momento algum se concebe a perspectiva da apropriação coletiva com base no trabalho comum dos homens sobre a natureza, que historicamente caracterizou as sociedades primitivas.

Esta concepção do trabalho como critério para a propriedade limita, por sua vez, o direito à acumulação. Os produtos só podem ser apropriados privadamente de acordo com as necessidades do consumo individual. O "desperdício" também é contrário às "leis da natureza". Esta junção do direito à propriedade pelo trabalho como o não-direito ao desperdício tem como consequência uma visão de sociedade onde produtores individuais dividem entre si a propriedade em proporções relativamente iguais. Sem a produção de excedentes, a relação entre estes produtos é mantida em perfeita harmonia pelo mercado. Este primeiro estágio

do "Estado de Natureza", portanto, seria um período de paz e não de "guerra de todos contra todos" como concebia Hobbes.

Mas estas limitações colocadas ao direito de acumulação e apropriação são anuladas com a introdução do dinheiro na sociedade humana. Já que o dinheiro não é perecível, elimina-se o limite que condicionava a apropriação ao consumo individual. Com o surgimento do dinheiro, passa a ser "racional" a acumulação de excedentes na produção. Assim, no segundo estágio do "Estado de Natureza", a "lei da natureza" que limitava a propriedade e preservava a igualdade, transforma-se no seu contrário - a justificativa da acumulação ilimitada e da desigualdade.

Esta formulação lança as bases para encarar a sociedade dividida em classes de proprietários e não proprietários. Vinculado ao "direito" de um indivíduo vender o seu trabalho a outro, esta visão legítima a apropriação e acumulação baseada no trabalho alheio que constitui o cerne da sociedade capitalista que já se afirmava na Europa do tempo de Locke. Com a introdução da possibilidade de acumulação ilimitada, os produtores entram em confronto entre si, e a sociedade tende para o desequilíbrio e o conflito. Ela engendra ainda a divisão da sociedade em classes, trazendo consigo o risco de saques e rebeliões. Neste estágio, o "Estado de Natureza" tende muito mais para o Estado de Guerra visualizado por Hobbes.

Este desenvolvimento também produz racionalidades desiguais para os indivíduos de classes distintas. O indivíduo não-proprietário (ou seja, o trabalhador assalariado) vive apenas "da mão para a boca", procurando simplesmente sobreviver. Por isso é incapaz de refletir sobre o bem-estar da sociedade. Só o proprietário teria condições de cultivar esta racionalidade "mais elevada".

Para os proprietários, capazes de enxergar racionalmente os riscos que a situação de guerra traz à preservação das suas propriedades (definidas no sentido mais restrito) só resta a alternativa de formar o governo civil para conter os conflitos que ameaçam dilacerar a sociedade.

Ao contrário de Hobbes, Locke prega um governo que seja a expressão da "vontade da maioria", e não a maioria dos proprietários, pois estes são os únicos capazes de raciocinar em função do bem-estar comum. A verdadeira maioria da sociedade - os trabalhadores não-proprietários - caberia apenas aceitar a sociedade civil e o seu governo, tendo em vista a preservação da sua "propriedade", definida aqui em termos mais abrangentes para significar o direito à vida, à sobrevivência. Assim, a racionalidade dos proprietários leva-os a exercer a soberania através do governo civil. A dos não-proprietários leva-os a acatar este governo civil. Onde Hobbes argumentava a igualdade de todos na sujeição ao poder onipotente do Leviatã, Locke prega a desigualdade de direitos políticos segundo um critério de classe.

Mais uma vez vem à tona a tensão permanente entre a igualdade e a liberdade no pensamento liberal. Para Locke, a liberdade só é concebida para uma minoria, às custas da sua negação para a grande maioria de trabalhadores não-proprietários.

O PENSAMENTO DE ROUSSEAU

A grande preocupação do autor francês Jean-Jacques Rousseau, na segunda metade do século 18, se voltava justamente para esta tensão entre a igualdade e a liberdade. No esforço para resolver esta questão, o pensador que inspirou a revolução francesa escreveu duas grandes obras - "Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens", publicado pela primeira vez em 1755, e "Do Contrato Social", escrito em 1757. A importância dada pelo autor a esta problemática pode ser vista na seguinte citação do "Contrato Social":

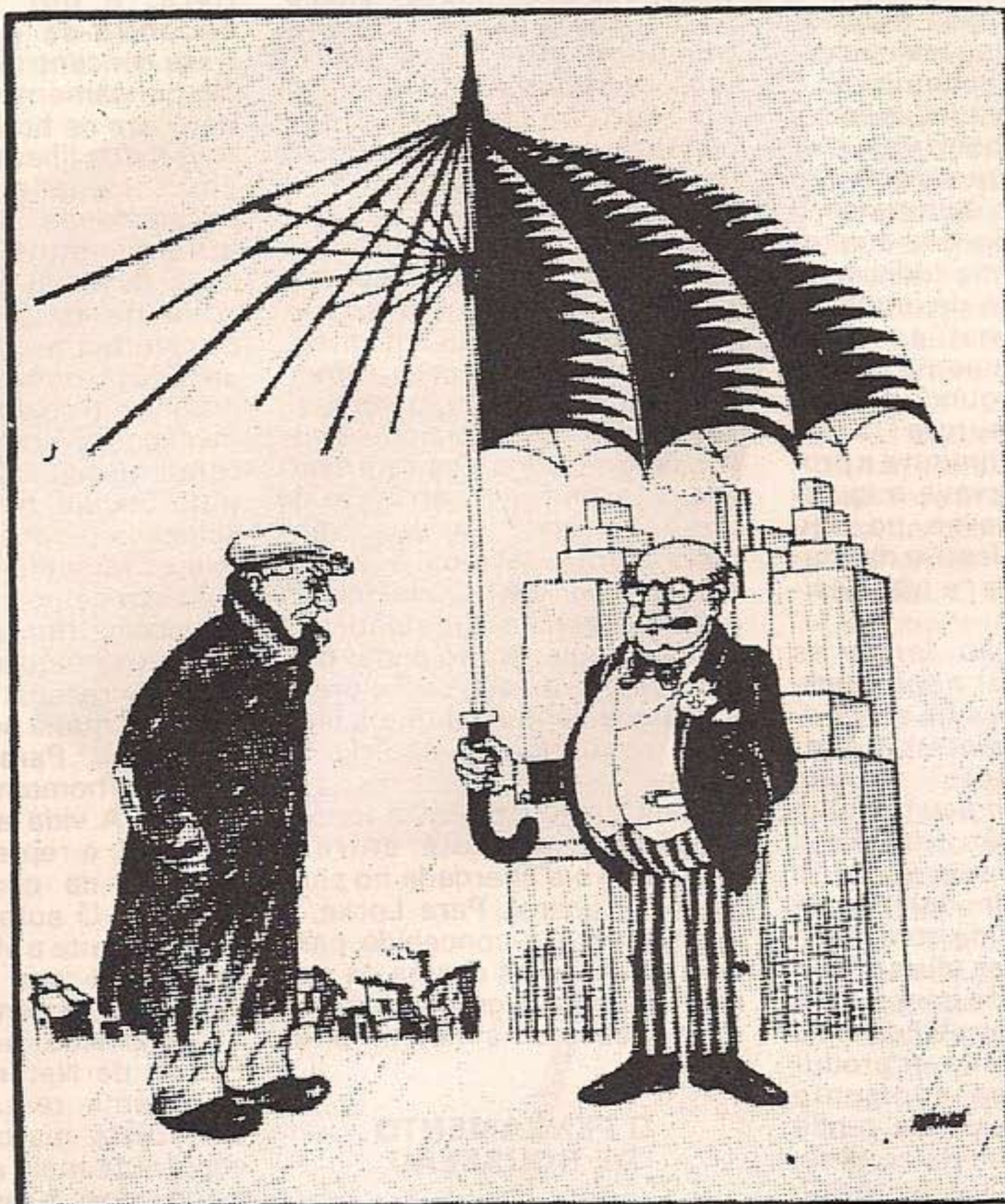
"Se quisermos saber no que consiste, precisamente, o maior de todos os bens, qual deva ser a finalidade de todos os sistemas de legislação, verificar-se-á que se resume nestes dois objetivos principais: a liberdade e a igualdade".

A argumentação de Rous-

seau começa por uma grave constatação - "O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros". Esta frase concentra todo o esquema de pensamento do autor. Por natureza os homens são iguais no gozo da liberdade. Mas a vida em sociedade introduz uma desigualdade cada vez maior e gritante entre os indivíduos. Esta desigualdade se desenvolve de tal maneira que se transforma na igual escravidão de todos perante o déspota. Seu primeiro trabalho citado acima investiga a origem desta crescente desigualdade. O "Contrato Social" busca apresentar soluções para evitá-la, ou pelo menos minimizá-la.

Assim como Hobbes e Locke, Rousseau fundamenta todo o seu pensamento político na tentativa de reconstituir o que seria a vida humana no tal "Estado de Natureza". Para ele, a "natureza" do homem é o seu isolamento. A vida em sociedade é artificial, e representa um aviltamento da condição natural humana. O autor francês nega radicalmente a visão do homem como um ser social. Nisto, chega ao extremo de negar a própria vida em família no Estado de Natureza "puro". É importante ressaltar que esta visão está marcada pela concepção da mais absoluta igualdade dos homens. Todos enfrentam isoladamente, em iguais condições, as intempéries da Natureza. A esta igualdade corresponde também uma liberdade individual natural, pois cada indivíduo é o dono do seu destino, não precisando do seu semelhante para sobreviver. Assim, a liberdade individual se expressa de forma mais contundente, para Rosseau, na capacidade individual de autoconservação do homem no Estado de Natureza. E como a situação era de total isolamento, este estágio inicial da vida humana era imune a conflitos.

O próximo desenvolvimento humano, ainda no Estado de Natureza, é a formação da primeira e única sociedade natural - a família. Este desenvolvimento, que Rosseau chama de "primeira revolução", é o fruto da descoberta pelo homem das vantagens da habitação para a sua própria sobrevivência. Com



a habitação, vem a constituição do núcleo familiar. Mais uma vez, cabe chamar a atenção aqui para o fato da visão de família projetada por Rousseau para o Estado de Natureza ser o da família **nuclear**, que se afirma com a ascensão do capitalismo, e não da família **extensiva** que predominou durante todo o desenvolvimento humano até então.

Este estágio da "família" ainda preserva, no fundamental, a igualdade e a liberdade humanas. No tocante à desigualdade, introduz uma primeira diferença entre homens e mulheres. No tocante à liberdade, ela é garantida para todos, já que qualquer integrante da família é "livre" para ficar ou sair assim que tiver adquirido as noções básicas para a sua sobrevivência. Mas ao "deflorar" o isolamento do indivíduo e

enquadrá-lo numa primeira vida em sociedade, o indivíduo passa também a ser moldado pela realidade da sociedade que integra. Apesar disto, a valoração de Rousseau deste estágio é positiva, pois as famílias continuam mantendo um isolamento "natural" entre si. Este era visto por ele até mesmo como o estágio mais feliz e duradouro do desenvolvimento humano, por ocupar uma posição "intermédia" exata entre a "indolência do estado primitivo" e a "atitude petulante do amor próprio em nossos dias".

Mas para Rousseau, uma sucessão de acidentes geográficos através dos séculos teria arrancado a humanidade desta sociedade natural, agrupando diferentes famílias em tribos que habitavam regiões isoladas das demais. Esta vida em tribos representou a passagem do

homem à vida em sociedades artificiais. O convívio dos homens nestas sociedades fez surgir a comparação entre eles dos seus diferentes atributos naturais. Com a descoberta da agricultura e da metalurgia, criaram-se as condições para o surgimento da propriedade. Da cultura das terras brotou a sua partilha. O que até então era comum, passou a ser privado. Este surgimento da propriedade, aliado às desigualdades de aptidões naturais entre os homens, introduziu pela primeira vez na sociedade humana a desigualdade **social**. A criação das sociedades artificiais gera a desigualdade de fortunas, o uso e abuso das riquezas e outros problemas do tipo que só se agravam à medida que a sociedade se desenvolve. Esta se divide irremediavelmente em ricos e pobres. A partir daqui, a

vida dos homens em sociedade tende inexoravelmente para o conflito e a disputa, torna-se o equivalente do estado de "guerra de todos contra todos" na visão de Hobbes.

Em função disto, parte dos ricos a iniciativa de formar o poder de Estado para conservar e proteger os seus bens. O governo surge como uma forma de os ricos estenderem a sua fortuna e poder na sociedade através das leis e da autoridade. Por isto mesmo, a tendência de todos os governos é de marchar para o extremo da desigualdade - o despotismo - onde, por ironia, a igualdade é restabelecida com a submissão de todos ao déspota. O governo visto nestes termos por Rousseau é claramente o "Leviatã" preconizado por Hobbes.

Face a esta tendência liberticida e anti-igualitária de todos os Estados, o pensador francês conclui que a única alternativa que resta é tentar combater esta tendência com uma legislação que procure defender tanto a liberdade como a igualdade. É neste sentido que Rousseau faz a defesa do governo constituído pelo "Contrato Social". A idéia básica é que todos os indivíduos devem alienar por igual a sua liberdade ao Estado, para estabelecer uma união "perfeita" onde a vontade de cada um tenha o mesmo peso dos demais na formação da "Vontade Geral". Devem se erguer uma série de instituições políticas, portanto, que assegurem a participação direta do indivíduo nas deliberações políticas. Por isto o pensador francês defendia a montagem de pequenas cidades-estados abarcando um número reduzido de cidadãos.

Esta é a solução apresentada por Rousseau para resgatar a igualdade e a liberdade na sociedade moderna. Mas o próprio pensador francês reconhece que se trata de uma solução parcial e limitada. Pois mesmo num governo autenticamente constituído com base no "Contrato Social", existiria uma compulsão inerente à corrupção do poder pelo soberano. Este, alegando estar atuando em função da "Vontade Geral", pode muito facilmente usurpar a autoridade e impor o despotismo.

Assim, mesmo para Rous-

seau, o "Contrato Social" nunca consegue de fato restabelecer por completo a igualdade e a liberdade na sociedade moderna. O que se consegue é **temporariamente** defender mais ou menos estas duas aspirações das investidas contra elas desferidas pelo soberano. Uma vez consumada a usurpação, só uma nova revolução pode instaurar um governo que se aproxime novamente dos princípios do "Contrato Social", apenas para degenerar mais adiante e dar surgimento a um novo despotismo o qual também será derrubado. E assim por diante, numa seqüência interminável. Desta forma, a humanidade estaria condenada a viver apenas espasmos de liberdade e igualdade, em meio a longos períodos de despotismo. O pensamento de Rousseau se volta justamente para tentar achar os mecanismos capazes de fazer prolongar ao máximo estes espasmos. Ele não se propõe a resolver de forma definitiva a afirmação destas duas aspirações na sociedade humana, por achar isto impossível.

Como Hobbes e Locke, todo o raciocínio de Rousseau se baseia numa reflexão abstrata sobre a natureza humana tendo como centro a perspectiva do pequeno produtor capitalista. Por isto, o máximo de "igualdades" que ele consegue conceber na sociedade é uma em que todos os indivíduos sejam de alguma forma proprietários, e os extremos na divisão desta propriedade sejam evitados. Na verdade, trata-se da defesa política de uma espécie de "classe média". Mas o fato **histórico** concreto é que a sociedade da sua época não se encontrava dividida entre proprietários ricos e proprietários pobres, e sim entre classes proprietárias e classes não-proprietárias. Por isso, sem atacar pela raiz a questão da propriedade **capitalista**, as instituições de democracia direta preconizadas por Rousseau não superavam os limites da república democrática **burguesa**. As idéias do autor francês eram as mais poderosas para inspirar a derrocada do absolutismo. Mas eram incapazes de assegurar direitos **reais** para a imensa maioria dos cidadãos composta por trabalhadores. Rousseau avança em

relação a Locke ao propor direitos políticos formais para os cidadãos das classes não proprietárias. Mas esta igualdade de direitos formais se choca com a desigualdade social real existente na sociedade, em função da sua divisão em classes antagônicas. Só o questionamento da propriedade capitalista poderia acarretar a extensão de direitos democráticos **reais** para os trabalhadores, e simultaneamente, abordar a questão da igualdade e da liberdade num novo patamar. É justamente isto que é feito pela teoria marxista.

A ABORDAGEM DO MARXISMO

Assim como Hobbes representou um corte abrupto com todo o pensamento político anterior, a teoria de Karl Marx representa uma nova revolução no pensamento político do século XIX em diante. Até os dias de hoje, os grandes movimentos de emancipação social buscam nas suas idéias as alavancas para a transformação da realidade. Ao colocar a questão da liberdade humana sob um novo ângulo, radicalmente diferente do anterior, o marxismo consegue **superar** a problemática da igualdade nos marcos em que era colocada pela teoria política liberal. E esta superação se apoia numa autêntica revolução filosófica na abordagem das próprias premissas da teoria política.

Rompendo com a tradição do liberalismo, o pensamento de Marx se baseia não na concepção de indivíduos abstratos/a-históricos, deduzidos da reflexão humana, mas nos indivíduos concretos/históricos que habitam e habitaram o mundo real ao longo dos tempos. A abordagem de Marx é ao mesmo tempo histórica e materialista. Histórica, porque não parte da construção lógica do que seria a condição do homem num hipotético "Estado de Natureza", e sim da investigação concreta do que caracteriza o homem nos seus vários estágios de desenvolvimento real dentro da sociedade. Materialista, porque procura investigar as condições concretas e objetivas que enquadram e limitam o desenvolvimento humano em



cada época. Note-se que não se trata aqui do materialismo mecânico de Hobbes, que transplantava para o homem o movimento mecânico das máquinas, mas de um novo materialismo, dialético, que procura situar a atividade criadora humana na realidade concreta sobre a qual atua. Por isto, como ponto de partida para qualquer avaliação sobre a "natureza humana", é preciso primeiro estudar as condições históricas que enquadram a sua ação.

O que esta abordagem histórica revela, e que qualquer antropólogo ou historiador contemporâneo confirma, é que o homem é sobretudo um ser social. O homem sempre viveu em sociedade, desde os primórdios da sua própria existência. Por isto mesmo, nada mais afastada da verdadeira natureza humana do que a imagem formulada pelos autores clássicos do liberalismo, de homens em extremo isolamento no "Estado de Natureza" ao estilo Robinson Crusoe. Em contraposição a isto, Marx investiga as diferentes relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza ao longo da História.

Este é o verdadeiro patamar de igualdade entre os homens na concepção marxista. Todos são igualmente seres sociais. Todos são igualmente limitados no alcance possível da sua atividade pelas condições sociais da época. A partir daqui, o patamar da igualdade desaparece entre os indivíduos. Tanto porque os indivíduos são diferentes entre si - têm aptidões e capacidades físicas e intelectuais desiguais - como porque as condições sociais que os indivíduos enfrentam diferem de época para época, geração para geração, região para região, classe para classe etc.

A investigação histórica sobre os modos como os homens se relacionam entre si em sociedade revela que a atividade principal da humanidade em todas as épocas é a produção, o trabalho. No estudo destes diferentes modos de produção, Marx descobriu uma distinção básica entre as sociedades primitivas, onde os instrumentos e os meios de produção são propriedade comum de todos, e as socieda-

des divididas em classes, onde estes instrumentos são propriedade privada de apenas uma parcela da sociedade.

Nas sociedades do "comunismo primitivo", reina a plena liberdade nas relações entre os homens. Não existe nenhum aparelho especial para conter a ação e iniciativa humanas. A autoridade do "cacique" ou do "patriarca" é baseada no respeito à experiência e no consenso. Não existe ainda o Estado, propriamente dito. Mas esta liberdade humana é limitada pelo baixo grau de conhecimento do próprio homem. Este vive à mercê das forças da natureza. Está inteiramente sujeito às suas intempéries. Na sua primitiva ignorância, é dominado pela "Ditadura da Natureza". Por isto, na formulação de Engels, está preso ainda ao "Reino da necessidade".

SOCIEDADE DE CLASSES

Com o desenvolvimento da produção, surgem os meios para ocupar e explorar a terra e os seus frutos. Mas surge junto, historicamente, também a divisão da sociedade em classes produtoras, não-proprietárias e classes proprietárias não produtoras. Este desenvolvimento da produção dá ao homem cada vez mais o conhecimento técnico e científico para domar a natureza e suas leis em benefício da humanidade. Mas este conhecimento é concentrado nas classes proprietárias e usado em função dos interesses de uma minoria. Assim, apenas esta minoria passa a poder desenvolver plenamente as suas aptidões e capacidades individuais, às custas da negação desta mesma individualidade para a maioria que trabalha. Estes continuam prisioneiros do "Reino da Necessidade".

Neste contexto, o apelo liberal à igualdade sem questionar o caráter privado da propriedade, refletiu basicamente as exigências de forças sociais interessadas em desenvolver a dominação de classe pelo mecanismo "imparcial" do mercado (a burguesia ascendente), contra as que queriam manter um sistema "fechado" de dominação (a aristocracia decadente). Mesmo Rousseau, o pensador

liberal mais preocupado em afirmar a liberdade e a igualdade dos homens, esbarrou na limitação desta premissa liberal e foi incapaz de afirmar teoricamente as duas aspirações na sua plenitude.

A este respeito Lênin escreve no seu célebre "O Estado e a Revolução":

"Democracia para uma insignificante minoria, democracia para os ricos, tal é o democratismo da sociedade capitalista. Se se observar mais perto o mecanismo da democracia capitalista, veremos por todo o lado, tanto nos "pequenos" pormenores da legislação eleitoral (censo de residência, exclusão de mulheres etc.) como na técnica das instituições representativas, como nos obstáculos efetivos aos direitos de reunião (os edifícios públicos não são para os miseráveis), como na organização puramente capitalista da imprensa diária etc. etc. - veremos restrições e mais restrições ao democratismo. Estas restrições, exceções, obstáculos para os pobres parecem pequenos, especialmente aos olhos dos que nunca passaram eles próprios pela necessidade, nem nunca conheceram de perto as classes dominadas na sua vida cotidiana - mas, no conjunto, estas restrições excluem, eliminam os pobres da política, da participação ativa na democracia".

Para Marx, a passagem da sociedade pelos diferentes estágios de dominação de classes foi historicamente necessária para desenvolver na humanidade a capacidade de se tornar senhor e não mais vítima cega dos caprichos da natureza. Com o advento da sociedade capitalista, o alto grau de desenvolvimento da ciência e de concentração da produção torna historicamente viável a eliminação da propriedade privada e a transformação dos instrumentos de produção em propriedade comum de toda a humanidade. Só assim se pode liberar plenamente as capacidades e aptidões individuais de todos os homens que, senhores da própria natureza, passariam do "reino da necessidade" para o "reino da plena liberdade". A esta sociedade em que os homens detêm a propriedade em comum dos meios de produ-

ção Marx chama de **comunismo**. Mas diferentemente do comunismo primitivo anterior, agora os homens já terão um alto grau de conhecimentos técnico e científico para usar as leis da natureza em seu benefício.

SOCIALISMO E COMUNISMO

Marx separou no comunismo duas fases distintas - uma primeira, inicial e transitória, que se conveio depois chamar de **socialismo**; e a segunda de comunismo "pleno". Na primeira, a repartição dos bens produzidos em sociedade se dá segundo o critério da quantidade e da qualidade do trabalho desempenhado pelos indivíduos. Na segunda repartição se dá de acordo com as necessidades dos indivíduos. Nesta formulação o marxismo supera a problemática da igualdade nos termos em que era apresentada pelo pensamento liberal.

A este respeito, transcrevemos uma passagem elucidativa do texto "Crítica ao Programa de Gotha" de Marx. O argumento marxista reconhece e afirma a diferença, a desigualdade, a **individualidade** dos homens. Por isto, o estabelecimento da igualdade entre indivíduos é superado teoricamente. O que se procura eliminar na sociedade é a **divisão em classes**, que na verdade sufoca a libertação do potencial individual da maioria da sociedade que trabalha e deve se "limitar ao seu papel". Mas eliminada a exploração de classe, as diferenças entre os homens não só se mantêm como até se **ampliam** na medida em que todos ficam livres para desenvolver suas aptidões e capacidades individuais, e a sociedade se volta para oferecer a todos as condições concretas para que isso possa ocorrer. Os homens são diferentes, seja pela diferença de atributos físicos e mentais, seja pela diferença de necessidades que enfrentam em função de distintas condições de vida. O que se procura eliminar são as desigualdades provocadas pela divisão da sociedade em classes. Isto é, que apenas floresçam as diferenças provocadas pela plena afirmação da individualidade humana. Assim, a igualdade entre os indivi-

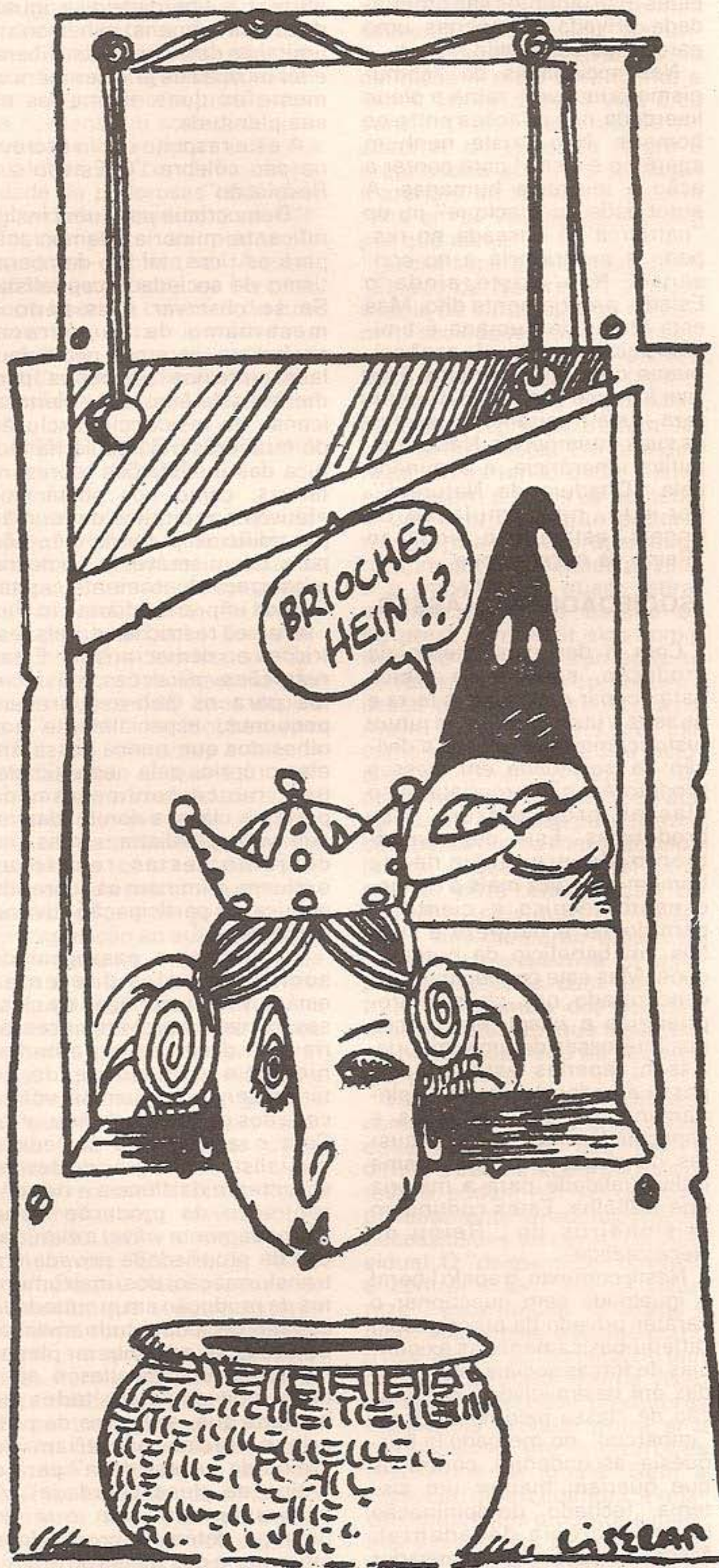
duos como era concebida pelos pensadores liberais não se coloca na sociedade comunista. Na primeira fase, a desigualdade se dá pela diferente capacidade de trabalho. Na segunda, pelas diferentes habilidades e necessidades dos homens.

Ao romper com as premissas do liberalismo, o marxismo consegue, assim, superar a problemática da igualdade e afirmar plenamente a questão da liberdade na sociedade moderna.

Por isto, são inteiramente infundadas as acusações dos ideólogos do anticomunismo que procuram apresentar o marxismo como a negação da individualidade. Quem defende estes pontos de vista, consciente ou inconscientemente, faz a defesa da continuidade de um sistema social, o capitalismo, que, este sim, nega a individualidade para a esmagadora maioria da população composta por trabalhadores. Na concepção marxista, é através da coletividade que o indivíduo se forma e se desenvolve. E na coletividade, o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos. Estas relações dialéticas entre sociedade e indivíduo encontram terreno para o seu pleno desenvolvimento no comunismo. Desta forma, Marx não é apenas um legítimo herdeiro das tradições do pensamento humanista. É o primeiro pensador que conseguiu identificar as possibilidades concretas e reais para a plena afirmação da liberdade humana.

Índice de Notas:

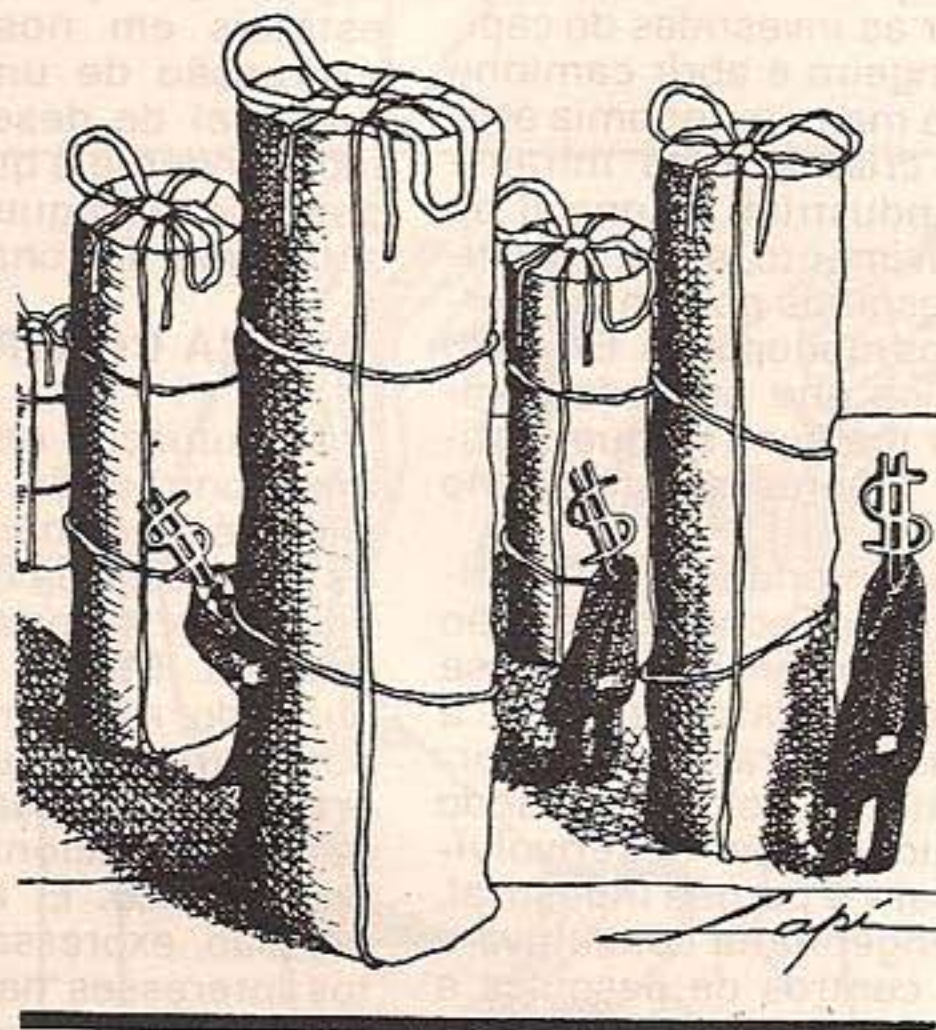
- 1 - T. Hobbes, "Leviatã", Editora Abril Cultural, São Paulo, 1983, p. 74.
- 2 - J. Locke, "Segundo Tratado sobre o Governo", Editora Abril Cultural, São Paulo, 1983, p. 82.
- 3 - J.J. Rousseau, "Do Contrato Social", Editora Abril Cultural, São Paulo, 1983, p. 235.
- 4 - V.I. Lênin, "O Estado e a Revolução", publicado no volume 2 das Obras Escolhidas, Edições "AVANTE", Lisboa, 1978, p. 289.



LISECAN

Imperialismo articula tomada das estatais

Rogério Lustosa *



Nos últimos três anos uma verdadeira enxurrada de artigos, entrevistas, conferências, discursos, passaram a ocupar os meios de comunicação, com os argumentos mais disparatados, apregoando a liquidação das empresas estatais. A luta em favor da chamada privatização é orquestrada por representantes do imperialismo, em articulação com autoridades governamentais e empresários brasileiros. Atrás desta atividade febril encobrem-se interesses antinacionais que exigem uma resposta enérgica.

* Rogério Lustosa é jornalista, diretor do semanário *Tribuna Operária* e membro do Conselho Editorial da revista *Princípios*.

A evolução do capitalismo e sua passagem à fase imperialista, levou à formação dos monopólios e a modificações na relação entre o Estado e o capital. Até então prevaleciam as teses do liberalismo econômico, que apoiavam-se na idéia de que o Estado não devia intervir na economia. Segundo estas concepções a atividade econômica baseava-se na livre concorrência, regulada pelas leis do mercado.

A formação dos monopólios e a conseqüente submissão do Estado a oligarquia financeira modificaram as coisas. O capital passou a exigir a intervenção direta do Estado a seu serviço. O monopólio acumulou poderes suficientes para nomear e destituir governos e ditar normas para a política interna e externa das potências capitalistas. O liberalismo cedeu lugar ao capitalismo monopolista de Estado. O aparelho estatal passou a funcionar como instrumento dos monopólios.

Nos Estados Unidos a grande indústria e a poderosa indústria bélica são privadas. Mas o grande agenciador dos negócios e o grande cliente é o

Estado. Basta dizer que o orçamento americano prevê a soma astronômica de 300 bilhões de dólares para a produção de armamentos. E no exterior o Estado americano faz pressões de toda sorte para alcançar vantagens e privilégios para "suas" multinacionais. Veja-se por exemplo a onda de ameaças do presidente Reagan sobre o Brasil visando abrir o mercado da informática para as empresas ianques. Por outro lado, o Estado aplica uma política protecionista, colocando obstáculos alfandegários à entrada de produtos estrangeiros, protegendo mais uma vez os monopólios internos.

Em síntese, no capitalismo monopolista de Estado, o aparato estatal funciona como executivo dos monopólios.

DEFESA DA SOBERANIA

Depois da II Guerra Mundial, em geral em países que não alcançaram a fase monopolista, floresce também o capitalismo de Estado, com características diferentes do capitalismo monopolista de Estado. Com a liquidação do velho sistema colonialista, o capitalismo de Estado aparece, até certo ponto, como uma forma de defesa dos

países dependentes contra o capital estrangeiro.

Nos setores econômicos que exigem grandes investimentos, com taxas de lucro menores e retorno do capital a longo prazo, os países dependentes recorrem a empresas estatais. Para enfrentar as investidas do capital estrangeiro e abrir caminho para uma maior autonomia econômica, criando uma infraestrutura industrial essencial ao desenvolvimento, só os investimentos estatais podem concorrer com os monopólios. É dentro desta ótica que se pode compreender melhor o ataque destinado às empresas estatais no Brasil.

O superintendente do Instituto Mauá de Tecnologia de São Paulo afirma com muita ênfase que "as estatais geraram e transferiram para o país importantíssima tecnologia, criando oportunidade de desenvolvimento para o parque industrial, para a engenharia consultiva e para os centros de pesquisa e ensino".

VENCENDO A SABOTAGEM

O capitalismo de Estado ganhou impulso no Brasil com a criação das empresas estatais na década de 40. Pode-se dizer que a grande arrancada inicial foi a criação de Siderúrgica de Volta Redonda, vencendo a sabotagem do imperialismo americano. Igualmente importante foi a campanha "o petróleo é nosso" que resultou na criação da Petrobrás, derrotando os que, apoiados inclusive em pretensos estudos científicos de um tal Mister Link, diziam que no Brasil não havia petróleo economicamente explorável.

A partir daí se montou uma base de apoio fundamental para o crescimento industrial, abrangendo a siderurgia, petróleo, petroquímica, telecomunicações, energia elétrica, mineração, portos etc. O Brasil chegou a montar a importante Fábrica Nacional de Motores, que produzia caminhões e automóveis, mas que depois foi entregue à Fiat.

A intervenção do Estado, apoiada muitas vezes em campanhas populares de caráter patriótico, permitiu ao país realizar grandes investimentos, pesquisar e desenvolver tecnologias avançadas em diversos terrenos, impedindo a dependência ainda maior ao capital

estrangeiro. As empresas nacionais privadas em competição com as poderosas multinacionais, jamais teriam condições de sair vitoriosas em empreendimentos de tal vulto.

Pode-se dizer portanto, com segurança, que as empresas estatais em nosso país são expressão de uma exigência nacional de desenvolvimento independente e que cumpriram papel de destaque na defesa da soberania nacional.

UMA CONTRADIÇÃO

Tal situação encerra todavia uma contradição. O Estado brasileiro é reacionário, representa os interesses da burguesia e do latifúndio, associados ao imperialismo. Mas é muitas vezes obrigado a assimilar também, por outro lado, em função da pressão de massas, anseios de caráter nacional popular e democrático. E, aliados a esta pressão, expressa também certos interesses nacionalistas de setores da burguesia.

Esta contradição manifesta-se com grande evidência em sucessivos episódios de nossa história. A revolução de 30 é um marco. A redemocratização em 1945 e logo a seguir o golpe de Dutra depondo Vargas assinala outro conflito deste embate a longo prazo. O suicídio de Getúlio, a renúncia de Jânio Quadros e finalmente o golpe militar de 1964 indicam a trajetória do combate, cheia de idas e vindas. Os 21 anos de regime militar significam o predomínio aberto das correntes mais retrógradas e entreguistas e, conforme veremos a seguir, levaram a uma violenta guinada no destino das estatais. Entretanto, a vigorosa campanha das diretas e os conflitos políticos que marcaram a Nova República, mostram que a luta continua, embora em condições diferentes.

Durante o regime militar as estatais continuaram crescendo. Mas sofreram um desvio radical de seus objetivos iniciais. Passaram a ser usadas como peças de colaboração com o capital estrangeiro. Foram manipuladas pelo jogo mesquinho de influências dos grupos econômicos e corrompidas pelo verdadeiro assalto à coisa pública praticado pelos governantes e seus apadrinhados.

HISTÓRIA DE TRAIÇÃO

Assim, a Petrobrás abando-

nou a pesquisa e a prospecção de petróleo, durante o governo Geisel, dedicando-se quase exclusivamente ao refino, sob a alegação que era mais lucrativo importar o produto.

Investimentos como a da estrada Transamazônica, a ponte Rio-Niterói e outros, passaram a ser feitos tendo em vista unicamente contemplar a cobiça das multinacionais e dos grupos monopolistas brasileiros. E para estas obras grandiosas os recursos eram obtidos com o endividamento externo, em condições absolutamente irregulares e desvantajosas. Acordos criminosos como o que se refere à construção das usinas nucleares em Angra dos Reis, foram assinados apesar da oposição da quase unanimidade das correntes políticas, cientistas e estudiosos do assunto.

A hidrelétrica de Tucuruí foi construída, também às custas de novas dívidas, para fornecer energia elétrica abaixo do preço de custo ao projeto Alcoa, dominado pelo capital estrangeiro - principalmente japonês - enquanto a Cia. Vale do Rio Doce fazia acordos também para fornecer a bauxita, matéria prima para a produção de alumínio, a preço de banana.

A situação chegou a tal ponto que a usina de Tubarão, no Espírito Santo, cedeu 49% de suas ações ao capital estrangeiro sem que este desembolsasse um tostão. Os lucros obtidos pela Kawasaki Steel Corporation e pela Societá Financiară com o fornecimento obrigatório, por contrato, de equipamentos para a construção da usina cobrem o capital exigido para que se tornassem sócios do empreendimento.

Os encargos financeiros acooplados às estatais, principalmente pela política irresponsável de endividamento, cresceram em cerca de 133% entre 1980 e 83 para as 20 maiores empresas estatais. A secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest) revelou que "hoje as 179 estatais produtivas tem ativos da ordem de um trilhão de cruzados, sendo 300 bilhões de patrimônio líquido e 700 de endividamento".

O Estado passou também a representar o papel de papai rico e bonzinho para os empresários mal sucedidos e corruptos. Assim, a Ecex, por exemplo, Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais, formada por um consórcio para a

construção da ponte Rio-Niterói, passou às mãos do Estado, desapropriada, para salvar seus proprietários da falência. Virou empresa estatal. A Cia. Nacional de Tecidos Nova América igualmente passou a ser estatal desde 1984 e atualmente já está saneada, pronta para voltar para os "eficientes" e gastadores empresários particulares.

Nesta longa lista de crimes, não se pode deixar de falar das intervenções para encobrir as negociatas mais sórdidas como os escândalos do banco Halles, da Coroa Brastel, das empresas Lutfalla, da Haspa, Letra e um sem número de outras falcatruas que custaram bilhões aos cofres públicos. Tudo isto para defender a propriedade privada e proteger o enriquecimento ilícito de burgueses tidos, por eles mesmos, como "ótimos" administradores.

As empresas não essenciais, que passaram a ser estatais unicamente para salvar seus proprietários do desastre, devido à fraudes, incompetência etc., devem ser devolvidas à iniciativa privada - aliás jamais deveriam ter passado as mãos do Estado. Mas antes deve-se apurar as causas do fracasso, punidos os responsáveis e ressarcidos os cofres públicos pelos prejuízos.

As demais empresas, fundamentais ao desenvolvimento do país e à defesa de uma economia independente, devem ser saneadas, fortalecidas e recolocadas como baluartes no combate ao domínio estrangeiro. Devem ser definidas áreas específicas, nos setores vitais da economia, como monopólio obrigatório do Estado. Tais empresas estatais devem ter mecanismo que as submetam ao controle do Congresso Nacional e das entidades representativas dos trabalhadores.

ARGUMENTOS FALSOS

Vale a pena estudar alguns argumentos dos inimigos das estatais. Não resistem a um sopro e, na maioria das vezes, voltam-se contra os próprios "privatizadores".

Dizem que as estatais se tornaram centros de corrupção e, por isto, devem ser liquidadas. Mas por acaso estes senhores alguma vez se lembraram de pedir o fechamento da embaixada do Brasil em Paris, que ficou conhecida como "embaixada 10%", tal o nível de corrupção quando lá esteve um certo senhor, dos mais entreguistas, que depois ocupou o Ministério do Planejamento? A empresa estatal, como a embaixada, não são corruptas por si mesmas, como querem fazer crer os defensores da privatização. Corrupto foi o sistema implantado pelo golpe militar de 1964 e corruptas foram - e muitas continuam sendo - as diretorias das estatais nomeadas pelos generais. Corrupção era um modo de governar da ditadura, assim como a tortura e o entreguismo foram também consagrados como métodos dos militares então no poder.

Os inúmeros casos de corrupção em empresas particulares, como os já citados escândalos da Coroa Brastel, Lutfalla etc., mostram que as coisas não são bem assim como dizem os partidários do capital privado.

Afirmam também que a inflação é por culpa do desperdício das estatais. A afirmação por si já é falsa. O desperdício por si não seria capaz de provocar uma tamanha inflação. A dívida externa, responsável pela evasão constante de bilhões e bilhões de dólares para o exterior é uma das fontes principais da inflação. Mas tratar deste assunto não interessa a estes pretensos salvadores da pátria.

Entretanto o desperdício foi e continua sendo grande. A maior parte dele ligado a contratos e falcatruas relacionadas com as empresas privadas. No caso do Inamps, por exemplo, operações desnecessárias, gastos supérfluos com material e medicamentos, tratamentos fictícios, tudo foi feito para enriquecer proprietários de hospitais particulares conveniados. Contratos milionários foram também firmados irregularmente com empresas particulares na construção da hidroelétrica de Itaipú, da ponte Rio-Niterói e tantas outras

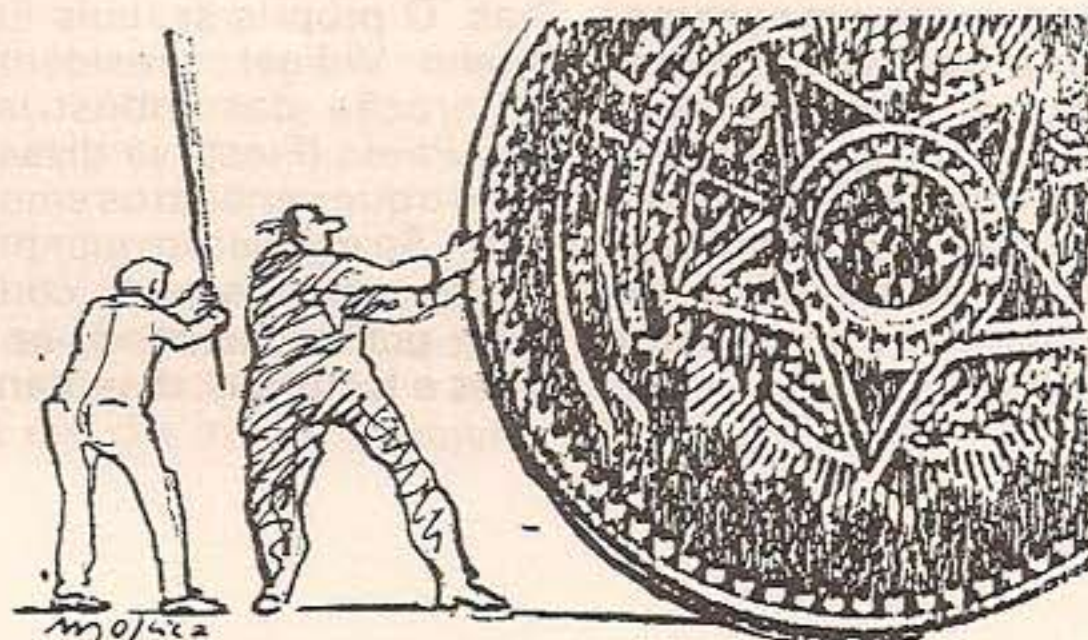
obras de envergadura. Recentemente veio a luz outro escândalo, no projeto Proálcool, onde foram descobertas notas frias, de empresas fantasmas, apresentadas pelas destilarias Coproálcool e Destiluz.

Dizem ainda que as estatais são mal administradas e deficitárias. Estão atirando pedras para cima, que lhes cairão na cabeça. A Mafersa, por exemplo, que está na lista para ser a primeira privatizada, teve um lucro de Cr\$ 117 bilhões em 1985 e desde 1967 que é uma empresa lucrativa. Mas em 1964 foi estatizada para corrigir a má administração de Lauro Parente, empresário particular que fundou a empresa em 1944 e que, pelas imprudências cometidas chegou, a beira da falência, atrasando os salários de seus funcionários em seis meses.

A Ecx e a Cia. Nacional de Tecidos, já citadas anteriormente, são exemplos de má administração dos empresários particulares, e de saneamento exatamente pela administração estatal.

A má administração também não é da natureza das estatais. Existem muitos casos de péssima direção. Mais isto se deve fundamentalmente ao caráter reacionário e entreguista do Estado, dirigido por forças corrompidas, principalmente como aconteceu nos últimos 21 anos de ditadura.

Outro argumento muito usado é que o Estado não deve intervir na economia. Deve apenas preocupar-se com problemas de educação, saúde e coisas semelhantes. O assunto aí vai um pouco mais fundo. Esta afirmação é uma tentativa de desviar a atenção para os imensos serviços prestados à nação como a Petrobrás, Siderúrgica Nacional, Mafersa e tantas outras, apesar dos desmandos dos dirigentes. Tratam



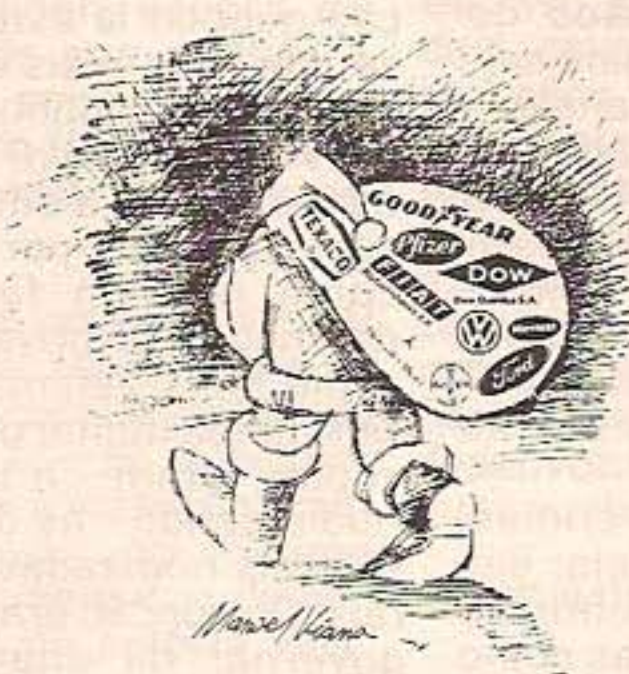
de subvalorizar estas empresas para facilitar sua destruição e entrega da economia inteiramente ao capital estrangeiro.

O Proálcool só foi possível devido à iniciativas do Estado para fornecer infraestrutura para o capital privado que atua no setor. Praticamente nenhum grande empreendimento agrícola no país é realizado sem a interferência protetora do Banco do Brasil e do BNDES. Nesta hora ninguém reclama da "intromissão" estatal. Só desejam um tipo de atividade do Estado, aquela que lhes garanta infraestrutura para obter bons lucros. Mas quando se refere à defesa da soberania nacional, garantindo o monopólio estatal nos setores chaves da economia, a gritaria entreguista é imediata.

Durante 21 anos o regime militar tratou de sabotar as estatais, corromper sua estrutura, endividá-las, reduzir sua capacidade de investimento em muitos casos, neutralizá-las como resistência ao capital estrangeiro. Agora os entreguistas almejam dar o golpe mortal, impedindo que com uma nova situação no país o povo pressione para que voltem a atuar como fortaleza contra o imperialismo.

"NOVO MODELO"

Logo depois da vitória de Tancredo Neves contra Maluf no Colégio Eleitoral, o presidente do Comitê Consultivo Internacional do Chase Manhattan Bank, David Rockefeller veio ao Brasil apregoando "um novo modelo de desenvolvimento". Ao mesmo tempo ele criticava os modelos com base no nacionalismo, centrados no desenvolvimento estatal da economia. "Já vimos que o estatismo falhou" - disse ele. E com a maior desfaçatez, pregou um tratamento para o capital estrangeiro "semelhante ao doméstico". Daí para frente as pressões aumentaram constantemente e a febre da privatização elevou-se. O Banco Mundial por exemplo, passou a vincular a concessão de um empréstimo de 2,5 bilhões de dólares, nos próximos três anos, ao bom andamento do processo de privatização.



O próprio Tancredo, em entrevista coletiva, logo depois de eleito, declarou que "aquelas empresas que não se tornam necessárias, podem ser privatizadas para serem entregues à empresas nacionais ou condomínios, a empresas nacionais associadas à empresas estrangeiras".

Todos sabem o que significa esta associação, de uma empresa nacional com as gigantescas multinacionais, dotadas de enorme experiência, com tecnologia sofisticada e com uma rede de filiais espalhadas em todo o mundo, além de várias empresas delas dependentes por mil amarras. É a associação do pote de barro com o pote de ferro.

O presidente Sarney não ficou atrás. Logo ao assumir o cargo anunciou uma novidade: "As empresas que permanecerem sob controle do Estado deverão adotar novos métodos de gerência que as torne mais eficientes e garantam plena autoridade no uso dos recursos públicos. Empresários privados nacionais integrarão seus conselhos de administração - importante inovação que contribuirá para maior eficiência operacional e controle rigoroso de seu desempenho".

A tal inovação equivale a colocar lobos para vigiar ovelhas. O próprio sr. Luís Eulálio Bueno Vidigal, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) já disse bem claro o que pensam os empresários: "Se o governo quer privatizar as estatais para conter o déficit público, tornando-as eficientes e lucrativas, deve transferir

efetivamente o controle dessas empresas para o setor privado.

PROCESSO EM CURSO

Mas a privatização já está em andamento, com metas e datas estabelecidas, com justificativas teóricas e iniciativas ousadas. O decreto 91.991, de 28 de novembro de 1985 enquadra no programa de privatização:

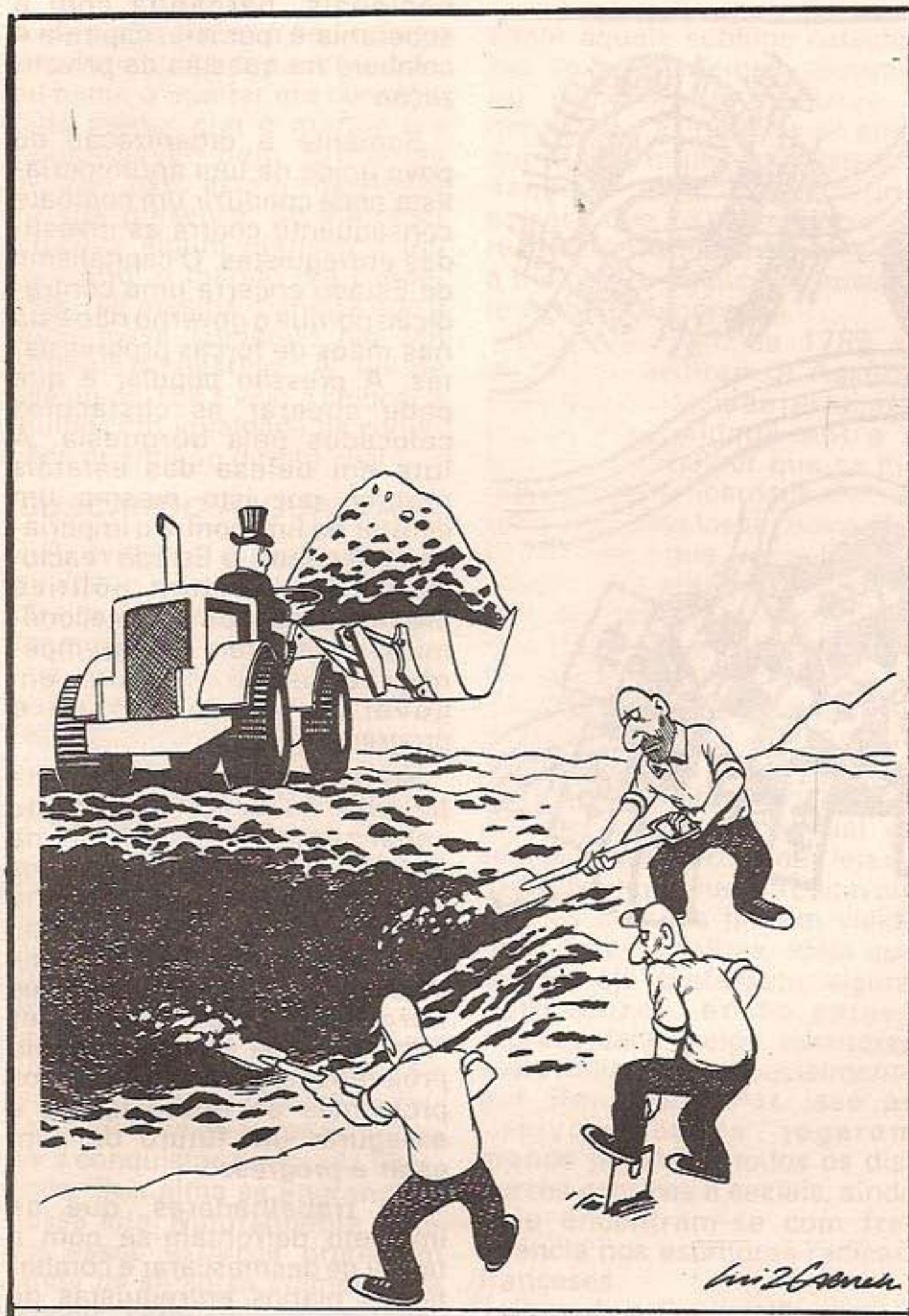
a) empresas privadas que passaram ao controle estatal por inadimplência;

b) empresas que podem sair do controle estatal porque já existem firmas particulares capazes de exercerem sua funções;

c) subsidiárias cuja existência não seja indispensável à execução dos objetivos essenciais da empresa controladora e importem em injusta ou desnecessária competição com empresas privadas nacionais.

Em nenhum momento se coloca a questão essencial de que o Estado não pode abrir mão, em países dependentes como o nosso, de setores chaves de nossa economia, para defendê-los da voracidade do capital estrangeiro. Por isto é que sem nenhuma cerimônia já estão encaminhando a passagem de uma empresa fundamental a soberania, como a Mafersa, para as mãos de empresários privados - vale dizer das multinacionais, que em geral atuarão por intermédio de testas de ferro. Ao menos por enquanto.

No plano, de imediato, estão colocadas 16 empresas. Entre elas, além da Mafersa, estão a Usiminas, a Petrobrás Distribuidora, a Petroquisa. Além disto,



publicado pelo jornal "O Estado de São Paulo", assinado, entre outros, pelo arqui-entreguista Roberto Campos, por Jorge Gerdau Johansen (dono da Gerdau, envolvida no escandalosa transação com a IBM para furar a reserva de mercado de informática no Brasil), por Guilherme Afif Domingos (presidente da Associação Comercial de São Paulo), Antônio Ermírio de Moraes (do Grupo Votorantim e candidato a governador de São Paulo), diz que é necessário "fazer o público tomar consciência de que não se deve nutrir quaisquer ilusões de que o Estado possa vir a vender suas empresas por seu custo histórico reajustado, ou, ainda, esperando recuperar totalmente o capital investido (...) o mercado, de agora em diante, deverá ditar as normas".

Em outras palavras, é para entregar baratinho, sem nenhuma pretensão de recuperar ao menos o capital investido. Os entreguistas estão se sentindo fortalecidos e já não medem as palavras. Nem os atos.

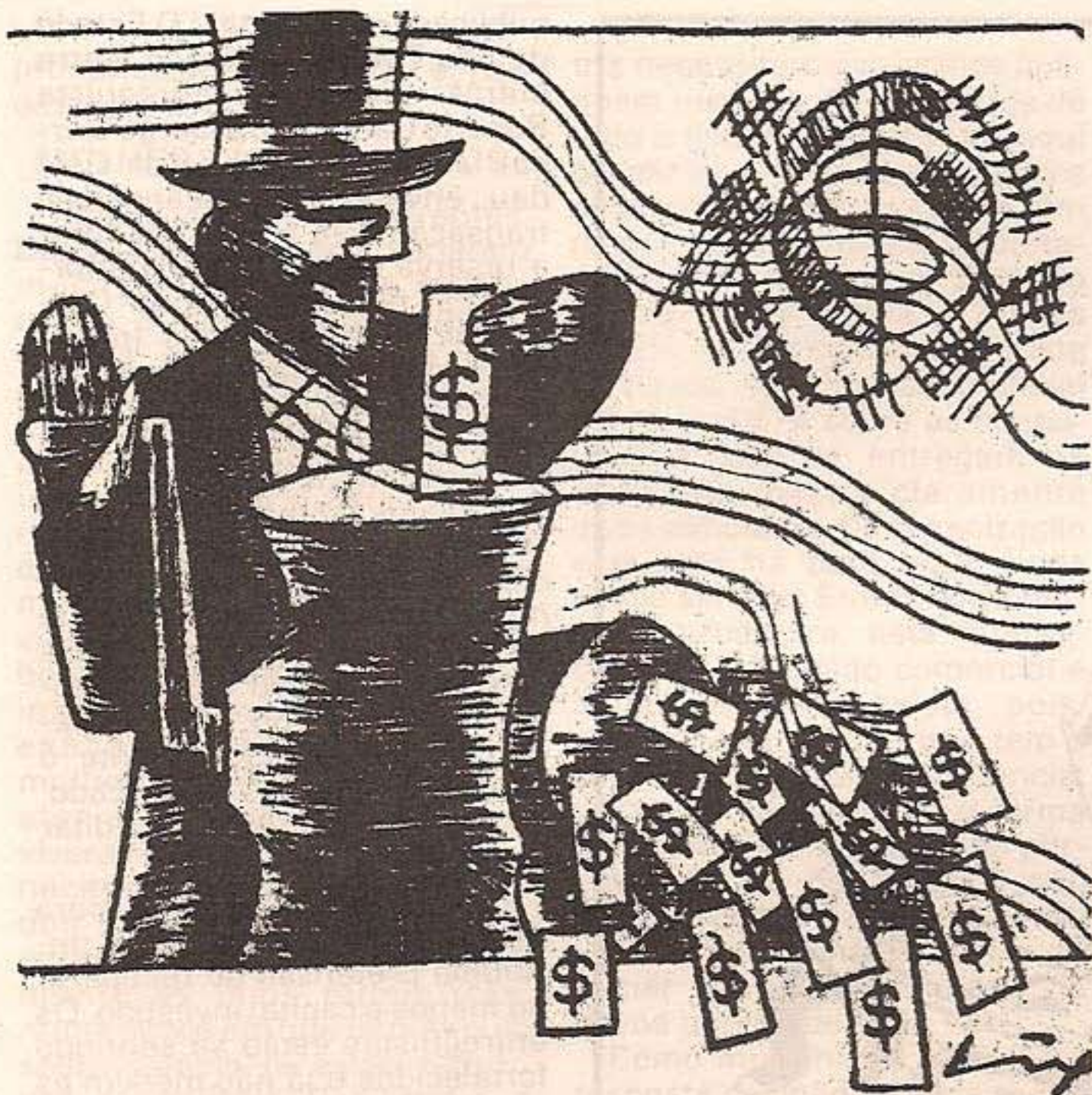
O decreto 92.716, de 28 de maio de 1986, autoriza a venda de 500 milhões de ações preferenciais da Petrobrás (26% do capital da empresa) e 5 bilhões de ações preferenciais da Petroquisa (27% do capital) no Mercado de Ações. Tais ações, vendidas em lotes, cairão sem dúvida alguma, pelo menos boa parte, nas mãos dos trustes internacionais.

criminosamente, se prevê a transformação de 700 bilhões de cruzados da dívida externa das estatais em ações preferenciais a serem comercializadas nas Bolsas de Valores.

O banqueiro Pedro Leitão da Cunha, presidente do Banco Montreal deixou claro que "no processo de privatização da economia não se pode excluir a participação minoritária do capital estrangeiro, o que traria um barateamento de nossa dívida externa pois os juros e o principal desta poderiam ser trocados por dividendos e capital acionário".

E para descobrir ainda mais até onde vai o crime de lesa-independência que se está executando, um documento





TAREFA DO POVO

Na década de 40 o imperialismo norte-americano boicotou por todos os meios a implantação da siderurgia no Brasil. O governo Roosevelt só cedeu quando não foi mais possível evitar, devido ao impulso do movimento patriótico e às exigências colocadas pela II Guerra Mundial. A criação da Petrobrás, da mesma forma só foi possível após poderosas lutas de massas onde muitos patriotas perderam a vida. Agora os Estados Unidos tratam por todos os meios de quebrar a resistência dos brasileiros no terreno da informática, visando manter seu domínio sobre nossa economia. E em articula-

ção com a "quinta-coluna" no interior do país, cuidam de apoderar-se do patrimônio construído com as estatais.

Tudo isto comprova que, no mundo atual, apesar das deficiências que apresentam, em virtude do caráter conservador do Estado, as estatais ainda podem representar importante papel. A batalha em sua defesa faz parte da luta nacional contra o imperialismo.

O desenvolvimento independente do país, do ponto de vista político e econômico só pode entretanto ser efetivamente vitorioso se for conduzido pelo povo. A burguesia, em sua maior parte associada ao capital estrangeiro - direta ou indiretamente - aliena as riquezas

nacionais, barganha com a soberania e, por isto, capitula e colabora na questão da privatização.

Somente a organização do povo unido na luta antiimperialista pode conduzir um combate conseqüente contra as investidas entreguistas. O capitalismo de Estado encerra uma contradição porque o governo não está nas mãos de forças progressistas. A pressão popular é que pode superar os obstáculos colocados pela burguesia. A luta em defesa das estatais assume por isto mesmo um caráter de luta contra o imperialismo e contra o Estado reacionário. É uma luta política articulada com uma luta econômica. As estatais só desempenharão papel eficiente em governos democráticos e progressistas.

As tarefas colocadas por esta batalha só serão entretanto cabalmente resolvidas numa economia socialista, onde os trabalhadores farão do aparelho estatal um instrumento voltado para os interesses das grandes massas. As velhas instituições burguesas terão que ceder lugar às novas, construídas pelo proletariado para enfrentar os problemas de nosso tempo e assegurar um futuro de bem estar e progresso.

Os trabalhadores, que de imediato defrontam-se com a tarefa de desmascarar e combater os planos entreguistas de privatização, devem portanto ligar as tarefas de hoje com os projetos do futuro. O combate ao neocolonialismo pode e deve unir a imensa maioria dos brasileiros. Todos os patriotas compreendem que a indústria da informática, que passou a ser a indústria de ponta por excelência no mundo, não pode ficar nas mãos do capital estrangeiro. Da mesma forma ramos como o de medicamentos, dos minérios, de material ferroviário etc., devem ser monopólios do Estado. Nos combates por estas questões urgentes, se criam as condições indispensáveis, nos terrenos político e econômico para derrotar a burguesia reacionária, para a construção de um novo sistema social, onde o povo seja dono de seu destino.

JERARDO CORRÊA '86



Assistência Sanitária Primária: uma proposta reformista

Nilton Tornero *

* Médico sanitário, mestre em Saúde Pública, professor adjunto da
Universidade Estadual de Londrina, Paraná, colaborador de *Princípios*

Desde meados da década de 70 a Organização Mundial da Saúde (OMS) vem dando extrema ênfase à denominada Assistência Sanitária Primária (ASP) como a maneira mais eficaz de expandir a atenção médico-sanitária às populações em geral. Em 1977, em sua 30ª Assembléia Mundial, a OMS lança a meta "Saúde para todos no ano 2000". Em 1978 realiza-se em Alma-Ata, União Soviética, a célebre Conferência sobre ASP, na qual declarou-se que a ASP é a chave para se alcançar a meta de "Saúde para todos no ano 2000". Desde então, a literatura a respeito, divulgada principalmente pela OMS, vem aumentando significativamente. Esta mesma Organização tem lançado vários manuais técnicos discutindo uma série de questões práticas referentes à implantação da ASP. Ao lançar a meta "Saúde para todos no ano 2000" e a seguir declarar que a ASP é a chave para alcançá-la, deduz-se que a OMS acha possível resolver os problemas de saúde do mundo através do desenvolvimento deste modelo em cada país.

O Brasil, como seria de se esperar, procura pôr em prática, pelo menos nas aparências, as recomendações da OMS e, atualmente, estas são temas de congressos, encontros, publicações, conferências etc.

Assim como os principais funcionários da OMS, vários técnicos brasileiros acreditam que, finalmente, o problema da assistência médica em nosso país será equacionado. Temos inclusive alguns "cardeais" da saúde pública que recebem polpudas verbas, para darem seus bordejões do Oiapoque ao Chuí apregoando as excelências da proposta.

É, pois, de grande atualidade que tal proposta seja analisada, para se procurar saber até que ponto representa um progresso social.

Pesquisamos a caracterização da proposta utilizando artigos e publicações da OMS, principalmente daqueles grupos ou pessoas que representam o pensamento da Organização, como seu Diretor Geral, Halfdan Mahler, ou grupos constituídos, seguindo resoluções aprovadas em assembléias, para estudarem determinados aspectos da questão.

O QUE É ASSISTÊNCIA PRIMÁRIA

Iniciemos nossa discussão definindo o que seja ASP ou Cuidados Primários de Saúde (CPS):

"Os CPS são cuidados essenciais de saúde baseados em métodos e tecnologias práticas, cientificamente bem fundamentadas e socialmente aceitáveis, colocadas ao alcance universal de indivíduos e famílias da comunidade, mediante sua plena participação e a um custo que a comunidade e o país pode manter em cada fase de seu desenvolvimento, no espírito de confiança e autodeterminação. Fazem parte integrante tanto do sistema de saúde do país, do qual constituem a função central e o foco principal, quanto do desenvolvimento social e econômico global da comunidade. Representam o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comuni-

dade com o sistema nacional de saúde pelo qual os cuidados de saúde são levados o mais proximamente possível aos lugares onde pessoas vivem e trabalham, e constituem o primeiro elemento de um continuado processo de assistência à saúde". (1)

Da conceituação acima destacamos os seguintes itens: a) a proposta pretende dar cobertura universal à população; b) prevê que os serviços sejam oferecidos a um custo que o país possa manter em seu estágio atual de desenvolvimento; c) é parte integrante do sistema de saúde, do qual constitui o núcleo central e primeiro nível de contato ("porta de entrada") e, d) é considerada parte integrante do desenvolvimento social e econômico da comunidade.

Para alcançar seus objetivos, os CPS incluem as seguintes atividades: 1 - educação referente aos problemas prevalentes de saúde e aos métodos de prevenção e controle; 2 - promoção da distribuição de alimentos e da nutrição apropriada; 3 - provisão adequada de água de boa qualidade e saneamento básico; 4 - programas materno-infantis, inclusive planejamento familiar; 5 - imunização, principalmente contra doenças infecciosas; 6 - prevenção e controle de doenças localmente endêmicas; 7 - tratamento de doenças e lesões comuns e, 8 - fornecimento de medicamentos essenciais. (1)

Em seguida, analisaremos alguns aspectos da proposta que julgamos mais característicos.

O PRIMO POBRE DO SISTEMA DE SAÚDE

A que tipo de população a proposta é dirigida? Se acreditarmos na formulação teórica da OMS, toda a população de um determinado país deve ser servida por tal sistema. Vejamos, por exemplo: o modelo é "igualmente válido para todos os países, do mais avançado até o menos desenvolvido (...)". (1) Há uma grande preocupação no sentido de que a proposta não seja vista como um "parente pobre" do sistema vigente (2), ou seja, no sentido de que haja, na verdade, dois sistemas de saúde: um, de alta qualidade para atender à população de maior nível sócio-econômico, e outra, no caso a proposta em discussão, para atender aos pobres.

No entanto, abundam as citações esclarecendo, na verdade, qual a população alvo desta proposta. Vejamos algumas: a proposta deve ser implantada "nas comarcas rurais mais afastadas, nas minas, nos bosques e zonas pesqueiras, onde vive e trabalha a grande maioria da população e onde os serviços de saúde, se os há, são muito deficientes" (3); ou então, deve-se dar "ênfase inicial nos grupos desservidos" (1). Esta mesma publicação (1) recomenda que seja atribuída alta prioridade às "mulheres, crianças, população que trabalha sob alto risco e os setores desprivilegiados da sociedade"; diz também que os grupos desprivilegiados não têm acesso permanente aos serviços de saúde. Constituem "talvez 4/5 da população mundial, vivem esses grupos principalmente em áreas rurais e favelas urbanas" (1). Um autor americano coordena um serviço de ASP aos índios da América do Norte (4).

Como se depreende, realmente a proposta de ASP destina-se às populações desatendidas, tanto urbanas como rurais, incluindo-se também as populações subatendidas. Embora os documentos e escritos oficiais da OMS repisem a cada instante que o modelo deve servir a toda a população, indistintamente, vemos que tal postura prende-se mais à retórica do que à realidade. Seguramente, a ASP está orientada para ser o "parente pobre" do sistema sanitário de um dado país. Em outras palavras: a população de melhor nível sócio-econômico continua a receber assistência privada, privatizada, via seguro-saúde, enquanto que as populações de baixo poder aquisitivo recebem os "benefícios" da ASP.

ASSISTÊNCIA EFETIVA OU ADIAMENTO DE PROBLEMAS?

Podemos inquirir, a seguir, por que, a partir de determinada época histórica (meados da década de 70) a assistência a essas populações desassistidas passou a ter grande importância. Em 1972, realizou-se a III Reunião dos Ministros da Saúde da América Latina com o objetivo de elaborar o Plano Decenal para as Américas até 1980. Na introdução ao documento então aprovado, os Ministros da Saúde dizem que o objetivo central do Plano é "a extensão da cobertura com serviços às populações rurais e urbanas não atendidas e subatendidas (...)" (5). A mesma publicação, que reproduz o trecho acima, esclarece-nos à respeito:

"Nos diferentes países, e na medida em que se foi desenvolvendo o processo de extensão da cobertura de serviços, foram tomando importância as populações marginalizadas urbanas, principalmente aquelas das grandes cidades, que se aglomeram nos cinturões de miséria e que têm chegado a conformar um grupo de especial preocupação para os Governos. Assim, a população rural e urbana marginalizadas, ou seja, os mais pobres entre os pobres, passaram a constituir prioridade". (5) (grifo nosso)

Na mesma linha de raciocínio, outro documento assim se expressa:

"As marcadas desigualdades que existem atualmente na situação sanitária das populações são causas de preocupação comum para todos os países e devem reduzir-se drasticamente." (6) (grifo nosso)

Vemos, assim, que tais populações desassistidas ou marginalizadas são causa de preocupação comum a todos os países. Aliás, o são também para os países capitalistas avançados, pois os CPS são também recomendados para setores desassistidos de suas populações, quais sejam: os trabalhadores migrantes, imigrantes, anciãos (7), índios (4).

Pela crescente organização popular em defesa de seus direitos mais elementares, os povos têm se insurgido contra as oligarquias dominantes em particular e contra o modo de produção capitalista, no geral, embora isto nem sempre seja claramente explícito. Entende-se, pois, que tipo de preocupação os governos têm em mente quando procuram tomar medidas para atender essas populações: procuram agir de maneira pre-

ventiva, impedindo ou dificultando a emergência de reivindicações várias, de greves, motins e revoluções. Nesta linha de pensamento, como temos procurado mostrar e continuaremos mostrando, a OMS é uma poderosa aliada do imperialismo mundial. Procura apresentar-se como uma organização "neutra" como já o declarou seu Diretor Geral (8), para melhor granjear a simpatia de governos, entidades e pessoas progressistas do mundo inteiro, mas, em essência representa os mais altos interesses imperialistas, no momento histórico atual. É uma entidade "tão neutra" como o são as Nações Unidas, à qual está associada, ou o Banco Mundial e outros organismos internacionais financiados quase que totalmente pelos países capitalistas avançados.

MULTIPLICIDADE DE SISTEMAS

Quando se discute a questão da organização dos serviços sanitários, tem fundamental importância saber se estão organizados em um sistema único de atendimento ou se comporta vários sistemas paralelos. O estudo desta questão nos leva a observar que na sociedade capitalista, dividida em classes, os serviços de atenção médico-sanitária se organizam para atender os interesses das classes dominantes em primeiro lugar e a seguir os interesses das outras classes, de acordo com o nível de organização ou a prioridade que ocupam na sociedade. Parece-nos óbvio que vários sistemas de prestação de serviços implicam em diferentes graus de qualidade de serviço oferecido. Se não fosse assim, os serviços seriam únicos. Para exemplificar, ninguém compara a qualidade do atendimento recebido pelo capitalista que procura o professor universitário em seu consultório, ricamente instalado no local mais atrativo da grande metrópole, por cuja consulta paga altos honorários, como aquele recebido pela velha senhora que vive de esmolas, habita a periferia desta mesma cidade e que procura um posto de atendimento médico do Estado.

Os serviços oferecidos serão os mesmos, com a mesma qualidade de atendimento a toda a população, se for organizado como um todo único, seguindo as mesmas diretrizes para o atendimento das variadas camadas sociais. No Brasil, por exemplo, temos vários sistemas paralelos: a rede privada, os serviços do INAMPS (chamados de "medicina privatizada"), os serviços das Secretarias Estaduais de Saúde, os serviços das Secretarias Municipais de Saúde, os serviços das Cooperativas Médicas, os serviços especiais para funcionários públicos, forças armadas, diversas categorias profissionais, etc. É lógico que a qualidade destes serviços varia com a população atendida. No geral, isto é o que ocorre na maioria dos países capitalistas avançados, como também nos países capitalistas menos avançados, dependentes do imperialismo mundial.

Veamos, a seguir, como a OMS equaciona esta importante questão, ou seja: a OMS preconiza um sistema único de atendimento ou considera os CPS um serviço a mais, destinados a atender determinada população, conforme já a caracterizamos?

Esta questão é facilmente respondida: em lugar algum a OMS propõe um sistema único de atendimento; pelo contrário, considera os CPS **parte integrante dos serviços nacionais de saúde.** (1, 3)

Ao contrário do sistema único, a OMS prefere pregar a **reorganização** dos serviços sanitários "considerando os subsetores público e privado e o sistema comunitário (...)" (5) ou então recomendar, de maneira genérica, a reorganização da infra-estrutura sanitária. (9)

Em um documento (6) são relacionados 6 princípios que se aplicariam em **todos** os sistemas de saúde baseados na ASP. Nenhum deles fala em sistema único. Ainda nesta publicação há referências à coordenação entre as instituições de saúde públicas, privadas e outras.

A SERVIÇO DA PRIVATIZAÇÃO

Não adianta que, em alguns documentos e discursos, a OMS insista em que se devam tomar medidas enérgicas, promover a integração inter-setorial e outras recomendações de efeito. Na prática, a proposta mantém os atuais privilégios de classe e mantém os interesses que estão à sombra da medicina privatizada (tipo INAMPS), de cuja política os maiores beneficiários são justamente os empresários do setor saúde. Não existem preocupações em coibir os abusos desses empresários, em favor do bem comum. Pelo contrário, conforme a OMS, os CPS devem ser reorganizados sem tocar no setor privado. Sabemos que a privatização do setor saúde visa o lucro e que é responsável pelas distorções da assistência sanitária que se observam em todos os países onde existe. A denominada "iniciativa privada", não só no setor saúde, mas em todos os outros, não se preocupa com o bem-estar dos indivíduos, mas procura o local onde o capital possa se multiplicar com maior intensidade no menor prazo

possível. Daí se dizer que qualquer reorganização dos serviços sanitários, na qual os serviços privados ou privatizados continuem a existir, significa manter os privilégios das classes que deles se beneficiam em detrimento do restante da população. Em conclusão, os CPS, tais como são recomendados pela OMS, visam, como vimos, evitar as "preocupações" que os governos possam ter com as populações desservidas e não se baseiam, em qualquer medida, em preocupações de ordem comunitária, onde se procura realmente resolver o problema de saúde das populações. Seria até estranho, incoerente, que tal preocupação houvesse; como explicar, na maioria dos países capitalistas, uma autêntica preocupação com a saúde dessa população e um descaso total em relação à questão do desemprego, da moradia, dos direitos humanos, da violência urbana?

Porém, nossos argumentos contra o caráter reformista desta proposta, toda ela feita de modo a atender os altos interesses dos países imperialistas, não páram aí. Vejamos a seguinte questão: como a OMS coloca a questão da luta de classes nas sociedades?

Por tudo o que já discutimos, é evidente que a questão das classes sociais é ignorada. A sociedade é apresentada como formada de camadas com interesses homogêneos, de tal modo que o latifundiário e o camponês sem terra têm os mesmos interesses ou que os executivos das grandes indústrias farmacêuticas internacionais estão tão preocupados com a saúde do povo de um país dependente como estão os cidadãos morando em favelas nas grandes metrópoles.

FAVORECENDO INTERESSES IMPERIALISTAS

Porque assim pensam, pregam a conciliação, ou, usando o termo da OMS, a **cooperação** entre as classes, entre os países imperialistas e o res-



tante dos países, entre os interesses das indústrias farmacêuticas internacionais e os interesses da população. Vejamos alguns exemplos:

"Todos os países devem cooperar(...) para assegurar os CPS a todos os povos, uma vez que a consecução da saúde do povo de qualquer país **interessa e beneficia diretamente todos os outros países**" (1) (grifo nosso).

Julgamos oportuno sublinhar o trecho acima. Veremos, adiante, que a resolução de alguns problemas de saúde nos países dependentes beneficia diretamente os países imperialistas.

Outro exemplo de "cooperação" entre os países dependentes e o capital internacional é representado pela indústria farmacêutica. Inicialmente a OMS alerta para o fato de que as indústrias farmacêuticas podem ameaçar a viabilidade dos programas de ASP. Mas logo apresenta uma solução:

"É possível orientar a oposição das indústrias farmacêuticas para canais positivos, fazendo-as interessar-se pela produção de equipamentos condizentes com a tecnologia a ser empregada nos CPS. Quaisquer prejuízos decorrentes da redução de vendas de quantidades limitadas de equipamentos caros seriam mais do que compensados pela venda, a grandes mercados ainda inexplorados, de maiores quantidades de equipamentos e suprimentos mais baratos utilizados nos CPS." (1)

Sabe-se que nos países capitalistas dependentes quase 100% da indústria farmacêutica é estrangeira. Segundo a OMS, os lucros das mesmas podem ser "mais do que compensados" desde que se adaptem às novas condições, produzindo os equipamentos que esses países necessitariam e que são chamados de "tecnologia apropriada". Vê-se que as empresas multinacionais, além de serem intocáveis, terão, inclusive, maiores possibilidades de lucros. Este é o modelo de atenção sanitária que o imperialismo quer impor aos países dependentes e que a OMS, tendo à frente o Dr. Halfdan Mahler, seu Diretor Geral, assume o papel de camelô na sua divulgação. Aliás, é o próprio Mahler quem opina que os governos do Norte e do Sul podem diminuir suas "zonas de fricção e aumentar as de colaboração" (8). Esta divisão de países, ou do mundo, em Norte e Sul, frequentemente citada por Mahler, define bem uma determinada corrente ideológica - a social-democracia - chefiada por Willy Brant. Voltaremos a este assunto para mostrar com maiores detalhes a quem a OMS e seu Diretor Geral servem.

Acreditamos que as questões que vimos analisando já seriam suficientes para desmascarar a proposta de ASP e mostrar como a mesma serve ao imperialismo. No entanto, esta argumentação tornar-se-ia incompleta se deixássemos de analisar a maneira com que a OMS coloca a questão da ajuda internacional. Para se aquilatar melhor a proposta em relação ao capital financeiro internacional, basta dizer que a ajuda internacional (tanto técnica como financeira) é considerada parte integrante da proposta (1, 3, 8) o que beneficia esse capital internacional. Na Conferência

Internacional de Alma-Ata aprovou-se que "... os países ricos estarão agindo acertadamente se aumentarem substancialmente a corrente de recursos de CPS para os países em desenvolvimento." (1)

Por que os países ricos estarão procedendo acertadamente se assim agirem? Vejamos a explicação de uma pessoa insuspeita; no caso o Dr. Mahler, que, como ele mesmo diz, dirige uma organização "neutra":

"Por que motivo o mundo desenvolvido deve contribuir com sua ajuda? **Porque neste processo de ajuda não fará mais que ajudar-se a si mesmo.** Tomemos o caso da erradicação da varíola. Paradoxalmente, são os países ricos os que estão fazendo, segundo uma estimativa moderada, economias anuais no valor de dois bilhões de dólares. Pareceria razoável que, pelo menos, a metade destes benefícios revertissem aos países em desenvolvimento; estes últimos participaram, em boa hora, na campanha, **para favorecer os países desenvolvidos.** Na África, por exemplo, a varíola não se manifestava em formas muito graves. Era possível conviver com ela. Em uma zona onde um milhão de crianças morrem de malária, não seria o mais importante erradicar a varíola. Sem dúvida, **fiel ao seu compromisso de solidariedade mundial,** a África teve que erradicar a varíola." (8) (grifo nosso)

Note-se, entre parênteses, o que Mahler entende por solidariedade internacional. Para nós, este trecho seria suficiente para mostrar a quem a proposta interessa em primeiro lugar. Porém, Mahler quer convencer até o imperialista mais renitente que a proposta lhe interessa. E continua:

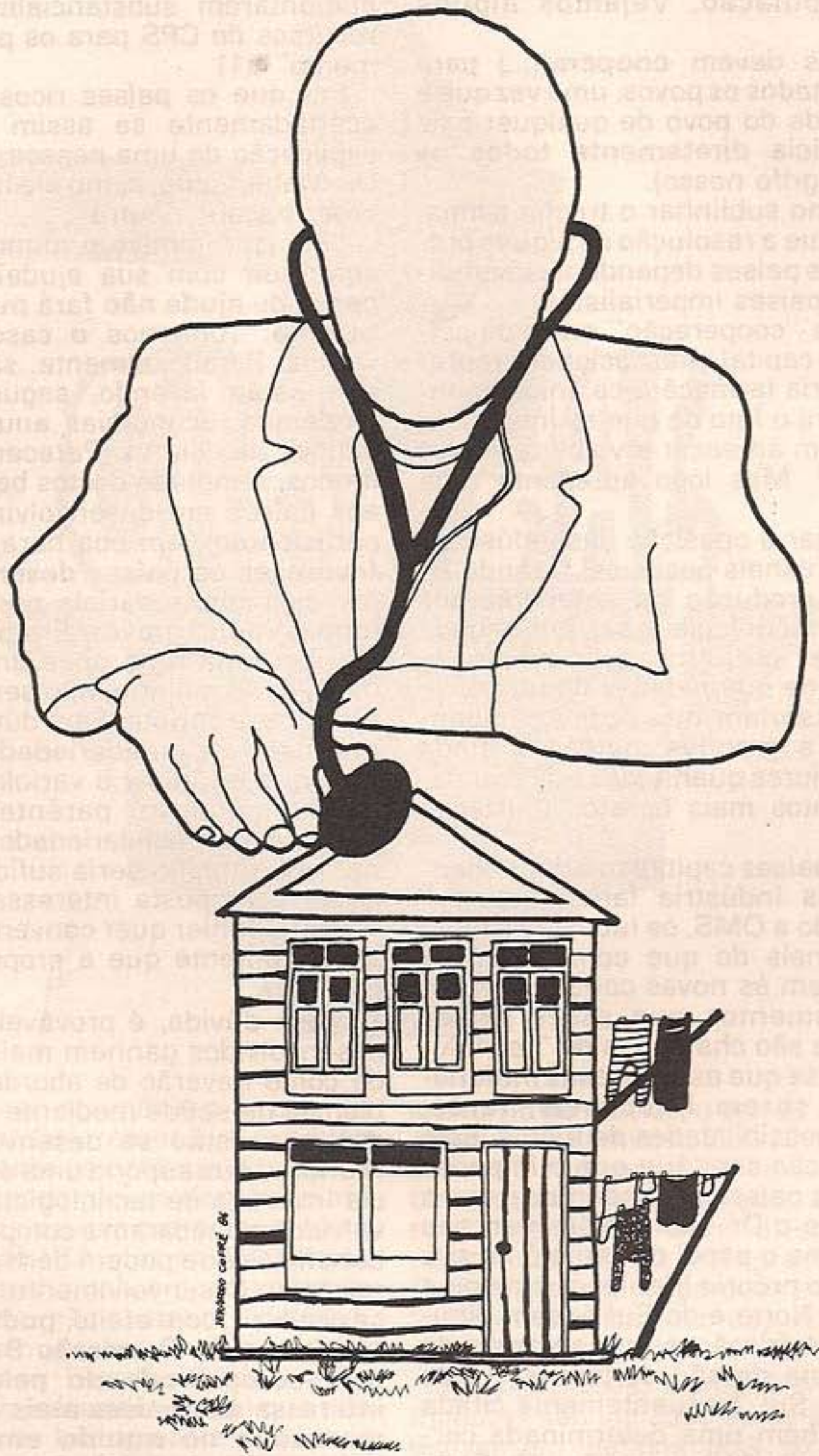
"Sem dúvida, é provável que onde os países desenvolvidos ganhem mais é no conhecimento de como haverão de abordar seus próprios problemas de saúde mediante a aplicação de métodos que estão se desenvolvendo no Terceiro Mundo, o que suporia uma espécie de transferência invertida de tecnologia(...). Os países desenvolvidos começaram a compreender os enormes benefícios que podem derivar de uma nova ordenação do desenvolvimento. O fato já começou a se produzir; com efeito, **podem os senhores abrir o informe da Comissão Brandt e ver como se está compreendendo pela primeira vez que interessa aos países mais desenvolvidos gerar mercados no mundo em desenvolvimento. Somente assim poderão tais países manter seu potencial de desenvolvimento.** Tal princípio está aceito na atualidade." (8) (grifo nosso)

Deixemos ainda Mahler com a palavra. Ele é um excelente propagandista:

"Exige inclusive (a proposta da ASP) que os países estejam dispostos a **sacrificar parte da soberania nacional em questões de saúde para favorecer a solidariedade sanitária internacional.**" (8) (grifo nosso)

Diante de tamanha profissão de fé aos interesses imperialistas, não podemos senão sorrir ao ler o seguinte:

"A OMS desempenhará um papel principal(...) **convencendo os bancos e fundos internacionais e os organismos multilaterais e bilaterais da**



necessidade de que adotem políticas resolutamente favoráveis à concessão de créditos e empréstimos para a Estratégia (de implantação da ASP)''(6) (grifo nosso).

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DECORATIVA

Ainda que de maneira sumária, a questão da participação comunitária merece alguns comentários. Embora os documentos falem que a população deva participar "no planejamento,

organização, operação e controle dos CPS'' (1), é impossível que, sob o capitalismo, a população possa se manifestar livremente sobre as grandes questões nacionais. Se tal fosse possível é provável que a questão da assistência sanitária já teria sido resolvida no mundo, pois as reivindicações por melhor saúde e melhores condições de vida, praticamente têm acompanhado a história da humanidade. Quando a questão não leva em conta a luta de classes, como no caso em discussão, a participação comunitária só pode ser

entendida do ponto de vista reformista, como instrumento, por exemplo, de obtenção de mão-de-obra barata, como se vê nos relatos de várias experiências da ASP em diferentes partes do mundo. Ou então atribuir-se à população papel decorativo, chamando-se isto de participação comunitária, mantendo-se intocável tanto o autoritarismo como a antidemocracia que impera nas sociedades burguesas para com as classes oprimidas. A própria Conferência Internacional de Alma-Ata reforça este ponto de vista quando declara que "podem (...) os membros da comunidade contribuir para os CPS com recursos humanos, financeiros e de outra natureza" (1) (grifo nosso).

Preocupados com a participação meramente decorativa, três autores assim se expressam:

"... deve haver uma verdadeira delegação de autoridade e de poder, assim como de responsabilidade (à comunidade). Por exemplo, os participantes devem poder influir em certas questões como o estabelecimento das prioridades, a seleção e a demissão do pessoal de saúde, as dotações orçamentárias e o horário de funcionamento das instalações de saúde. Uma situação na qual os representantes da comunidade figuram unicamente com fins decorativos (...), enquanto que o verdadeiro poder continua sendo exercido de maneira centralizada e tradicional, não pode ser considerada como uma verdadeira participação." (10)

No entanto, logo a seguir, esses mesmos autores expressam estranha opinião. Argumentam que se uma oligarquia impopular ou uma ditadura domina determinado país, seria visto com extrema desconfiança, pela população, um projeto, partindo de tal governo, que pregasse a participação popular. Mostrando que os projetos de ASP devem se adaptar à situação política existente, mesmo que seja representada por uma ditadura, os referidos autores recomendam:

"Nesta situação é possível que somente caiba esperar uma verdadeira contribuição ao desenvolvimento mediante pequenos projetos de tipo voluntário. Tratar-se-á, sem dúvida, de empresas muito arriscadas, que podem fracassar, porém, as poucas que resultem eficazes serão certamente estimulantes" (10).

ESCAMOTEANDO A VERDADE

A própria abordagem sobre as causas das doenças é retrógrada, ultrapassada. Sabemos que as doenças estão relacionadas aos meios de vida e que estes são determinados, em grande medida, pelas relações de produção. No sistema capitalista a relação básica de exploração é a representada pela burguesia (classe exploradora) e pelo proletariado (classe explorada). No entanto, a superestrutura capitalista, que se desenvolve a partir deste tipo de relações entre os homens, diz que todos os homens são iguais. Sendo assim, as classes dominantes não podem aceitar o fato de que são elas, graças à dominação que exercem sobre a maioria da população, as geradoras indiretas da maioria das doenças que

incidem nesta população. Na prática isto significa que a população passa a ser responsabilizada diretamente pelas suas doenças, como por exemplo, pela desnutrição infantil, pelos acidentes de trabalho etc.

É verdade que se reconhece algumas vezes (3) que os problemas de saúde dos países subdesenvolvidos estão intimamente relacionados à pobreza, à desnutrição, à falta de água potável e a outros fatores de risco oriundos do meio ambiente. Nem podemos negar que é comum encontrarmos a expressão "são necessárias medidas enérgicas" para resolver essas situações. Em um documento, por exemplo, encontramos o seguinte: "Os CPS (...) envolvem, além do setor da saúde, todos os setores e aspectos correlatos do desenvolvimento nacional e comunitário, mormente a agricultura, a pecuária, a produção de alimentos, a indústria, a educação, a habitação, as obras públicas, as comunicações e outros setores e requerem os esforços coordenados de todos esses setores". (1)

Note-se que todos esses fatores são relacionados no mesmo nível de igualdade, com o mesmo peso específico. Isto permite camuflar as relações de produção, caracterizadas no regime capitalista pela dominação de uma classe por outra, ou seja, do homem pelo homem. Além desta camuflagem, é possível afirmar-se que a chamada ocasional aos fatores ambientais como causadores de doença não passa de mera retórica, da atualização de uma linguagem já gasta e desacreditada, a qual consiste em incriminar a população pelas suas doenças assim como os fariseus burgueses e pequeno-burgueses incriminam os pobres pela miséria em que vivem. De nada valem, por exemplo, frases do tipo de que deve haver "... aumento da produção e do emprego e uma distribuição mais equitativa da renda pessoal..." (1), se não se diz como isto deve ser conseguido.

No entanto, a idéia fundamental, de que a população é responsável pelas doenças que tem, aparece com grande frequência. Vejamos alguns exemplos:

"A Conferência (de Alma-Ata) destacou a importância da participação comunitária integral e organizada da ulterior autoconfiança (?) com que indivíduos, famílias e comunidades assumem maior grau de responsabilidade por sua própria saúde" (1) (grifo nosso).

"... se a saúde não começa no indivíduo, no lar, na família, no local de trabalho e na escola, nunca alcançaremos o objetivo da saúde para todos" (8).

Note-se bem: a saúde para todos não será o resultado de profundas mudanças sociais, mas sim mudanças no indivíduo, na família etc.

Sobre questões tão importantes, é sempre recomendável ouvir as opiniões de Mahler; são sempre esclarecedoras:

"O estado de saúde dos pobres depende em grande medida de uma combinação de desemprego (e subemprego), pobreza, baixos níveis de educação, más moradias, saneamento deficiente, desnutrição e falta de vontade e iniciativa para introduzir mudanças positivas. Seria ilusório esperar que nessas populações se produ-

zam mudanças sanitárias substanciais enquanto não se eliminem ou se reduzam tais obstáculos" (8) (grifo nosso).

Continuemos ouvindo Mahler; sempre é útil: "A auto-responsabilidade permite às pessoas desenvolverem livremente seu próprio destino. **Tal noção é a essência da ASP**" (8) (grifo nosso).

Desde quando, no capitalismo, alguém pode desenvolver seu próprio destino? Mahler insiste:

"Os indivíduos e as famílias são, naturalmente, afetados pela sociedade onde vivem, mas também influenciam essa sociedade. **Em última análise, é deles a escolha**" (11) (grifo nosso).

Traduzindo Mahler: pobre é quem quer; doente é quem quer. No capitalismo as pessoas podem "desenvolver livremente seu próprio destino. Em última análise, é delas a escolha".

Temos mais alguns exemplos. Com a palavra, novamente, o Diretor Geral da OMS, o "progressista" Halfdan Mahler:

"É fora de dúvida que a sobrevivência dos indivíduos e das famílias requer um mínimo absoluto de recursos de produção e de consumo, mas, além deste mínimo, **faltam muitas vezes a inventiva, os conhecimentos ou os tipos de organização sem os quais não há verdadeira saúde**". (3) (grifo nosso)

A desnutrição é colocada como consequência da "fecundidade incontrolada" e não devida à questão da posse da terra ou da exploração em que vive o povo, o qual é impedido de se alimentar adequadamente. Por outro lado, a "fecundidade incontrolada" é considerada uma irresponsabilidade da população, a qual deve ser esclarecida a respeito. A desacreditada teoria que relaciona o grau de instrução, o número de filhos e a desnutrição infantil é endossada por Mahler:

"Tampouco ninguém ignora a relação que há entre o grau de instrução das mulheres e o tamanho das famílias e a desnutrição infantil (...)" (3)

Após essas idéias reacionárias, um pouco de demagogia vai bem: "Em poucas palavras, não se remediará a desnutrição sem desenvolvimento social" (3). Porém, igualmente em poucas palavras, Mahler se contradiz, quando afirma de que modo a OMS está procurando controlar as deficiências nutricionais: "...por meio da distribuição direta de vitaminas ou pela adição de fortificantes aos alimentos" (3).

A questão dos acidentes de trabalho que somente na América Latina ceifam anualmente a vida de cerca de 50.000 trabalhadores (5), não merece nenhuma prioridade nos planos da OMS. Uma das poucas referências encontradas não foge à regra do que vimos analisando:

"É necessário **informar** além disso o pessoal de saúde a respeito dos riscos presentes nos lugares de trabalho de seus países e de que forma os **trabalhadores podem aprender a evitar estes riscos**" (10) (grifo nosso).

Ou seja, segundo tais argumentos os trabalhadores são os responsáveis pelos acidentes de trabalho porque são ignorantes.

Acreditamos ter mostrado, com base na literatura considerada oficial da OMS, no que consiste a ASSISTÊNCIA SANITÁRIA PRIMÁRIA. Igualmente acreditamos ter demonstrado que o

modelo procura adaptar-se às condições políticas existentes em cada país, mesmo que essas relações sejam caracterizadas como ditaduras ou governos impopulares. Pensamos também que a análise metafísica, não levando em conta a luta de classes, tenha ficado clara, assim como tenham ficado evidentes as idéias retrógradas que estão por trás das discussões sobre a etiologia das doenças.

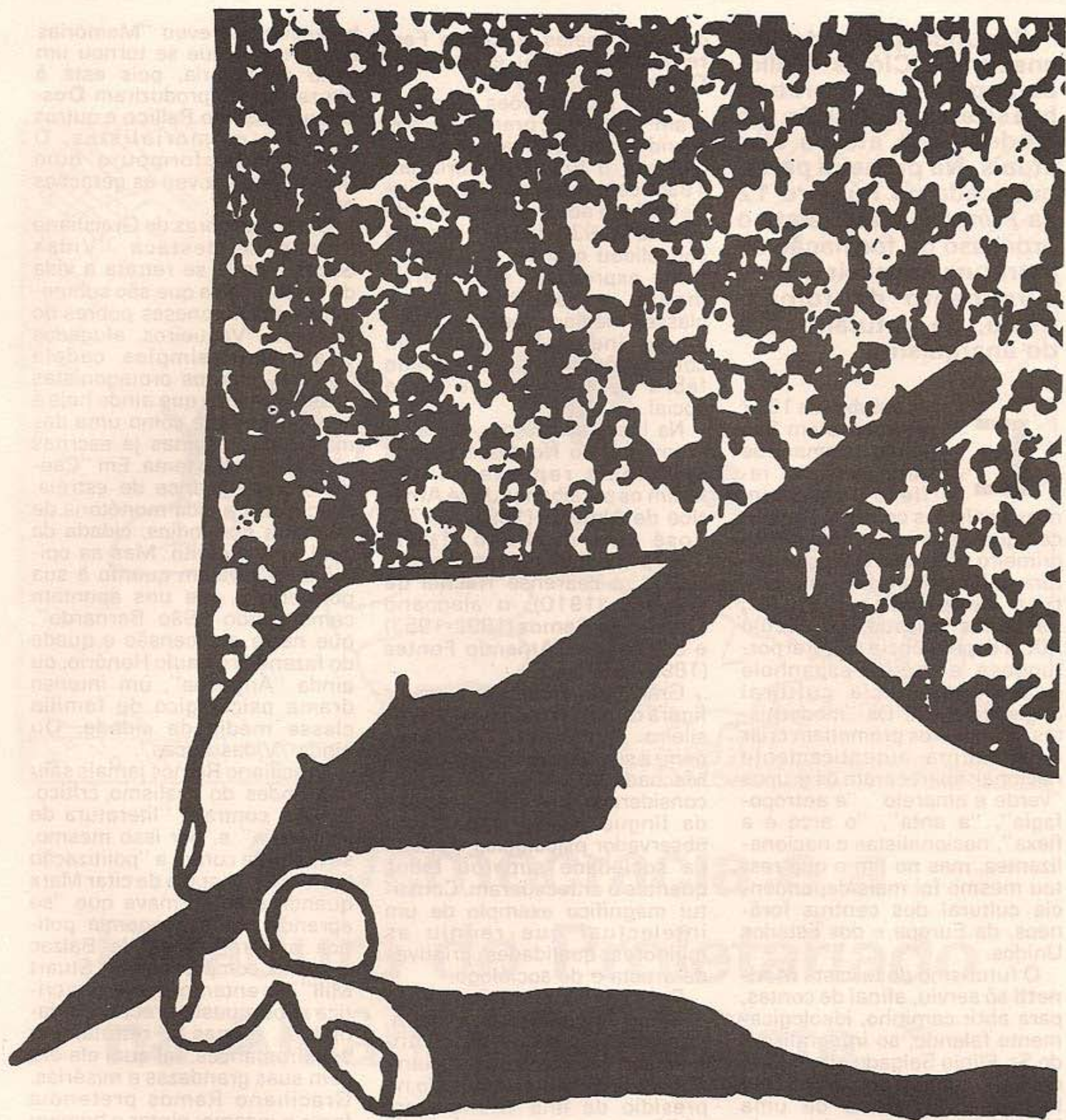
Todos os povos têm direito à saúde. Mas a saúde plena somente virá com a libertação dos povos do jugo da opressão capitalista, com o triunfo do socialismo. Acreditar que a questão sanitária possa ser resolvida com o auxílio de algumas mudanças na estrutura social também caracteriza reformismo, um pouco mais elaborado, próprio dos fariseus pequeno-burgueses, que sonham convencer a burguesia de que devem abrir mão, voluntariamente, de seus privilégios na sociedade.

O modelo de ASP proposto pela OMS não resolveu nem resolverá o problema de saúde da maioria da população do mundo porque não leva em conta as condições objetivas das sociedades no momento histórico atual.

Acreditamos que a própria organização sanitária, assim como o impulso na cultura, nas ciências, nas forças produtivas, se forja no decorrer da luta de libertação dos povos. Aliar a luta de libertação à melhoria das condições sanitárias é um desafio que devemos aceitar de bom grado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/UNICEF. *Cuidados primários de saúde*. (Relatório da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, Alma-Ata, 6-12 de setembro de 1978). Brasília, UNICEF, 1979.
2. ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SAUD. *Formulación de estrategias con el fin de alcanzar la salud para todos en el año 2000*. Ginebra, OMS, 1979.
3. MAHLER, H. La OMS y el Nuevo Orden Económico. *Crónica de la OMS*, 30: 231-240, 1976.
4. BATHKE, J. *El ayudante de médico en los servicios de salud de las colectividades de indios de Norteamérica*. In: PITCAIRN, D.M. & FLAHAULT, D. (Ed.) *El ayudante de medicina: personal de asistencia sanitaria de grado intermedio*. Ginebra, OMS, 1975. p-81-8.
5. ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD. *Salud para todos en el año 2000: estrategias*. Washington, D.C., OPS, 1980 (Doc. of. 173).
6. ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SALUD. *Estrategia mundial de salud para todos en el año 2000*. Ginebra, OMS, 1981.
7. *Actividades de la OMS en 1975*. Informe anual del Director General a la Asamblea Mundial de la Salud e a las Naciones Unidas. Ginebra, OMS, 1976. (Actas oficiales, 229).
8. MAHLER, H. El sentido de "la salud para todos en el año 2000". *Foro Mundial de la Salud*, 2 (1): 5-25, 1981.
9. *Saúde para todos no ano 2000. A saúde no mundo*: 3-5, fev/mar 1981.
10. KLECZKOWSKI, B.M.; ELLING, E.H. & SMITH, D.L. *El sistema sanitario al servicio de la atención primaria de salud*. Ginebra, OMS, 1984 (Cuadernos de Salud Pública, 80) (Citações: p. 43-4;45).
11. MAHLER, H. *Saúde para todos: reocupação de cada um. A saúde no mundo*: 2-5, abr/mai 1983.



A literatura brasileira e seu conteúdo social

Clóvis Mello *

(Final)

* Escritor pernambucano, autor d'O Ano Vermelho e outros ensaios

Segunda parte de um ensaio de Clóvis Mello, abrangendo a literatura brasileira a partir do modernismo até os dias atuais. Na primeira parte, publicada no número 12 da *Princípios*, ele relata o processo de formação da literatura brasileira, e de surgimento do romantismo, do naturalismo e do anarquismo.

Em outubro de 1922 aconteceu em São Paulo a Semana de Arte Moderna, reflexo tardio em nosso país das correntes estéticas que agitavam a Europa no primeiro pós-guerra. Nossa cultura tinha sido até ali uma "cultura de prolongamento": havíamos trocado, no século XIX, a dependência cultural portuguesa e ibérico-espanhola pela dependência cultural anglo-francesa. Os "modernistas" brasileiros prometiam criar uma cultura autenticamente nacional: apareceram os grupos "verde e amarelo", "a antropofagia", "a anta", "o arco e a flexa", nacionalistas e nacionalizantes, mas no fim o que restou mesmo foi mais dependência cultural dos centros forâneos, da Europa e dos Estados Unidos.

O futurismo do fascista **Marietti** só serviu, afinal de contas, para abrir caminho, ideologicamente falando, ao integralismo do Sr. Plínio Salgado, da década de 30. A ruptura com o passado levava ao desprezo de uma herança cultural positiva, da arte barroca, do folclore e do cordelismo. O Brasil iria acabar perdendo a sua identidade. O modernismo de **Mário de Andrade** (1893-1945), **Manuel Bandeira** (1886-1968), **Oswald de Andrade** (1890-1954) e **Felipe de Oliveira** (1891-1932) soava falso nesse mister. E logo surgiu como contraponto o Movimento Regionalista do Recife, em 1925, chefiado por **Gilberto Freyre** (1900), procurando corrigir-lhe algumas distorções mas fazendo um culto exagerado do tradicionalismo. Ao grupo regionalista pertenciam os poetas **Áscenço Ferreira** (1895-1965) e **Joaquim Cardoso** (1897-1978).

Essas inquietações literárias eram apenas o prenúncio das grandes transformações políticas que o Brasil passaria em 1930, com o fim da "República Velha" e o advento do "ciclo de Vargas" (1930-1954), ciclo que consolidou o poder da burguesia e expressou, secundariamente, as aspirações das classes médias urbanas. O Brasil se industrializou e, em consequência, o proletariado fabril se tornou uma força social.

Na literatura surgiu, então, o "romance do Nordeste", cujos principais representantes foram os paraibanos **José Américo de Almeida** (1887-1967) e **José Lins do Rego** (1901-1957), o baiano **Jorge Amado** (1912), a cearense **Rachel de Queiróz** (1910), o alagoano **Graciliano Ramos** (1892-1953) e o sergipano **Amando Fontes** (1899-1967).

Graciliano Ramos é a maior figura do moderno romance brasileiro. Pela pureza de linguagem, a sua obra se equipara à de Machado de Assis. Pode ser considerado um dos clássicos da língua portuguesa. Como observador psicológico e crítico da sociedade superou todos quantos o antecederam. Constitui magnífico exemplo de um intelectual que reuniu as melhores qualidades criativas de artista e de sociólogo.

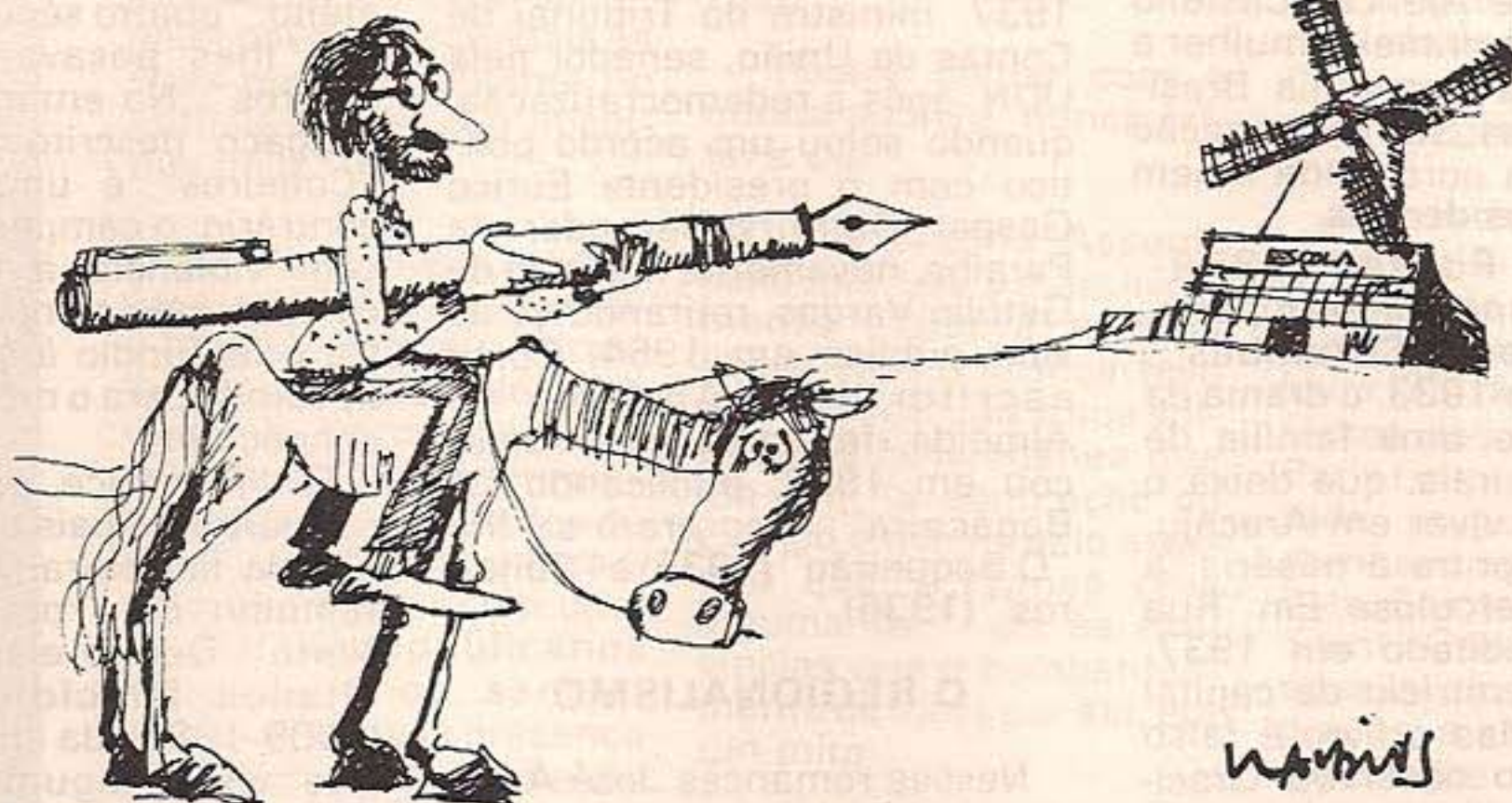
Por haver participado da Aliança Nacional Libertadora, em Maceió, e ser um antifascista convicto, Graciliano Ramos foi preso e confinado no presídio da Ilha Grande, em 1936, em meio a criminosos comuns, submetido às piores humilhações pelo governo Vargas. Já naquela época se tramava a instalação do "Estado Novo", uma ditadura parafascista e, com essa finalidade, era preciso calar a voz dos democratas. Graciliano Ramos não transigiu com os carcereiros. Portou-se dignamente. Ao sair da prisão, ao invés de se acomodar ingressou no Partido Comunista, ao qual pertenceu até sua morte, combatendo a ditadura, por todos os meios e modos. Sobre esse período sombrio da existência do povo

brasileiro escreveu "Memórias do Cárcere" que se tornou um êxito de livraria, pois está à altura do que produziram **Dostoievski**, **Silvio Pellico** e outros grandes memorialistas. O cinema transformou-o num filme que comoveu as gerações novas.

Dentre as obras de Graciliano Ramos se destaca "Vidas Secas", onde se retrata a vida de exploração a que são submetidos os camponeses pobres do Nordeste. Vaqueiros, alugados e até uma simples cadela "Baleia", são os protagonistas desse romance que ainda hoje é lido avidamente como uma das mais belas páginas já escritas sobre um velho tema. Em "Cactés", seu romance de estréia, descrevera a vida monótona de Palmeira dos Índios, cidade da qual fora prefeito. Mas as opiniões se dividem quanto à sua obra-prima, que uns apontam como sendo "São Bernardo", que narra a ascensão e queda do fazendeiro Paulo Honório, ou ainda "Angústia", um intenso drama psicológico de família classe média da cidade. Ou ainda "Vidas Secas".

Graciliano Ramos jamais saiu das lindes do realismo crítico. Ele era contra a "literatura de tendência" e, por isso mesmo, se insurgia contra a "politização literária". Gostava de citar Marx quando este afirmava que "se aprendia mais economia política nos romances de Balzac que nos compêndios de Stuart Mill". No entanto Balzac não critica a burguesia preconcebida, apenas a retrata, em seus romances, tal qual ela era com suas grandezas e misérias. Graciliano Ramos pretendia fazer o mesmo: pintar o homem brasileiro como ele o via, no seu tempo.

José Lins do Rego (1901-1957), descendia de senhores de engenho arruinados da Várzea da Paraíba. A usina do açúcar matara nas primeiras décadas do século os tradicionais "banguês". Ele soube captar muito bem essa fase de cruel penetração do capitalismo industrial no campo nordestino através de vários romances ligados ao mesmo tema: "Menino de Engenho" (1932), "Doidinho" (1933), "Banguê" (1934), "Usina" (1936) e "Fogo Morto"



(1943). O "ciclo do açúcar" fixou a decadência do patriarcado rural e a ascensão dos "novos ricos" usineiros. A sua obra-prima do ciclo é "Fogo Morto", sobre a vida de um Dom Quixote dos canaviais, Vitorino Carneiro da Cunha, o conhecido Vitorino "Papa Rabo", o tipo bem acabado do representante da nobreza agrária decadente.

O grande romance social de Lins do Rego, contudo, foi "Moleque Ricardo" publicado em 1935, que tem alguma coisa de autobiográfico e focaliza fatos reais ocorridos no Recife entre 1919 e 1922, na mocidade do escritor, então estudante de direito. Lins do Rego evocou com fidelidade as lutas sociais do proletariado urbano, as grandes greves das "uniões de resistência" anarco-sindicalistas, orientadas pelo professor de direito Joaquim Pimenta, o qual aparece no romance com o nome de Dr. Pestana. "O Moleque Ricardo" é o "Germinal" pernambucano. Nada fica a dever ao livro de Zola, que o inspirou. Ainda hoje é uma fonte de consulta obrigatória dos historiadores do movimento operário brasileiro.

Jorge Amado (1912), romancista baiano, filho de fazendeiro de cacau mas que optou desde cedo pela causa dos trabalhadores, elegendo-se em 1946 deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil. É o escritor brasileiro mais traduzido em línguas estrangeiras de todos os tempos. Durante certa época pretendeu representar na literatura brasileira o "realismo socialista", escola

literária fundada por Máximo Gorki, na União Soviética. Jorge Amado recebera, confesadamente, a influência de Gorki, Gladkov, Simonov, a qual se juntava à de Zola, Flaubert, Lawrence e Steinbeck, em suma, dos ocidentais. Questionava-se se seria possível o "realismo socialista" em país capitalista. A prática da vida mostrou que não existe literatura sem os elementos sociais de apoio. Quando muito se poderia falar numa "tendência social ou proletária", na nossa literatura, a qual, aliás, não era nova, vinha desde os começos do século XX.

Em 1933, Jorge Amado lançou "Cacau", que foi a primeira tentativa séria de romance proletário ou de literatura populista. "Suor" (1934) e "Jubiabá" (1935) consolidaram a tendência social. O proletariado passava a ser figura central dos nossos romances. As suas greves eram retratadas sem deformações. Os temas sociais já haviam sido tratados na literatura brasileira pelos anarquistas. Mas eles não encontraram nenhuma repercussão. E além do mais foram tratados com bastante superficialidade. Amado combinava o real com o lírico, como se veria em "Mar Morto" (1936) e "Capitães de Areia" (1937); o épico com o real, como se viu em "Terras do Sem Fim" (1943) e "São Jorge dos Ilhéus" (1944); o social com o político, como aconteceu em "Seara Vermelha" (1946) e "Os Subterrâneos da Liberdade" (1954).

Se Lins do Rego é o cronista

do "ciclo de açúcar", Jorge Amado é do "ciclo do cacau". A epopéia do desbravamento do sul do Estado da Bahia, a luta pela posse da terra, pelos latifundiários entre si e contra os posseiros, a opulência e decadência de cidades, tudo está descrito pela pena de um mestre, que ainda agora volta ao tema através do romance "Tocaia Grande", recentemente editado.

Em 1958 Jorge Amado com a publicação de "Gabriela, Cravo e Canela", passou a dar maior atenção ao pitoresco, ao exótico e ao realismo mágico.

"Dona Flor e seus Dois Maridos" (1966), "Teresa Batista Cansada de Guerra" (1972) e "Tieta do Agreste" (1977), aprofundaram ainda mais essa tendência. "Quincas Berro D'Água" é uma bela novela surrealista. Não há dúvida de que, do ponto de vista estritamente literário, Jorge Amado aperfeiçoou o seu ofício de escritor, atingiu a sua plenitude criativa, a sua maturidade psicológica. Suas obras continuam obtendo grandes tiragens. É o escritor nacional que mais vende seus livros.

Rachel de Queiroz (1910) - romancista cearense, escreveu na juventude "O Quinze" e "João Miguel", retratando os dramas e os sofrimentos dos camponeses de sua terra. Fez também peças para o teatro. "Lampião" e "A Beata Maria do Egito". Em política foi adepta do trotsquismo e acabou, como seria de esperar, direitista, apoiando o golpe militar de 1964, sob a alegação de ser

prima do ditador, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Foi a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras. Sua participação na literatura nordestina é bem inferior à dos demais.

Amando Fontes (1899-1967), romancista sergipano, descreveu em "Corumbas", publicado em 1933, o drama da adaptação de uma família de imigrantes rurais, que deixa o campo e vai viver em Aracaju, onde só encontra a miséria, a fome e a tuberculose. Em "Rua do Siriri", editado em 1937, retrata o meretrício da capital sergipana. Mas o livro é falso porque como observou Graciliano Ramos, "as prostitutas da rua do Siriri se comportam melhor que as moças do Colégio Sion, não dizem sequer um nome feio". Em política Amando Fontes era deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN). Elegeu-se por duas legislaturas. Isso explica o seu conservadorismo e puritanismo.

José Américo de Almeida (1887-1967) ficou mais conhecido como político do que como escritor. Ele chefiou na Paraíba a revolução de 1930, foi ministro da Viação do governo Vargas, candidato a presidente da República de uma eleição que

não houve devido ao golpe de 1937, ministro do Tribunal de Contas da União, senador pela UDN, após a redemocratização, quando selou um acordo político com o presidente Eurico Gaspar Dutra, governador da Paraíba, novamente ministro de Getúlio Vargas, retirando-se da vida pública em 1954. Como escritor José Américo de Almeida, fez romances: começou em 1928, publicando "A Bagaceira"; seguiram-se-lhe "O Boqueirão" (1935) e "Coiteiros" (1936).

O REGIONALISMO

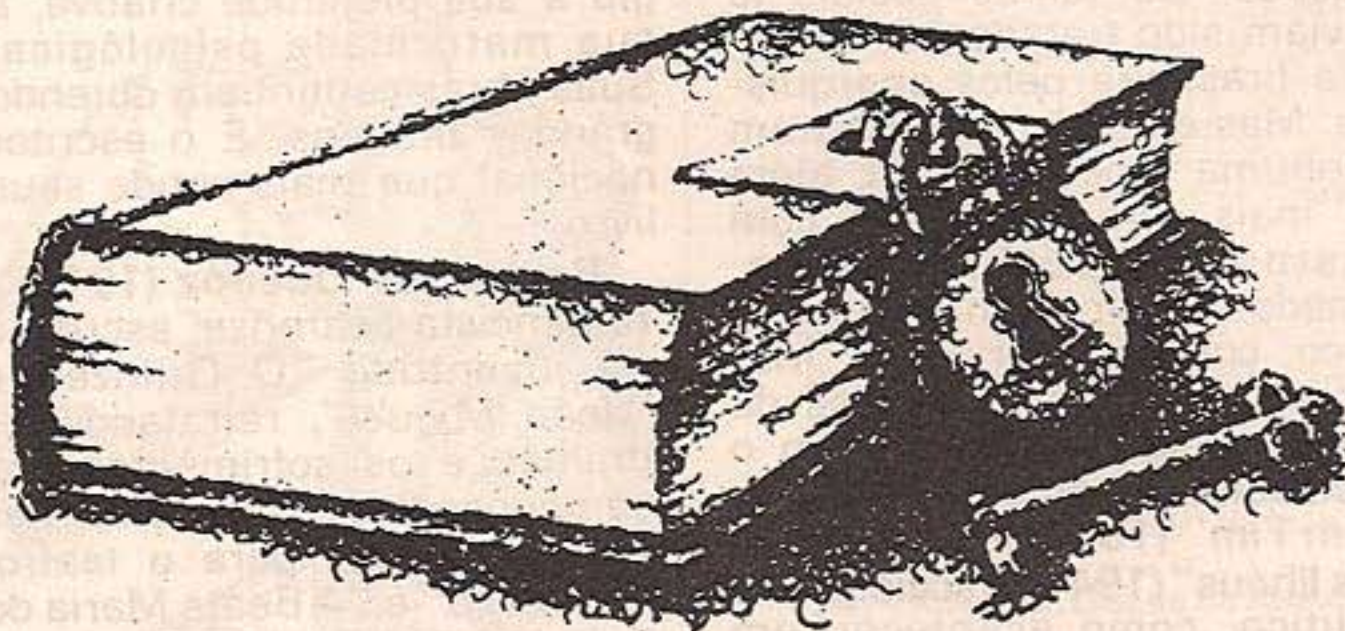
Nesses romances José Américo tratava de temas regionais - as secas, o banditismo, a luta pela terra -, numa linguagem mais apropriada a um ensaísta, o que ele era, como o demonstrara com o livro de 1922, "A Paraíba e seus Problemas", do que a um ficcionista. Como obras de ficção são medíocres. Não prendem o leitor. E não há nelas nenhuma simpatia pelos sertanejos, como depois se encontrará em Graciliano Ramos e Jorge Amado. Ao contrário: os camponeses são expulsos dos latifúndios, não reagem, se submetem passivamente. O autor procura explicar

a passividade com uma frase de efeito: "quatro séculos de servidão lhes pesavam sobre os ombros". No entanto o próprio cangaço descrito por ele em "Coiteiros" é uma prova em contrário: o campesinato reagia com violência à violência. O campesinato sempre lutou contra o latifúndio à sua maneira, apelando para o messianismo, o cangaço etc.

O "Romance do Nordeste" revigorou no país a regionalização da literatura. Apareceram, também os "romancistas do Norte". Dentre eles podem ser citados **Dalcídio Jurandir** (1909-1983), da ilha de Marajó, que viveu algum tempo em Belém, viajou todo o baixo Amazonas, coletando material, fez jornalismo e em matéria de instrução só tinha o secundário, incompleto. Com a cabeça cheia de reminiscências da terra natal desembarcou no Rio, em 1941, onde conheceu **Álvaro Moreyra**, aderiu à esquerda, curtiu as primeiras detenções do DOPS, filiando ao Partido Comunista do Brasil. Em 1946 era redator da "Tribuna Popular", trabalhando depois na "Imprensa Popular", na "Classe Operária" e em "Novos Rumos". Até que passou a dirigir com Álvaro Moreyra a revista "Paratodos".

Dalcídio Jurandir publicou: "Chove nos campos da Cachoeira" (1941); "Marajó" (1947); "Três Casas e um rio" (1958); "Belém do Grão Pará" (1960); "Passagem dos Inocentes" (1963); "Primeira Manhã" (1968); "Ponte do Galo" (1971); "Chão dos Lobos" (1976); "Os Habitantes" (1977). Ao morrer, deixou inédito "Ribanceira" que seria o décimo da série cíclica sobre Marajó.

Abguar Bastos (1904) nasceu em Belém do Pará. Foi deputado federal em 1935, representando seu Estado, mas tendo aderido à Aliança Nacional Libertadora, teve o mandato cassado, foi preso e processado. Em 1955 elegeu-se novamente deputado federal pelo PTB, representando São Paulo onde passou a residir. Como escritor amazônico Abguar Bastos escreveu: "Terra do Icamiba" (romance da floresta); "Certos caminhos do mundo" (romance do rio); "Safrá" (romance da vila); "Quatro Fogos" (romance da cidade) e a novela "Somanlu, o



viajante da estrela".

Permínio Asfora (1914) escreveu sobre as lutas dos plantadores de algodão do Nordeste. **Lucilo Varejão** (1897-1965) descreveu a decadência de Olinda numa série de romances. **Mário Sete** (1886-1956), pernambucano, antecipou-se ao "ciclo do açúcar", de Lins do Rêgo, como seus romances "Senhora do Engenho" e "O Vigia da Casa Grande". **Chagas Ribeiro** (1895-1967) um modesto tipógrafo do Recife, vereador da chapa proletária "Trabalhador, ocupa teu posto", escreveu o romance "Mocambo", descrevendo a vida miserável dos habitantes dos alagados da capital pernambucana. **Silvino Lopes** (1892-1951) fez o teatro social em Pernambuco e escreveu "Ladra", "Esfinge" e "O Homem Bom", peças que estiveram proibidas de encenação durante o Estado Novo.

No Rio Grande do Sul surgiu **Dionélio Machado** (1895-1985), médico e jornalista, diretor do "Correio do Povo", de Porto Alegre, deputado estadual, com militância política na Aliança Nacional Libertadora e depois no Partido Comunista. Esteve preso no Estado Novo.

O grande romancista gaúcho seria, porém, **Érico Veríssimo** (1905-1975), antigo farmacêutico de Cruz Alta, que optou pelo ofício de escritor, indo viver em Porto Alegre, onde lançou, em 1933, a sua novela "Clarissa". No começo Érico Veríssimo fazia uma literatura impressionista, superficial, e só se afirmou mesmo como um dos grandes escritores do país quando produziu a sua obra cíclica "O Tempo e o Vento". ("O Continente", 1949; "O Retrato", 1951; "O Arquipélago", 1962). Nela pintou um mural da formação da sociedade patriarcal no Rio Grande do Sul, criando personagens imortais como o capitão Rodrigo, Bibiana e outros tipos característicos do homem da fronteira. Ninguém descreveu melhor a vida do peão nas estâncias sulinas do que ele. Pouco antes de morrer escreveu "Incidente em Antares", (a invasão do mundo dos vivos pelos mortos putrefactos). Era a sua forma de protestar contra os poderosos do dia, os golpistas de 64.



Afonso Schmidt (1890-1964) é um exemplo típico de intelectual voltado para o povo. Começou a fazer jornalismo operário em São Paulo em "A Voz do Povo", ingressou no anarco-sindicalismo, viajou para a Europa onde conheceu os corifeus da anarquia, tomou contato com o marxismo e esteve sempre ao lado do Partido Comunista em suas campanhas, de 1924 em diante. Ele escreveu na sua fase anarquista "Colônia Cecília", um estudo histórico sobre essa curiosa experiência de vida comunitária no Paraná no começo do século.

Depois Afonso Schmidt publicou a novela "Os Impunes" (1923). Em 1927 divulgou o seu romance "O Dragão e as Viagens". Em 1935 fez editar "Curiango", livro de contos. Em 1940 "A vida de Paulo Eiró", biografia. Em 1945 "Poesias". Em 1950 "Menino Felipe". Em 1960 "A Locomotiva", romance. Também é de sua autoria o romance histórico sobre a abolição em São Paulo, "A Marcha". A obra de Schmidt é variada e rica. O proletariado é o seu grande personagem, principalmente os ferroviários paulistas. Não admira, assim, a "conspiração de silêncio" sobre seu nome.

Em Goiás **Carvalho Ramos** inaugurou uma literatura regionalista muita vívida, a qual tinha como tema a vida dos tropeiros e boiadeiros. No mesmo rumo **Bernardo Élis** (1915) vem realizando a sua obra, com um sentido ao mesmo tempo documental e de denúncia das injustiças sociais. Ele começou com "Esmos e Gerais" (1944), "Primeira Chuva" (1955), atingindo o seu ponto alto em "O Tronco" (1956). Posteriormente publicou "Caminhos e Descami-

nhos" (1965) e "Verânico de Janeiro" (1966). Em 1976 Bernardo Élis foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

Em Minas Gerais **Guimarães Rosa**, (1908-1967) deu um grande impulso ao romance regional, com a publicação em 1946, do seu livro "Sagarana" onde descreve a vida dos vaqueiros e dos fazendeiros dos sertões montanhese, com os seus costumes e falares muito próprios. Em 1956 faria editar "Grande Sertão: Veredas", que firmou seu prestígio definitivamente nas letras nacionais. E teve repercussão internacional. Confirmou-se o dito de Tolstoi: "Se quiseres ser universal descreve primeiro tua aldeia". Guimarães Rosa era diplomata, mas a sua longa permanência no exterior não o desnacionalizou.

Ariano Suassuna (1927), nascido na Paraíba e radicado no Recife, em cuja Universidade se formou, fez teatro e romance, com raízes no cordelismo popular nordestino, influência da literatura setecentista espanhola (**Calderon de la Barca**) e sua vivência pessoal. Suas obras mais conhecidas são "O Auto da Compadecida", comédia em 3 atos, editada em 1959 e "Romance d'A Pedra do Reino". Em política se afirmava "monarquista de esquerda". Ultimamente declarou-se desencantado com a restauração dos Bragança, reafirmando, porém, convicções socialistas.

Otávio de Farias escreveu um romance cíclico sobre a tragédia burguesa. Podem ser citados ainda Adonias Filho (1915) romancista baiano, também egresso da zona do cacau, cuja vida descreve com maestria em "Os Servos da Morte" (1946), "Memórias de Lázaro" (1952) e "Corpo Vivo" (1963).

Ciro dos Anjos (1906), escritor mineiro, de cuja obra se destacam "O Amanuense Belmiro" (1937), "Abdias" (1945) e "A Montanha" (1956); **Josué Montello** (1917), intelectual maranhense autor de vários romances e novelas que descrevem os costumes sociais de São Luís, como "Janelas Fechadas" (1941), "A luz da estrela morta" (1948); "Labirinto de Espelhos" (1952); "Tambores de São Luís" (1975). **Haroldo Bruno** (1922-1983) fez romances de intros-

peção, com ambiência nordestina, em "A Metamorfose" e "Fundação da morte", influenciado por Kafka.

Não se deve esquecer **Mário Palmério** (1916), autor dos romances "Vila dos Confins" (1956) e "Chapadão do Bugre" (1965), sobre os costumes políticos e os crimes de honra do oeste de Minas; **Osman Lins** (1924-1978), romancista pernambucano que se transferiu para São Paulo em 1945, quando ainda era funcionário do Banco do Brasil e naquele Estado publicou romances, alguns de ambiência nordestina, como "O Fiel e a Pedra" e outros, de pura introspecção, como o "Visitante" (1955), "Os Gestos" (1957) "Avalovara" (1973) e "Rainhas dos Cárceres da Grécia" (1976), que lhe deram notoriedade nacional e mundial.

Raimundo Morais (1875-1941), romancista amazônense, ex-comandante do navio gaiola do "rio-mar" escreveu três romances sobre a vida das populações ribeirinhas: "Os Igaráguas" e "Ressuscitados" (1938); "O Mirante do Baixo Amazonas" (1939). **Hermilo Borba Filho** (1917-1976), escritor pernambucano, escreveu romances como "O Cavalheiro da Terceira Decadência" focalizando a degradação dos costumes da burguesia urbana.

TENDÊNCIA SOCIALISTA

Um grupo de intelectuais de esquerda tentou fazer literatura de tendência socialista, na década de 50/60. Dentre eles se destacaram **Alina Paim**, autora de um romance intitulado "A Hora Próxima", descrevendo a greve da Rede Ferroviária Sul Mineira, na qual as mulheres tiveram uma grande e heróica participação. **Milton Pedrosa** fez um romance sobre a revolução nacional libertadora em Natal. **Ibiapaba Martins**, sobre a militância política de esquerda em São Paulo, **Florianópolis Gonçalves** escreveu sobre a vida dos catadores de papéis, das ruas do Rio de Janeiro, no seu romance "O Lixo".

Eram todas tentativas ligadas à introdução do "realismo socialista soviético no

Brasil". Contribuições positivas como expressão do pensar e do sentir da massa proletária. Não mais do que isso. **James Amado**, romancista baiano, irmão de Jorge Amado, publicou "O Chamado do Mar", um romance sobre os pescadores de sua terra. Obra de real mérito literário. James Amado não fez novas experiências no gênero em que se iniciara tão auspiciosamente.

As tentativas de implantação de um "romance social" no Brasil, corresponderam as de um "teatro social" e uma "poesia social". O "teatro social" foi criação de **Joracy Camargo** (1898-1973), redator do jornal "A Manhã", diretor do Teatro João Caetano e que a partir de 1931 se dedicou, de tempo integral, à arte de Molière. Ele começou em 1932 com a peça "Deus lhe Pague", representada pelo ator Procópio Ferreira, no Rio e que foi levadas mais de mil vezes à ribalta de teatros brasileiros. Um êxito como não se via igual no Brasil, nem nos tempos de Artur de Azevedo e Martins Pena. E só foi repetida com o teatro de **Pedro Bloch**, com "As mãos de Eurídice".

Joracy Camargo escreveu mais "Sindicato dos Mendigos" (1939) e "Maria Cachucha" (1940). Os originais de sua lavra somavam ao fim de sua existência mais de uma centena. O autor questionava fundamentalmente em suas peças o direito de propriedade, fazendo uma crítica do capitalismo nos moldes de Proudhon: "a propriedade é um roubo". Sua crítica tinha assim mais de socialismo utópico do que científico. Ele encontrou seguidores nos Estados como **Silvino Lopes**, em Pernambuco, autor de "Ladra" e "Esfinge" e "O Homem Bom", peças com a mesma visão social de oposição ao argentarismo e ao poder do dinheiro.

Essa literatura populista caiu no gosto das massas que lotavam os teatros. A censura proibiu, então, as suas representações. No Estado Novo, Joracy Camargo se viu perseguido, mesmo porque, aderiu ao Partido Comunista, do qual posteriormente se afastou.

Em 1943 **Nelson Rodrigues** (1912-1980) fez encenar "Ves-

tido de Noiva" pelo grupo "Os Comediantes", no Teatro Municipal do Rio. Era o teatro expressionista que iniciava os seus passos, trazendo como sedução para as platéias jovens, uma forte tendência sexual. O "teatro social" entrava em declínio.

A "poesia social", lançada no século XIX, por Castro Alves e continuada por Sousândrade, encontrou nas primeiras décadas do século XX agasalho entre os anarquistas. Foram poetas sociais José Oiticica, Otávio Brandão, Afonso Schmidt, Ricardo Gonçalves e Hermes Fontes.

Os modernistas, de uma maneira geral, não se inclinaram para esse tipo de poesia, que produziu na Alemanha, um **Bertold Brecht**, na União Soviética, **Maiakovsky**, na Turquia, **Nazim Hikmet**, na França **Paul Eluard**, no Chile, **Pablo Neruda**. Carlos Drummond de Andrade (1902), mineiro de Itaboraí, funcionário público hoje aposentado do Ministério da Educação, residente no Rio de Janeiro, pelas suas qualidades inatas de poeta e sensibilidade pelos problemas do povo, parecia indicado a representar no Brasil esse gênero. Com efeito a sua obra "Rosa do Povo", editada em 1945, no auge do triunfo das forças democráticas sobre o fascismo e no momento da derrocada do Estado Novo, parecia o nascimento dessa nova tendência literária. A poesia social drummondiana não viveu mais do que o espaço de uma manhã, como as rosas de Malherbe. E Drummond retornou à poesia barroca, primitivista, subjetiva, em que é reconhecidamente, um mestre.

Ascenção Ferreira (1895-1965), de todos os poetas modernistas, foi quem esteve mais próximo das fontes populares e folclóricas. Os livros "Catimbó" (1927), "Cana Caiana" (1939) e "Poemas" (1951) representavam bem o sentir e o pensar dos trabalhadores do Nordeste, do seu imaginário e da sua fabulação. O poeta sempre esteve ao lado do povo nas suas campanhas reivindicatórias. E tomou posições em defesa de Cuba, contra a sua invasão pelos mercenários, a serviço do Pentágono, o que lhe trouxe complicações

com as autoridades militares em 1964. Mas Ascenço não evoluiu do pitoresco, nem do folclórico. Saudando **Nicolas Guillen** ele disse: - "Eu não sou um poeta social. Sou apenas um poeta do povo".

Joaquim Cardoso (1897-1976), poeta regionalista de 1925, engenheiro de profissão e intelectual de esquerda - pertenceu à direção da Aliança Nacional Libertadora em Pernambuco - só tardiamente publicou seus poemas, em 1947. Em 1972 editou-os em forma definitiva. Ele evocava o Recife da sua mocidade, destruído pelo progresso material, ao mesmo tempo que captava do povo mensagens folclóricas aproveitando-as em livros como "Coronel de Macambira". Também não era um poeta social.

Poesia social fez circunstancialmente **Mauro Mota** (1912-1984) com seu poema "A Tecelã", **Vinícius de Moraes** (1913-1981) com o seu poema "Operário em Construção", **João Cabral de Melo Neto** (1920) com o poema "Morte e Vida Severina", que refletia o drama dos camponeses pobres do Nordeste; **Ferreira Gullar** (1930) com o poema "João Boa Morte, cabra marcado para morrer", sobre a vida do camponato pobre da Paraíba; **Bandeira Tribuzzi**, poeta maranhense, prematuramente desaparecido; **Solano Trindade**, poeta negro, que morreu de fome e de tuberculose, na maturidade, quando tanto ainda se esperava dele; **Aydano Couto Ferraz**, poeta baiano, recentemente falecido; **Audálio Alves**, poeta pernambucano; **Tiago de Melo**, poeta amazonense do poema "Faz escuro mas eu canto"; **Ary de Andrade**; **Cláudio Tuiuti Tavares** e **Carrera Guerra**, são exemplos ainda de poesia social.

Na realidade a "poesia social" ainda não se firmou no Brasil. Como também não lançaram raízes definitivas o "romance social" ou o "teatro social". É que, evidentemente, as condições materiais ainda não amadureceram para isso. Não existem ainda os elementos sociais de suporte de uma literatura autenticamente nacional e proletária na forma e no seu conteúdo.



Lênin dizia que em toda sociedade dividida em classes não há uma cultura única. Forma-se uma cultura das classes cultas, das elites dominantes, que dispõem dos meios de produção e outra das classes incultas, das massas exploradas, dos que só contam com a sua força de trabalho. É evidente que tal fato ocorrerá, forçosamente, no Brasil. Não esqueçamos que nas primeiras décadas do século XX, enquanto as classes cultas recitavam os versos de Olavo Bilac e Alberto de Oliveira, o proletariado lia poemas de Otávio Brandão e José Oiticica. Representavam duas tendências antagônicas. Cada classe social com o seu escritor preferido.

A literatura brasileira desenvolver-se-á em futuro próximo, livre da influência nefasta do cosmopolitismo, do subjetivismo alienador e de todas as ideologias reacionárias que a entravam. Os velhos preconceitos e tabus, acumulados durante séculos, serão inteiramente superados. As prodigiosas criações do espírito humano, inclusive da inteligência brasileira, que é muito fecunda, logo estarão ao alcance das grandes massas. O contato dos escritores com os elementos populares dará à cultura nacional meios de sustentação, como ela não teve no passado. Só a partir daí teremos uma literatura autenticamente nacional e de forte conteúdo social.

BIBLIOGRAFIA

- **Frederich Engels** - "Carta a Conrad Schmidt", em 27/10/1890, texto fornecido pelo Instituto Marx-Engels-Lê-

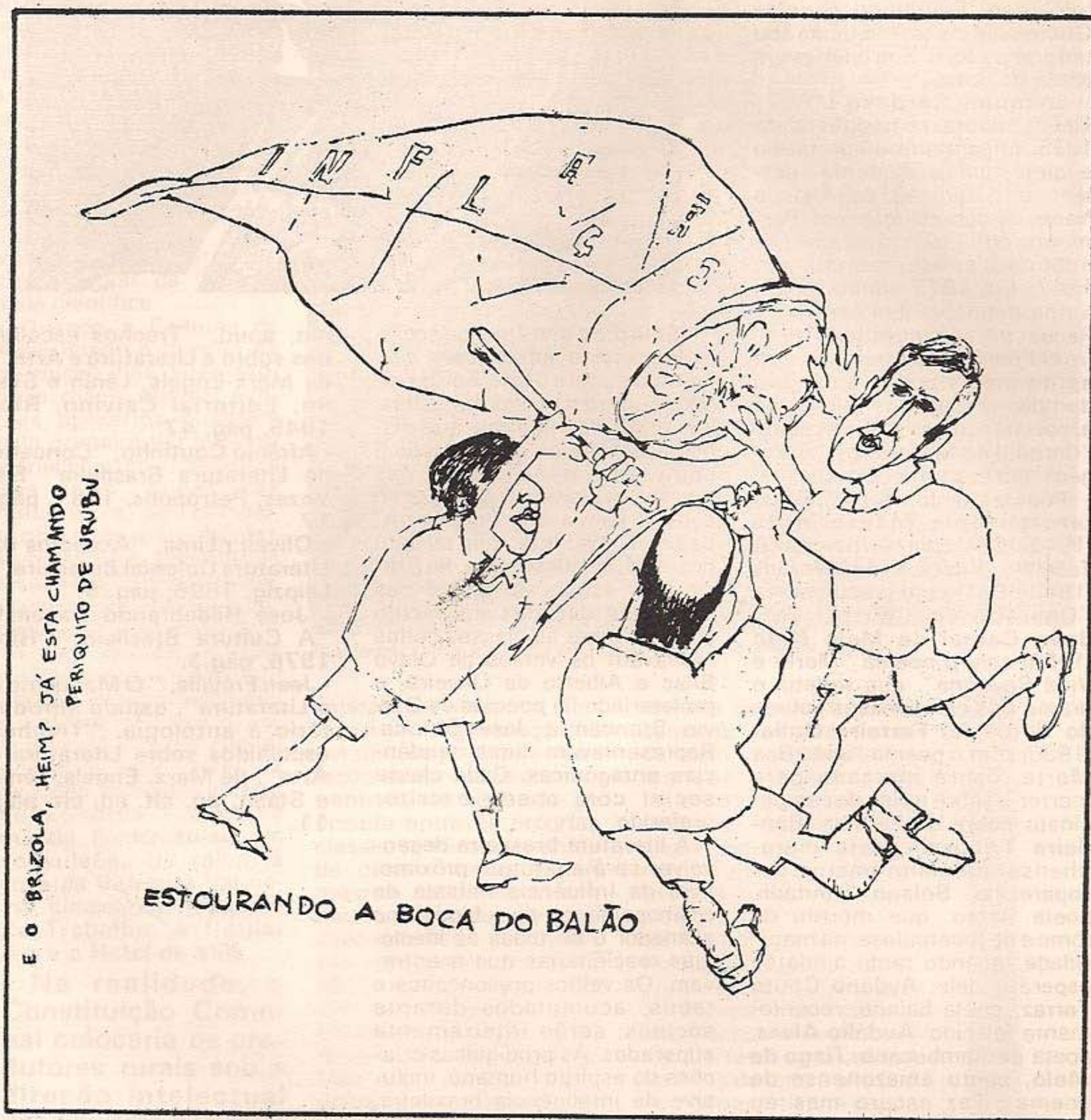
nin, apud, "Trechos escolhidos sobre a Literatura e Arte", de Marx-Engels, Lênin e Stálin, Editorial Calvino, Rio, 1945, pág. 47.

- **Afrânio Coutinho**, "Conceito de Literatura Brasileira" Ed. Vozes, Petrópolis, 1981, pág. 17

- **Oliveira Lima**, "Aspectos da Literatura Colonial Brasileira", Leipzig, 1896, pág. 6.

- **José Hildebrando Dacanal**, "A Cultura Brasileira", Rio, 1976, pág. 3.

- **Jean Fréville**, "O Marxismo e a Literatura", estudo introdutório à antologia, "Trechos escolhidos sobre Literatura e Arte", de Marx, Engels, Lênin e Stálin, po. cit. ed. cit. pág. 11.



E O BRIZOLA, HEIM? JÁ ESTÁ CHAMANDO PERIQUITO DE URUBU.

ESTOURANDO A BOCA DO BALÃO

Millôr Fernandes - esta é sua primeira charge política a favor (1986) quando do lançamento do "nacetão" econômico

A Charge Política

Ênio Lins *

* Ênio Lins é jornalista, chargista e colaborador da Princípios

A charge tanto insistiu que acabou virando lugar-comum nas páginas de nossas publicações. Não contente com os espaços conquistados nos jornais, avançou pelas revistas, pulou para as camisetas, cartazes de todo tipo, e, animada, começa a assaltar as muralhas das tevês.

No Brasil, a charge tem traçado este caminho com mais uma particularidade - a de consolidar seu caráter político, e

aqui muito mais do que em outros países do mundo.

Se observamos bem, as ditaduras, particularmente a de 64, têm cevado esse estilo, a tal ponto que foi difundida uma crença segundo a qual toda charge seria, por princípio, progressista, com alguns chegando a jurar que toda ela é anti-governo, é do contra, por sua própria essência.

O objetivo deste artigo é alinhavar algumas informações e opiniões sobre esta forma de arte e comunicação. Será enfo-

cada aqui, com mais atenção, a sua ação nos últimos anos, particularmente durante o regime militar próximo-passado. Outra coisa que deve ser assinalada logo de início é que os nomes aqui citados não contemplam o universo dos chargistas em atividade, ou mesmo que tenham dado contribuições importantes nesse campo, exatamente porque com esta expansão da charge os nomes são inúmeros por este Brasil afora.

Vamos, desta forma, citar os que resumem as principais expressões e tendências.

É bom lembrar que o artigo tratará da **charge política**, ficando de fora, no momento, exemplos que teriam que ser estudados num artigo que tratasse do humor nacional na sua totalidade, como os recentes trabalhos do humor-metralhadora giratória, que usa no geral o texto jornalístico como forma de expressão e que tem no "Papo-Figo" (fundado no Recife em 1976) seu mais original e criativo exemplo, enquanto no "Planeta Diário" (Rio de Janeiro, 1985) a mais bem sucedida publicação de humor nos últimos anos.

HISTÓRICO

O registro da primeira charge impressa no Brasil data do dia 14 de dezembro de 1837. É de autoria do pintor Manoel de Araújo Porto Alegre e já trata de denunciar a corrupção na própria imprensa.

O termo "caricatura", hoje definidor do desenho que apresenta uma interpretação visual de alguém, de forma diferente de sua real imagem fotográfica, é usado para se referir à charge (que deve ser o retrato de uma situação determinada), o que não é de todo incorreto. Afinal, surgiu baseada no nome dos irmãos Caracci, italianos de Bolonha que no século XVI inventaram de divulgar as gozações que desenhavam em seus cartões, esboços de pinturas "sérias" - com as quais ganhavam a vida. A charge, ou caricatura, chegou ao Brasil 200 anos depois que um certo padre Massani, lá na Itália, usou pela primeira vez o termo "caricatura", referindo-se ao trabalho dos Caracci. Mas, mesmo atrasada, chegou para ficar.

No Brasil Imperial, por exemplo, Ângelo Agostini, imigrante italiano, reinou absoluto no campo da charge e da caricatura política, editando o jornal "Revista Ilustrada", um dos mais eficientes testemunhos da visão crítica dos contemporâneos da família real. Além deste periódico surgiram outros como "O Mosquito", "Mephistóphes", "Charivari". Em todos eles se encontra um retrato diferente do pintado pelo que poderíamos chamar de "grande imprensa" da época: um imperador indolente aos problemas do país, uma Corte de políticos conservadores, manipuladores e oportunistas, o escravagismo degradante - era, enfim, a

denúncia do humor político no Segundo Império, por cima dos cronistas oficiais, assim como a defesa da abolição da escravidão.

A República, seus marechais, as oligarquias, as epidemias, as eleições e os golpes - tudo vai sendo registrado impiedosamente pela pena dos chargistas. Surgem novos periódicos de humor, recheados de charges políticas, como "O Malho", "O Mequetrefe", "Caretta", e mais tarde (não poderíamos deixar de citar) o histórico "A Manhã", do Barão de Itararé.

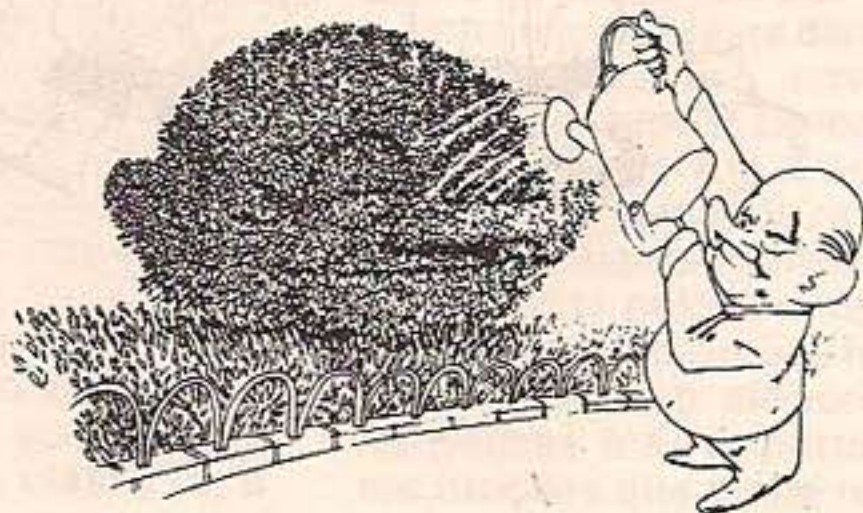
O HUMOR NA DITADURA

Nas ditaduras recentes do Brasil (o Estado Novo de 37 e o regime militar de 64), a censura à imprensa foi um traço de unidade. Alvo principal, o texto foi duramente atingido.

"Em outubro de 37, senti de repente que a liberdade de opinião, como se fosse água derramada na areia, desaparecia entre as teclas de minha máquina de escrever", testemunha Antônio Callado, descrevendo também em 64 "a vexatória tentativa de burlar a censura com a sofisticação, de procurar falar ao leitor por cima da cabeça do censor, de escrever de forma tão velhaca que o censor nada ali percebesse ofensivo ao Estado, enquanto o leitor ao contrário, tudo havia de compreender. O resultado, melancólico, é que ninguém entendia nada"



Novembro de 1979
(Fundação do PP)



1984 (início da candidatura)

A Censura tinha, portanto, total desenvoltura em ferir particularmente o texto: e isso não é difícil de se compreender. Esta necessidade de se sofisticar, de chegar ao leitor através de frases que não estavam (nem podiam ser) escritas, tinha que facilitar o desenvolvimento de uma forma de comunicação ao mesmo tempo mais simples e dissimulada.

A esta tendência natural devemos acrescentar a triste realidade da leitura de jornais no Brasil. O texto foi forçado a se sofisticar e dissimular exatamente no país de menor índice de leitura de jornais de toda a América Latina. O Brasil, último colocado, lê proporcionalmente três vezes menos jornais que a República Dominicana, o penúltimo colocado, enquanto o Uruguai lê proporcionalmente 20 vezes mais jornais que nós. Se formos considerar as superpotências imperialistas, os Estados Unidos lêem 28 vezes mais, e a URSS, 67,3 vezes mais. E esses são dados tomados quando já não existia aqui a censura política!

Naquelas condições, a importância de uma forma de comunicação como a charge, simples e subreptícia, visual e usando pouco ou nenhum texto, tinha necessariamente que aumentar. Temos que considerar ainda o próprio caráter do desenho de humor, que deve trazer embutido o seu real sentido; deve forçar o leitor a procurar e

encontrar a "segunda intenção" contida no desenho, numa ação instantânea, mas não explícita.

Quem conseguiria - na imprensa legal - alvejar o poder autoritário dos militares, já que isto não poderia ficar explícito, mas ao mesmo tempo tinha que ficar evidente? Aquela necessidade política de se desmoralizar o regime encontrou um leito fluente no próprio sentido satírico da charge. Como não se podia escrever que "estes milicos são uns gorilas", uma boa charge macaqueando um fardado qualquer já passava essa opinião, ou melhor, já refletia uma opinião que era, sem dúvida, a da maioria da população - que, em muitos casos recortava a tal charge e a passava adiante de alguma forma, muitas vezes transformada em piada oral.

Evidentemente a charge não tem o poder de romper qualquer censura, em qualquer situação política. A charge tem vantagens, mas não imunidades. Seu espaço aumenta ou diminui, como as demais formas de comunicação, de acordo com o avanço ou retrocesso das liberdades democráticas. Assim, quando a censura prévia caiu, em 79, havia eliminado inúmeros desenhos de humor, ao lado de fotos, textos, discos e filmes. Só para citar um exemplo, logo depois da queda da ditadura, o jornal "Movimento" pôde abrir seus arquivos, dele tirando

charges até então vetadas para o público, e com elas pôde inaugurar uma nova seção de página inteira (a última página), o "Corta Essa!", publicando durante números a fio apenas desenhos censurados.

OS CHARGISTAS

Dado o golpe militar em abril de 1964, este já era "saudado" em setembro do mesmo ano com a publicação do livro "Hay Gobierno?...", reunindo charges de Claudius, Jaguar e Fortuna, dedicado, segundo os autores, "ao naufrágo espanhol que, chegando a uma ilha não deserta, perguntou se havia governo e, quando responderam que sim, disse: SOY CONTRA!". O livro constitui uma denúncia vigorosa do caráter do recém-nascido regime e ao mesmo tempo é uma reportagem sobre seus primeiros dias.

Ao lado desses três, a ditadura encontrou importantes e experientes nomes da charge em plena atividade, como Millôr Fernandes (tradutor, teatrólogo, intelectual de múltiplas atividades e considerado o mais implacável dos humoristas, criador do antológico "Pif-Paf" na revista o "Cruzeiro", na década de 50), Ziraldo (cujo nome terminou virando sinônimo de chargista), Lan, Alvarus, Nássara, Lore-dano, entre outros.

A ditadura, com seu autoritarismo, sua violência, seus escândalos, sua situação trá-



1984 (inicia o pique da campanha da Aliança Democrática)



1984 (o povo aclama o candidato, nos maiores comícios da história do Brasil)



Luiz Gê (1979). Campanha da anistia

gica e ridícula ao mesmo tempo, compôs o caldo de cultura necessário ao surgimento de novas gerações de chargistas, que durante os 21 anos de regime militar, somados aos veteranos, consolidaram a posição do desenho de humor como meio de comunicação dotado de uma rara eficiência. O espaço retangular da charge tornou-se obrigatório em todo o país, a ponto de hoje, em cada Estado, existir pelo menos um chargista diferente para cada jornal local.

Tal foi a importância do humor político na resistência democrática que, em 69/70, na arrancada do fascismo, "O Pasquim" representou a mais eficiente trincheira existente na imprensa legal de então, chegando à histórica marca de 300 mil exemplares vendidos semanalmente em todo o país.

Antônio Callado, vivenciando pela segunda vez um período ditatorial, identificou muito bem esse processo: "Aconteceu que o Brasil, em geral ocupado pela censura sólida e latifundiária, começou a ser subrepticiamente ocupado e colonizado pela caricatura. Os cartunistas são nossos posseiros. Tomaram a terra proibida do editorial, do comentário político, e nela se plantaram com ar ingênuo, de pincel na mão como se fosse um enxada".

A charge política, opinativa, denunciativa, desempenhou importante papel na resistência democrática, particularmente

nos últimos anos. Forjou uma imagem avançada e progressista.

A CHARGE É, POR PRINCÍPIO, PROGRESSISTA?

Durante um debate realizado em abril de 1985 na Universidade Federal de Alagoas, a pergunta mais insistente dirigida aos chargistas presentes (Ziraldo, Paulo Caruso, Chico Caruso, Lapi, Lailson, Jorge de Sales) foi: "agora que a ditadura acabou, o que vai ser do trabalho de vocês?"

Este importante papel de denúncia, resistência e enfrentamento ao autoritarismo; papel de contestação aos governos militares e civis apaniguados do sistema - um papel progressista e oposicionista, como já dissemos - levou ao desenvolvimento de mitos, ao entendimento de que a charge política seria, obrigatoriamente, progressista, ou ainda dotada de inevitável fim demolidor. Só funcionaria para se opor a um governo, e daí a ilação: se muda o caráter do governo, se deixa de existir um regime despótico, finda igualmente junto com ele o instrumento que teria se desenvolvido para combatê-lo, no caso a charge política.

Quanto ao mito do encerramento da atividade da charge política, a história não lhe dá tempo de proliferar. Como podemos ver, ela não só não sumiu,

como "cresceu em todo o país o número de chargistas. Com as liberdades democráticas, a política se sofisticou; deixa de existir o inimigo comum facilmente identificável. As colorações vão-se atenuando e passam a exigir uma maior sutileza - e os chargistas políticos estão formando-se mais e melhor que na época da repressão" - como afirma (exclusivo) Paulo Caruso. Mas da charge política da Nova República trataremos logo mais.

Já o mito da charge como elemento em si progressista e avançado, precisa ser esclarecido. Por um lado, esse mito supervaloriza uma forma de comunicação como se esta fosse superior às demais, dotada de vontade própria, seguindo sempre no rumo da revolução, independente do motorista. Por outro lado, supervaloriza o papel do chargista, que seria um ser sobre as falhas do demais - só seria chargista quem tivesse idéias avançadas, política e ideologicamente acima dos demais comunicadores, infalíveis com suas penas de nanquim.

Evidentemente as condições objetivas de um país como o nosso - submetido ao imperialismo, dominado pelos monopólios, com o campo ocupado por um latifúndio retrógrado, tudo isso agravado pela imposição de um regime militar como o de 64/85 - possibilitaram o avanço da charge política sobre a crítica

de costumes, do sexo etc., dos chargistas progressistas e das idéias avançadas entre esses profissionais. Praticamente as charges atrasadas e preconceituosas desapareceram junto com seus autores, forçados para baixo pelo peso das lutas democráticas, das aspirações populares - do reflexo, enfim, da chamada opinião pública.

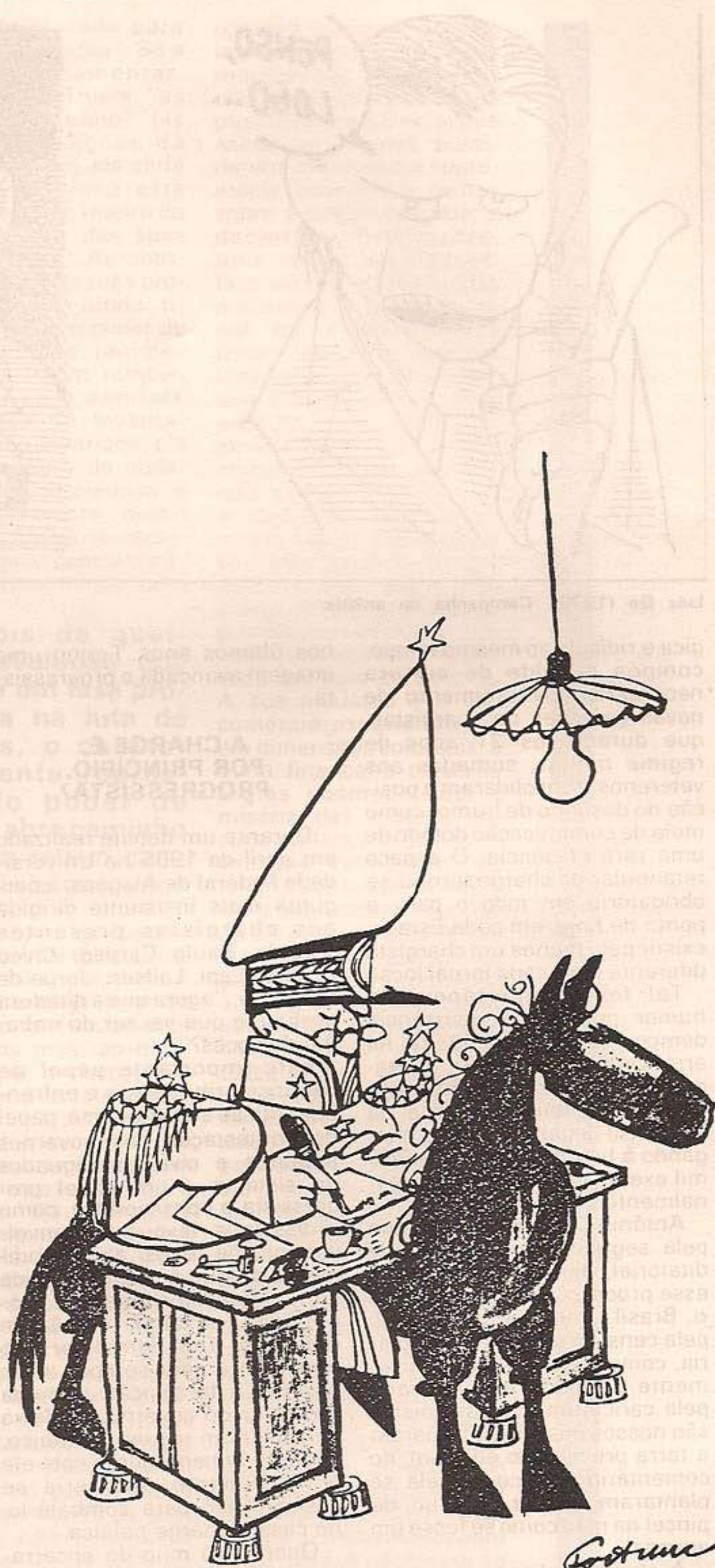
Mas existem chargistas e charges atrasadas, conservadoras, de direita - e de vez em quando acontece de surgir um trabalho que ajuda o atraso, mesmo que seu autor seja pessoa avançada. Na campanha de Tancredo, por exemplo, o genial Henfil, ao defender a posição petista de "diretas até a morte", investiu contra a opção mineira publicando numa última página da revista "Isto É" um desenho onde aparece um cidadão pró Tancredo "atrás de uma moita com um negão" ao tempo em que justifica "é isso ou Maluf"... De uma só penada explora o preconceito contra o homossexualismo e também contra os negros.

As charges, como não poderia deixar de ser, exprimem as posições políticas e ideológicas de seus autores, e estão sujeita tanto a essas condições subjetivas, quanto às condições objetivas da realidade política e histórica do momento em que são criadas e desenhadas. Temos em nossa história exemplos de preconceitos contra a ciência - quando se tratou da questão do combate à febre amarela -; contra os trabalhadores - quando estouravam as primeiras greves -; ao marxismo, principalmente quando de sua divulgação no mundo, e este preconceito continua até hoje, inclusive fantasiado de "crítica de esquerda". Não podemos esquecer o preconceito contra a mulher, área onde se têm formado verdadeiros "especialistas"

O HUMOR NA NOVA REPÚBLICA

Aí está uma grande prova para a charge e os chargistas: acompanhar a transição democrática. Agora que os milicos saíram de cena, que o regime autoritário foi pras cucuias, quem vai ser o alvo? Se é para apoiar, como desenhar isso sem cair na bajulação?

Como disse Paulo Caruso, o



espaço da charge cresceu, e como se pode notar, ela continuou na luta, refletindo a batalha entre as forças avançadas e os setores atrasados da Nova República. Podemos mesmo dizer que a charge continuou no rumo progressista, sua marca no regime autoritário - o que já representa uma vitória, pois como vimos, essa forma de comunicação não possui um intrínseco caráter avançado. É uma vitória, portanto, das idéias democráticas mais avançadas, já que o povo continua contar com essas "garatujas" ao seu lado.

Evidentemente ampliou-se o espaço para o desenho de humor como um todo - assim como para outras formas de expressão e de arte. O gênero da crítica de costumes tem um apetitoso desenvolvimento - se bem que temos que considerar que o componente político, social e ideológico continua presente e marcante nos melhores trabalhos, como por exemplo nos personagens de Angeli, que vivem suas vidas num real contexto social, são pessoas que você não apenas encontra nos bares e nas esquinas de qualquer cidade do país, mas estão também vivenciando seus problemas existenciais, os mais íntimos sentimentos, nesta mesma conjuntura que nós vivemos. Assim como Luís Fernando Veríssimo e a sua "Família Brasil" ou o "Ed Mort", por exemplo.

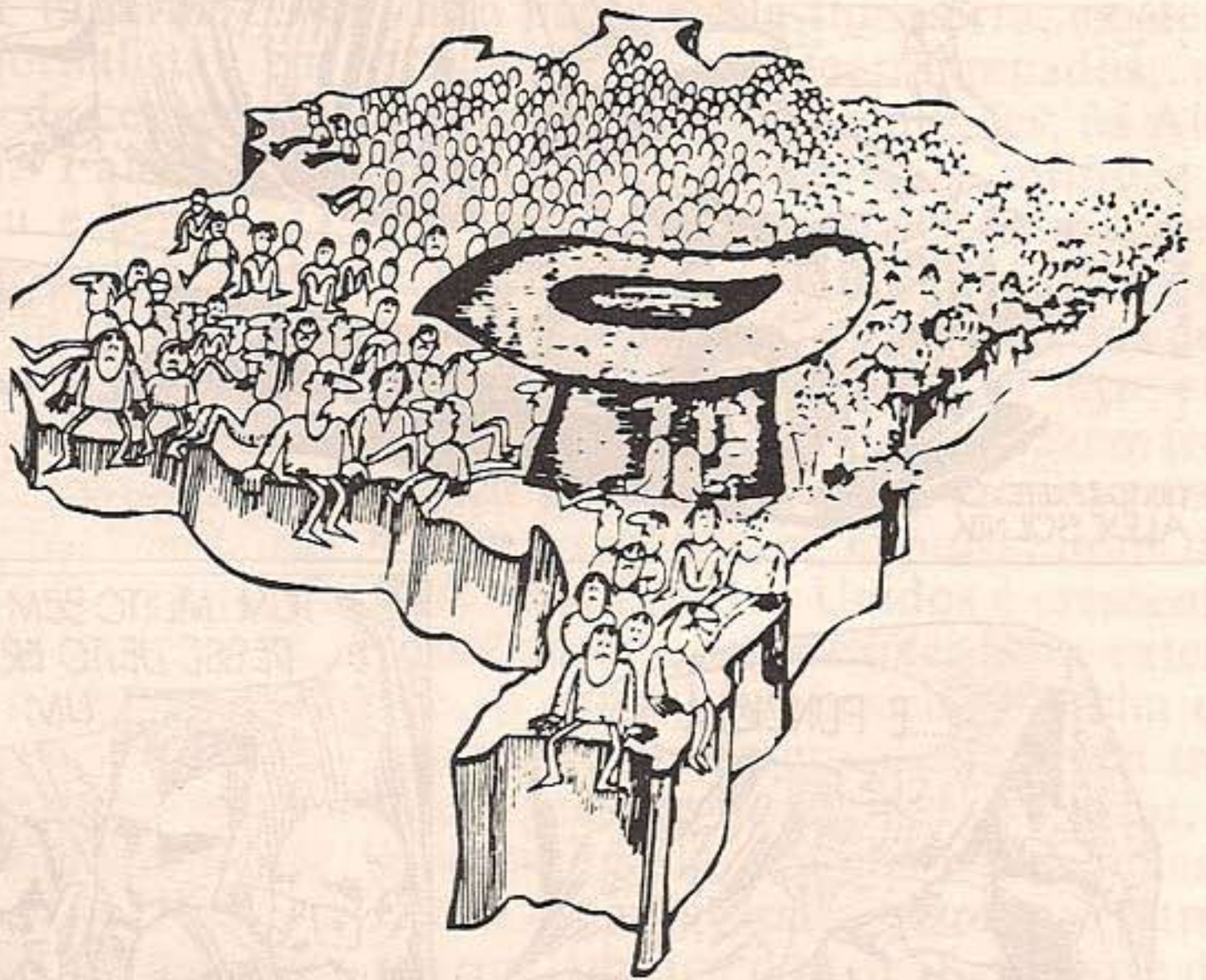
Mas, ao contrário do que sonhavam alguns, este espaço não tem roubado o da charge eminentemente política. Abriu-se um novo espaço, sem prejuízo da tradicional charge política, que se inova também a cada dia. Para citarmos um exemplo dessa riqueza, está aí o exemplo de Millôr Fernandes que pela primeira vez na carreira fez uma charge "a favor" - e é bom não se deduzir aí que Millôr nunca tenha sido a favor de nada: não só em suas charges mas em peças teatrais, artigos, entrevistas etc., sempre defendeu os objetivos democráticos e a liberdade de expressão. Só que sua marca é aprofundar uma das características da charge: **defender algo atacando sua antítese**. Para citar um caso atual, defendendo o pacote econômico, Millôr fez uma charge onde aparecem Delfim, Langoni e Galvêas, com

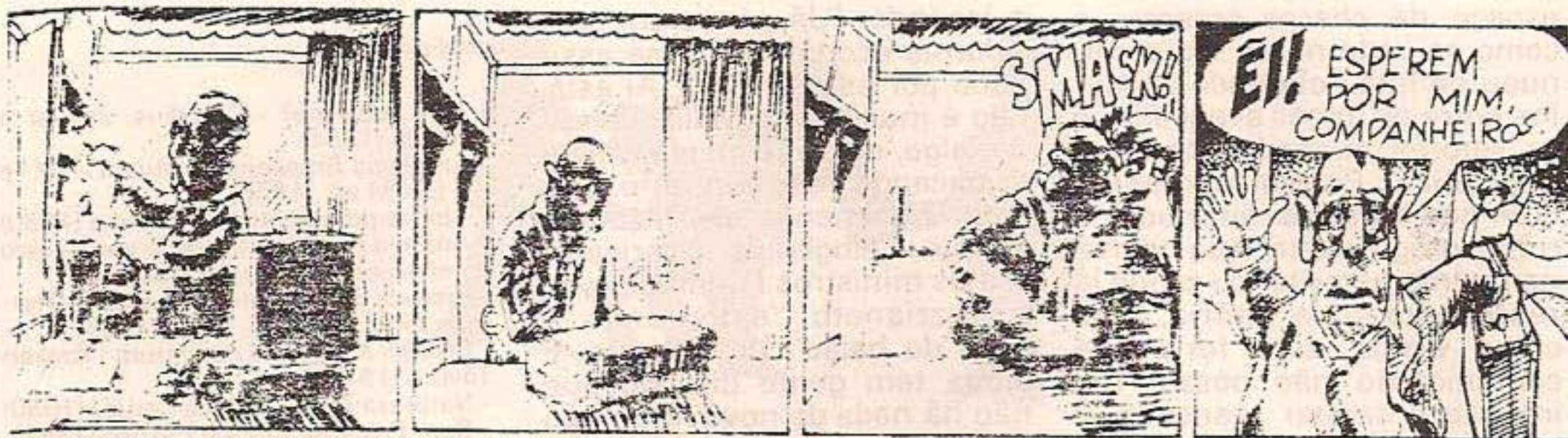
a legenda: "Já pensaram se a reforma econômica fosse assinada por esses três?". Aí está: não é inusitado o Millôr defender algo, mas sua marca é fazê-lo atacando o seu contrário. Pois bem, finalmente ele fez uma charge "elogiativa": caricaturou os ministros Funaro, Sayad e Pazzianoto "estourando a boco do balão" da inflação. E ainda tem gente dizendo que não há nada de novo no campo da charge política...

Mas vamos ficar por aqui, só com este exemplo, porque a caricatura da Nova República ainda está sendo traçada, a cada dia, a cada embate entre forças que empurram para a frente e as que puxam para trás. Mas vamos todos acompanhar este retrato, e participar de sua criação.

Bibliografia

- Hay gobierno? - Cláudius, Jaguar e Fortuna (1964)
- Antologia Brasileira do humor - Vol I e II - L&PM ed. (1976)
- Aberto para balanço - Fortuna (1980)
- Antônio Callado - Prefácio para o livro de charges "Aberto para balanço"
- História da Caricatura no Brasil - Herman Lima - Vol I, II, III, IV (1963)
- Pedro II através da caricatura - Araken Távora (1975)
- Natureza Morta - Chico Caruso (1980)
- Sem Palavras - Chico Caruso (1984)
- Bar Brasil - Paulo Caruso (1984)
- Cadê a Graça que tava aqui - Canini (1983)
- Macambúzios e sorumbáticos - Luiz Gê (1981)
- Me segura que vou dar um traço - Nildão (1980)
- O que vier eu traço - Lailson (1981)
- 20 anos de prontidão - Ziraldo
- Rango - Edgar Vasques (1975)
- Brasil 85 - vários autores (1986)
- Careta (seleção das Melhores Edições) - vários autores (1983)





HÁ MALES QUE VÊM PRA BEM, MAS NÃO HÁ BEM QUE SEMPRE DURE: UM BELO DIA, A SAUDADE FALA MAIS ALTO DO QUE QUALQUER TRANSMISSOR CAMUFLADO: O CORAÇÃO BATE EM RETIRADA: ADEUS SOCIEDADE CIVIL! ADEUS DÍVIDA CRUEL!!
FOI BOM ENQUANTO DUROU, MAS BOM, BOM MESMO VAI SER...

AVOLTA AOS QUARTÉIS



TEXTO & PRETEXTOS
ALEX SOLNIK

ARTES & MANHAS
PAULO CARUSO



Paulo Caruso (1983) - uma aspiração nacional em quadrinhos

Livraria e Espaço Cultural

editora

ANITA GARIBALDI

Livros,
obras de arte,
artesanato,
discos ...

TUDO SOBRE

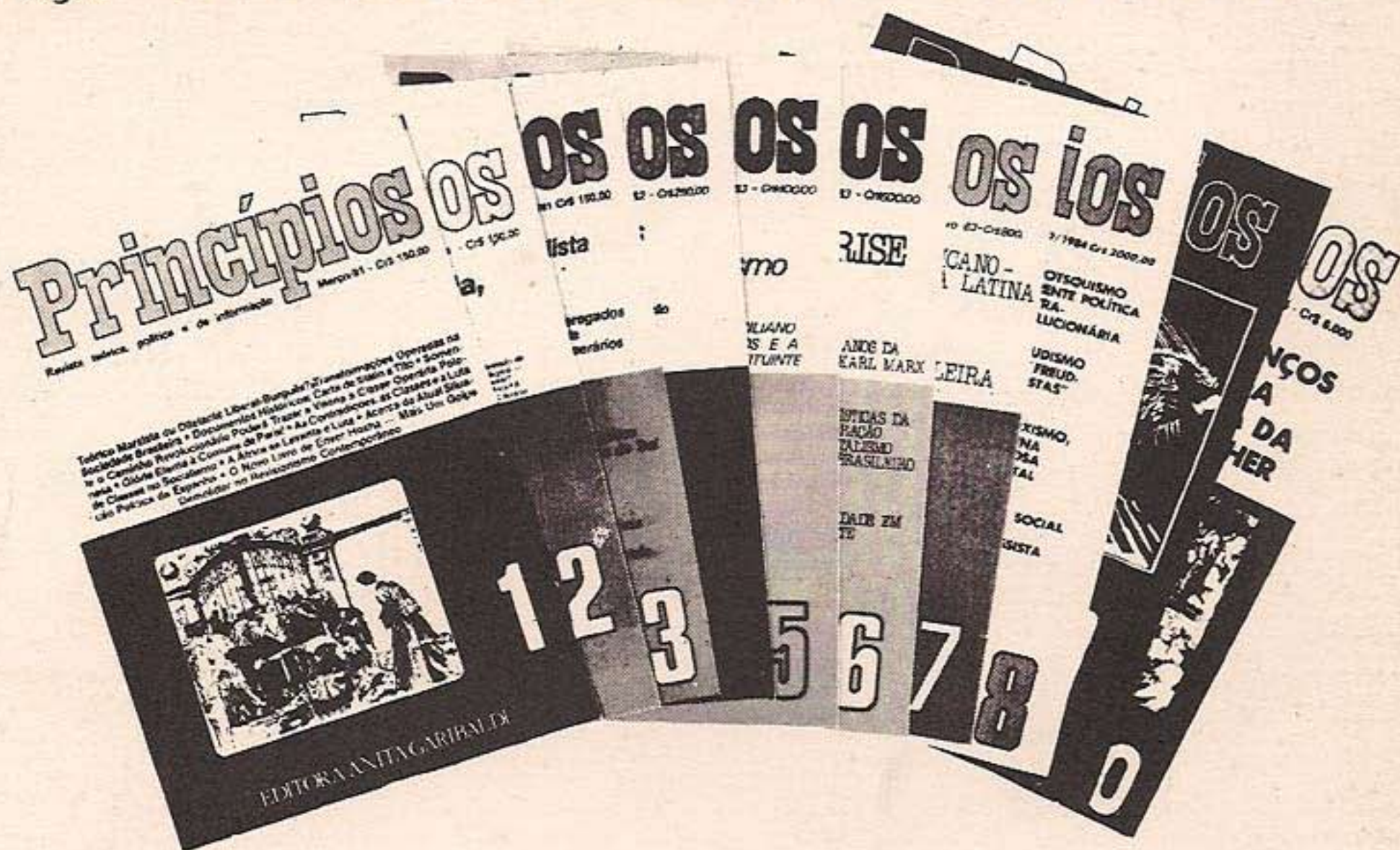
Política • Socialismo • Economia • Cultura
• Educação • História • Comunicação
• Artes • Filosofia • Literatura.

Aberto todos os dias das 9 às 20 hs.
Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 1511 - Tel. 251.2729
Bela Vista - São Paulo - Capital



Jallé

Faça **JÁ** sua assinatura da **PRINCÍPIOS**



Uma revista de teoria marxista, estudos políticos e informação cultural.
4 números por apenas Cz\$ 100,00



Nome _____

Profissão _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____ CEP _____ FONE: _____

Data ____/____/____

Quero receber uma assinatura da **PRINCÍPIOS**, com direito a 4 números. Para isso envio cheque nominal / vale postal em nome da Editora Anita Garibaldi Ltda.

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 1511, CEP 01317

São Paulo - SP.

Preencha este cupon e receba **PRINCÍPIOS** em casa